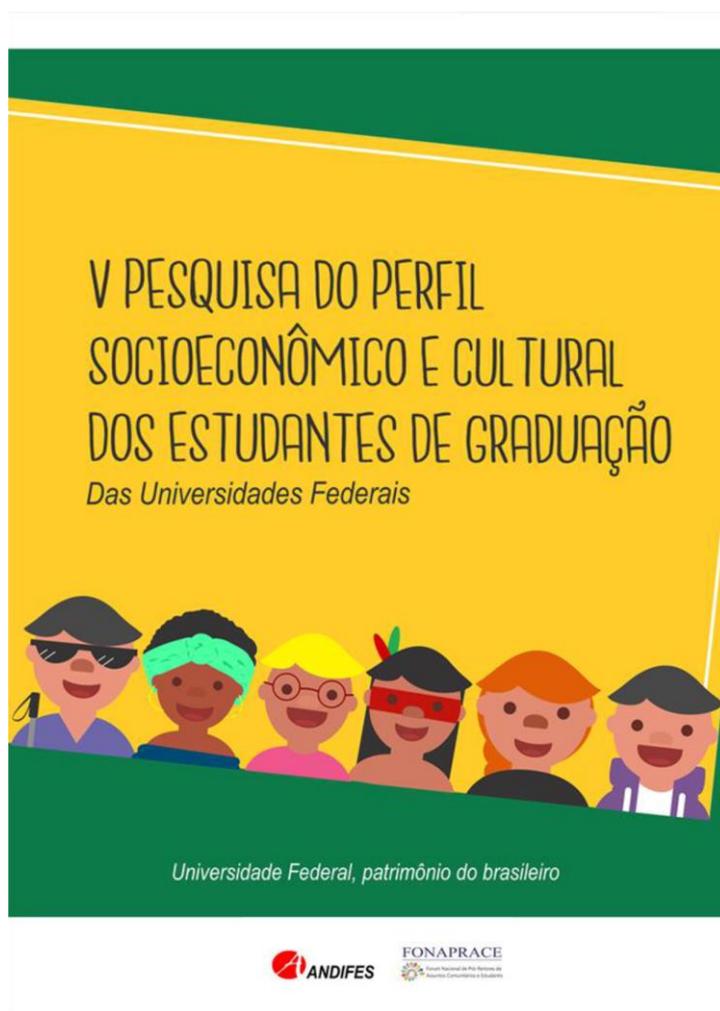


RELATÓRIO EXECUTIVO

V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES



Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis

**V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as)
Graduandos (as) das IFES - 2018**

(para diagramação)

Uberlândia
Maio de 2019

ANDIFES

Reitor Reinaldo Centoducatte (UFES)
Presidente

Reitor João Carlos Salles Pires da Silva
(UFBA)
1º Vice-Presidente

Reitora Margarida de Aquino Cunha
(UFAC)
Suplente

Reitor Edward Madureira Brasil (UFG)
2º Vice-Presidente

Reitora Cleuza Maria Sobral Dias (FURG)
Suplente

Gustavo Henrique de Sousa Balduino
Secretário Executivo

FONAPRACE

César Augusto Da Ros – UFRRJ
Coordendor Nacional

Maria Rita de Assis César – UFPR
1º Vice-Coordendora

Manuel Antônio de Andrade Furtado Neto –
UFC
2ª Vice-Coordenador

Mônica Cristina Barbosa Pereira – UFAM
1ª Secretária

Maísa Miralva da Silva – UFG
2º Secretário

OBSERVATÓRIO FONAPRACE

Suzi Alves Camey – UFRGS
Coordenadora

Aline Souza Araújo – UNIFAL

Erivã Garcia Velasco – UFMT

Josimeire de Omena Leite – UFAL

Maisa Miralva da Siva – UFG

Márcia Cristina de Oliveira – CEFET – RJ

Maria Goretti da Fonseca – UFRB

Monica Cristina Barbosa Pereira – UFAM

Noriel Viana Pereira - UFU

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Valder Steffen Júnior
Reitor

Orlando César Mantese
Vice-Reitor

Edilson José Graciolli
Diretor do Instituto de Ciências Sociais

Patrícia Vieira Trópia
Coordenadora Geral

Leonardo Barbosa e Silva
Vice-Coordenador

V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018

Idealização

Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE

Realização

Universidade Federal de Uberlândia

Coordenação Geral

Patrícia Vieira Trópia (UFU)

Vice-Coordenação

Leonardo Barbosa e Silva (UFU)

Concepção

Observatório FONAPRACE

Leonardo Barbosa e Silva (UFU) e Patrícia Vieira Trópia (UFU)

Sistema de Coleta de Dados

Alexsandro Souza Mariano (UFU) e Romualdo Mathias Filho (UFU)

Crítica e sistematização dos dados

Patrícia Vieira Trópia (UFU) e Leonardo Barbosa e Silva (UFU)

Desenho Metodológico e Expansão Amostral

André Santiago Maia (FUNDACENTRO - BA)

Relatório

Darcilene Cláudio Gomes (Pesquisadora)

Davisson Charles Cangussu de Souza (UNIFESP)

João Feres Jr. (UERJ)

Leonardo Barbosa e Silva (UFU)

Patrícia Vieira Trópia (UFU)

Secretária da Pesquisa

Fernanda Belisário

Estagiários

Jhonatan Soares (UFU)

Anna Laura Ferreira (UFU)

Marcelo Gonçalves dos Reis Filho (UFU)

Luiz Gustavo dos Reis Batista (UFU)

Samuel Silveira de Lima (UFU)

Equipe ANDIFES

Ana Claudia da Cruz Lisboa

Carlos Antonio Martins

Cintia Matos Palma

Douglas Kellweyn de Araujo Garcia

Eliandra Alves de Souza

Erivan de Almeida Ribeiro

Lívia de Oliveira Miranda Leite

Sumário

SUMÁRIO	5
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE GRÁFICOS	10
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. O CONTEXTO DE EXPANSÃO DAS IFES	11
1.2 A V PESQUISA DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS (AS) GRADUANDOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	22
1.2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO UNIVERSO PESQUISADO	22
1.2.2 SOBRE O RELATÓRIO	31
1.2.3 SEXO DOS (AS) GRADUANDOS (AS)	33
1.2.4 FAIXA ETÁRIA DOS (AS) GRADUANDOS (AS)	34
1.2.5 COR OU RAÇA DOS (AS) GRADUANDOS (AS)	35
1.2.6 RENDA MENSAL BRUTA DO GRUPO FAMILIAR E RENDA MENSAL <i>PER CAPITA</i> FAMILIAR DOS (AS) GRADUANDOS (AS)	40
1.2.7 ESTUDANTES OCUPADOS (AS)	50
1.2.8 NATUREZA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DOS (AS) GRADUANDOS (AS)	53
1.2.9 REGIÃO GEOGRÁFICA DE <i>CAMPIDOS</i> (AS) GRADUANDOS (AS)	54
1.2.10 ANO DE INGRESSO DOS (AS) GRADUANDOS (AS)	55
2. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	59
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
4. DESENHO METODOLÓGICO DA V PESQUISA	88
4.1 A DIVULGAÇÃO DA V PESQUISA NACIONAL DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL	88
4.2 O PROCESSO DE COLETA DE DADOS	97
4.2.1 O QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO DA V PESQUISA	97
4.2.2 JUSTIFICATIVA DO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO E ONLINE	101
4.2.3 REQUISITOS DO SISTEMA	102
4.2.4. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	102
ÁREA EXCLUSIVA PARA IFES	103
INTERFACE (API) PARA VALIDAÇÃO DE ESTUDANTES	106
RANKING DE PARTICIPAÇÃO	106
4.2.5 QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	107

4.3 DESENHO AMOSTRAL	117
4.3.1 UNIVERSO DA PESQUISA	118
4.3.2 ESTRATIFICAÇÃO E ALOCAÇÃO DA AMOSTRA	120
4.3.3 PONDERAÇÃO DA AMOSTRA	124
4.3.4 CRÍTICA E CONSISTÊNCIA DOS DADOS	127
4.3.5 TAMANHO AMOSTRAL	133
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
6. ANEXOS	147

Lista de Quadros

<i>Quadro 4-1 Ações de comunicação implementadas pelas IFES durante o levantamento da V Pesquisa</i>	91
<i>Quadro 4-2 Instituições e endereços de seus vídeos de divulgação</i>	93
<i>Quadro 4-3 Lista de entrevistas de gestores (as) das IFES para divulgação da V Pesquisa</i>	94
<i>Quadro 4-4 Inovações no questionário eletrônico</i>	98
<i>Quadro 4-5 Informações contidas no cadastro de discentes nas 65 IFES - 2018</i>	119
<i>Quadro 4-6 Estrutura da base de dados</i>	128

Lista de Tabelas

Tabela 1-1 Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) - Brasil	13
<i>Tabela 1-2 Número e taxa de crescimento das instituições federais de ensino superior e de campi, por regiões geográficas, 2002 e 2017 – Brasil</i>	17
Tabela 1-3 Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior - universidades federais – por região - 2002-2017	17
<i>Tabela 1-4 Graduandos (as), segundo IFES (Em números absolutos e %) - 2018</i>	25
<i>Tabela 1-5 Localização administrativa, faixa de IDHM, natureza e percentual de discentes por cidade do campus, segundo IFES – 2018</i>	28
<i>Tabela 1-6 Sexo dos (as) estudantes das IFES – 1996 a 2018 (%)</i>	33
<i>Tabela 1-7 Graduandos (as) e população brasileira por sexo, segundo região geográfica de campus – 1996 a 2018 (em %)</i>	34
<i>Tabela 1-8 Média de idade dos (as) graduandos (as) segundo sexo - 1996 a 2018 (em %)</i>	34
<i>Tabela 1-9 Graduandos (as) segundo a faixa etária – 1996 a 2018 (%)</i>	35
<i>Tabela 1-10 Graduandos (as) e população brasileira segundo Cor ou Raça – 1996 a 2018 (%)</i>	36
<i>Tabela 1-11 Graduandos (as) segundo Cor ou Raça – 2003 a 2018</i>	36
<i>Tabela 1-12 Graduandos (as) segundo Cor ou Raça por região – 1996 a 2018 (%)</i>	37
<i>Tabela 1-13 Graduandos (as) por cor ou raça, segundo as unidades da federação – 2018 (em %)</i>	39
<i>Tabela 1-14 Graduandos (as), por região geográfica, segundo Faixa de Renda Bruta do Grupo Familiar</i>	42
<i>Tabela 1-15 - Graduandos (as), por Faixa de Renda Per capita do Grupo Familiar</i>	45
<i>Tabela 1-16 Graduandos (as) com Renda Mensal Familiar Per Capita “Até 1 e meio SM”, por região geográfica, segundo Faixa de Renda Mensal Per Capita - 2018</i>	47
<i>Tabela 1-17 Graduandos (as) segundo a região geográfica de campus – 2018</i>	55
<i>Tabela 1-18 Graduandos (as) por ingresso, segundo faixa de ano de ingresso - 2018</i>	56
Tabela 4-1 Número de estudantes de graduação nas 65 IFES - 2018	118
<i>Tabela 4-2 Total de estudantes de graduação nas 65 IFES, média e desvio-padrão do tempo de matrícula dos estudantes por estrato - 2018</i>	120
<i>Tabela 4-3 Tamanho da amostra idealizada de estudantes de graduação nas 65 IFES via AAE - 2018</i>	123
<i>Tabela 4-4 Tamanho da amostra final de estudantes de graduação nas 65 IFES obtida via questionário online e fração amostral - 2018</i>	133
<i>Tabela 4-5 Distribuições marginais populacionais e amostrais não ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018</i>	134
<i>Tabela 4-6 Distribuições marginais populacionais e amostrais ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018</i>	139

Lista de Figuras

<i>Figura 1-1 Distribuição de cursos por áreas do conhecimento do CNPq - 2018</i>	24
<i>Figura 1-2 IFES, segundo Unidade da Federação – 2018 (em números absolutos)</i>	27
<i>Figura 1-3 Renda mensal nominal familiar per capita de até 1 e meio SM, por região geográfica</i>	48
<i>Figura 2-1 Cor e raça dos (as) graduandos (as) – 2018</i>	60
<i>Figura 2-2 Perfil básico dos (as) graduandos (as) por região geográfica dos campi das IFES - 2018</i>	62
<i>Figura 4-1 Banner criado pela UFOB</i>	89
<i>Figura 4-2 Arte do e-mail da UFRGS.</i>	92
<i>Figura 4-3 Banners disponibilizado no Facebook da UFRGS</i>	95
<i>Figura 4-4 Interface V Pesquisa de Perfil</i>	98
<i>Figura 4-5 Questionário para envio de dados</i>	104
<i>Figura 4-6 Página com orientação sobre a divulgação da pesquisa</i>	105
<i>Figura 4-7 Exemplo de Relatório de participação de estudantes, com 11 primeiros cursos ordenados em ordem alfabética</i>	105
<i>Figura 4-8 Imagem do ranking de preenchimento dos questionários com as dez primeiras posições</i>	106
<i>Figura 4-9 Questionário com exemplo de pergunta sobre cor ou raça, na proporção de uma tela de celular (360px x 640px), caricatura de um indígena e tema de dados pessoais em cores azul turquesa e ícone de um documento</i>	113
<i>Figura 4-10 Questionário com pergunta sobre deficiência, na proporção de uma tela de tablet (768px x 1024px), caricatura de uma mulher branca e tema de dados pessoais em cores azul turquesa e ícone de um documento</i>	113
<i>Figura 4-11 Questionário com pergunta sobre frequência de estudo na biblioteca, caricatura de uma mulher negra e tema de perguntas acadêmicas em cor vermelha e ícone de um capelo</i>	114
<i>Figura 4-12 Questionário com pergunta sobre domínio da língua inglesa, com caricatura de uma mulher francesa e tema de perguntas culturais em cor amarela e ícone de um pincel.</i>	114
<i>Figura 4-13 Questionário com pergunta sobre meio de transporte, caricatura de um cadeirante e tema de perguntas de moradia em cor verde e ícone de uma casa</i>	115
<i>Figura 4-14 Tela de finalização do questionário</i>	116
<i>Figura 4-15 Imagens com caricaturas que compunham o questionário de preenchimento para expressar diversidade</i>	117

Lista de Gráficos

<i>Gráfico 1-1 Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2017</i>	16
<i>Gráfico 1-2 - Número de ingressantes nas universidades federais via SISU - 2010-2015 - Brasil</i>	18
<i>Gráfico 1-3 - Percentual de IFES, de discentes de IFES e populacional, segundo região geográfica</i>	26
<i>Gráfico 1-4 Graduandos (as) com renda mensal familiar per capita até 1 e meio SM, segundo faixa de renda - 2018</i>	46
<i>Gráfico 1-5 Percentual de (as) graduandos (as) das IFES, segundo faixas de renda mensal familiar per capita selecionadas, por ano de realização da Pesquisa de Perfil – 1996 – 2018 (em %)</i>	50
<i>Gráfico 1-6 - Graduandos (as) segundo tipo de escola de Ensino Médio, por Unidade da Federação, 2018</i>	54
<i>Gráfico 1-7 Graduandos (as), por forma de ingresso, segundo faixa de ano de ingresso – 2018</i>	57

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa de perfil socioeconômico dos (as) estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior é um levantamento realizado, desde 1996, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) - vinculado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - com o objetivo de descrever o perfil médio socioeconômico e cultural dos (as) discentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Esta pesquisa tem cumprido o relevante papel de instrumentalizar todos (as) os (as) envolvidos (as) na gestão das políticas de assistência estudantil por meio de diagnósticos, análises, acompanhamentos e avaliações.

Além do diagnóstico mais preciso para definição de políticas públicas, a defesa da universidade pública, em geral, e da Assistência Estudantil, particularmente, depende de um rigoroso conhecimento de sua realidade social. Quem é o seu público? Qual é a matéria prima sobre a qual ela se dirige? Qual a composição social das IFES brasileiras?¹

Em 2018, foi realizada a quinta onda da pesquisa de perfil ANDIFES/FONAPRACE, intitulada V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, cujo processo de coleta, crítica e consistência dos dados, desenho metodológico e resultados são objeto de exposição e análise do presente relatório.

1.1. O contexto de expansão das IFES

Para tirarmos todas as consequências dos dados coletados durante a V Pesquisa de Perfil ANDIFES/FONAPRACE é essencial situarmos o contexto de expansão das IFES brasileiras.

A democratização do acesso ao ensino superior, resultante da ampliação do número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cursos e vagas, da interiorização dos *campi* das mesmas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por

¹ A sigla IFES se refere ao conjunto das 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018 e aos Cefets MG e RJ.

meio de cotas (Renda, PPI – pretos, pardos e indígenas - e Pessoas com Deficiência), modificou radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets MG e RJ.

A IV Pesquisa, realizada em 2014/15, já havia identificado que nas universidades federais e nos Cefets MG e RJ era mais frequente a presença de estudantes negros e de origem popular e que este perfil original apresentava novos desafios para a permanência e sucesso acadêmico, principalmente daqueles considerados vulneráveis (FONAPRACE/ANDIFES, 2016).

Os desafios expressos acima foram sentidos pelas IFES e pelo governo federal. No âmbito da ANDIFES, várias manifestações de sua Diretoria e, particularmente, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil ocuparam-se do relato das dificuldades de manutenção das políticas de permanência dado o descompasso entre o volume de recursos destinados à área e a modificação rápida do perfil dos discentes das instituições (FONAPRACE/ANDIFES, 2016). A alocação de recursos para assistência estudantil no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – e a criação do Programa Nacional de Assistência estudantil (BRASIL, 2010) – PNAES – evidenciaram a preocupação governamental com o processo de expansão e democratização do acesso às IFES².

Até o ano de 2012, parte dos recursos do REUNI (BRASIL, 2007) eram destinados exclusivamente para a assistência estudantil. Assim, as instituições contavam com um suplemento significativo em seu orçamento para o desenvolvimento de políticas de permanência. Notadamente tratava-se da percepção de que o processo de expansão exigiria a cobertura de discentes que, por suas próprias condições, não conseguiriam guardar adequadamente seu vínculo acadêmico. A partir de 2013, as universidades e Cefets ou financiavam a assistência com recursos próprios ou valiam-se

² O decreto 7.234 de julho de 2010 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Definiu 10 áreas em que as ações de assistência deveriam ser desenvolvidas. Definiu no artigo 5º. o perfil prioritário estudantil beneficiário dos recursos: “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”.

do PNAES. Por seu turno, o PNAES dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo todavia queda para R\$987 milhões em 2017 e R\$957 milhões em 2018.

Tabela 1-1 Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) - Brasil

Ano	PNAES NACIONAL	Δ%
2008	R\$ 125.300.000,00	-
2009	R\$ 203.000.000,00	62,0
2010	R\$ 304.000.000,00	49,8
2011	R\$ 395.189.588,00	30,0
2012	R\$ 503.843.628,00	27,5
2013	R\$ 603.787.226,00	19,8
2014	R\$ 742.720.249,00	23,0
2015	R\$ 895.026.718,00	20,5
2016	R\$ 1.030.037.000,00	15,1
2017	R\$ 987.484.620,00	- 4,1
2018	R\$ 957.178.952,00	- 3,1

Fonte: Apud. SILVA; COSTA, 2018.

Raros são os estudos de avaliação das políticas de assistência estudantil. Não têm sido produzidos dados sistematizados, acompanhados de reflexões robustas acerca das políticas de Assistência Estudantil e sua contribuição para a manutenção do vínculo do discente com o sistema, para o sucesso e o desempenho acadêmico, nem no âmbito do Ministério da Educação, nem, eventualmente, por parte das próprias instituições federais através de seus pesquisadores. São mais frequentes os estudos de caso, isolando uma instituição, a atuação de uma categoria profissional ou uma ação dentro do programa PNAES (BARBOSA, 2017; CARVALHO, 2013; COSTA, 2010, 2011; KOWALSKI, 2012; SILVEIRA; OTHERS, 2012; VARGAS, 2011). Estudos que apresentam abordagens nacionais e generalizantes (COSTA, 2011; IMPERATORI, 2017; SANCHES, 2013) ou mesmo trabalhos de revisão da bibliografia (CARVALHO, 2015) ainda são pouco numerosos, não obstante sua importância estratégica para o acesso ao direito à educação.

As pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES, realizadas pelo FONAPRACE, com apoio da ANDIFES nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018, vieram preencher uma lacuna importante pois não se conheciam aspectos fundamentais do perfil básico socioeconômico e cultural dos (as) discentes dos cursos de graduação. Ademais era preciso evidenciar, por meio de pesquisas sistemáticas, as recentes mudanças no perfil estudantil.

Embrião do FONAPRACE, o Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis foi criado em 1987 (FONAPRACE/ANDIFES; PROEX/UFU, 2012). Posteriormente, receberia a denominação de Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e mais recentemente Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos e Estudantis.

O FONAPRACE, ao longo de sua primeira década de existência, concentrava suas atividades na produção e “identificação de dados confiáveis que fundamentassem a formulação e elaboração de uma proposta de política de assistência ao estudante” (FONAPRACE/ANDIFES; PROEX/UFU, 2012, p. 19).

No período de 1993 a 1996, foram realizados pelo FONAPRACE estudos sobre residências universitárias, restaurantes universitários, saúde estudantil, dentre outros temas. Em 1994 foi feito o primeiro levantamento amostral de perfil socioeconômico dos graduandos das IFES, mas, como os dados produzidos careciam de maior consistência, decidiu-se pela realização em 1996 da I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, com o intuito de fomentar a formulação e implantação de políticas sociais que garantissem a permanência dos (as) estudantes de graduação no interior das Instituições. Foram pesquisadas 44 IFES, o equivalente a 84,62% das 52 instituições federais de ensino superior então existentes. A principal descoberta da I Pesquisa de Perfil foi a presença de 44,29% de estudantes de origem familiar das “categorias C, D e E” - o que representava uma demanda real e potencial para a assistência estudantil.

Nas edições seguintes da pesquisa de Perfil, o FONAPRACE visou aperfeiçoar o mecanismo de coleta e a análise dos dados, tornando-os mais profundos, amplos e seriados.

A II Pesquisa do Perfil foi realizada no período de novembro de 2003 a março de 2004, dela participando 47 IFES, o equivalente a 88,68% do total de 53 instituições federais. Novamente a pesquisa revelava que 42,8% dos estudantes “encontram-se nas classes [de renda] C, D, E” cuja renda média familiar mensal atingia, no máximo, R\$ 927,00, valor contido na faixa vulnerabilidade social.

A terceira edição da Pesquisa de Perfil ocorreu em 2010, desta vez com estudantes de 56 IFES. Constatou-se que 43,7% dos (as) estudantes pertenciam às

“classes [de renda] C, D e E”.³ Nesta edição descobriu-se ainda que havia aumentado a presença de estudantes pretos, de 5,9% para 8,7%, e de pardos, de 28,3 para 32,1%, dado que refletia a institucionalização das políticas de ação afirmativas e do REUNI, não obstante o percentual de negros ainda fosse inferior (40,8%) aos 50,7% apurados pelo Censo 2010 do IBGE.

A grande inflexão das IFES brasileiras rumo à democratização do acesso, tanto por critérios econômicos quanto raciais, foi captada pela IV Pesquisa, realizada em 2014, cujos resultados principais serão destacados ainda nesta introdução. Antes importa notar as mudanças institucionais que pressionaram as IFES a se abrirem ainda mais para cerca de 1 milhão de estudantes de graduação em cursos presenciais.

O ensino superior brasileiro foi marcado, desde sua origem até o final dos anos 1980, pela presença estatal na organização e regulação do sistema (SAVIANI, 2010). A partir dos anos 1950, o compromisso de superação do subdesenvolvimento deu ao sistema universitário brasileiro um perfil híbrido e assimétrico. Em sua dimensão pública, o acesso às universidades era restrito e distribuído de modo a contemplar as regiões metropolitanas. Por seu turno, a rede privada de ensino superior era agraciada com incentivos especiais para seu crescimento e expansão (MARQUES; CEPÊDA, 2012).

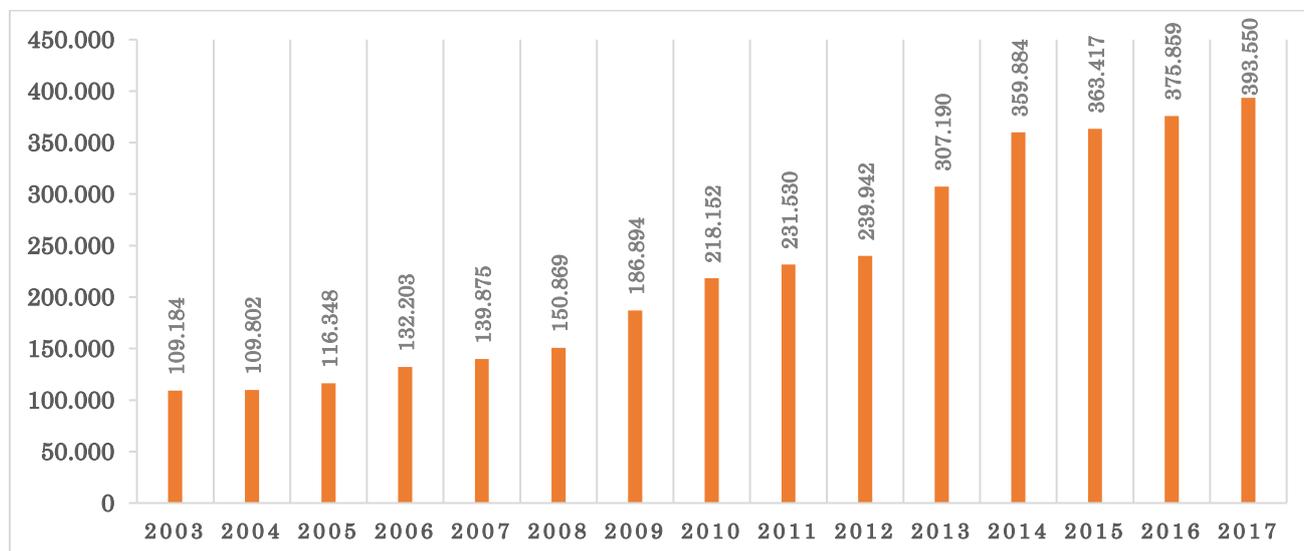
Este padrão foi alterado nos anos que sucederam a promulgação da Constituição de 1988, abrindo cada vez mais espaço para o modelo anglo-saxão, em sua versão estadunidense, que estreita os laços entre a produção universitária e as demandas do mercado. Durante a década de 1990, constatar-se-ia a paralisia do processo de expansão do ensino superior federal brasileiro e, ao mesmo tempo, o crescimento substancial das instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Vítimada por uma perspectiva fiscalista, a reforma do ensino superior empreendida nos anos 1990 voltou-se para a diversificação das fontes de financiamento e dos modelos de Instituições de Ensino Superior, bem como para a redução dos custos por estudante.

Durante os anos 2000, houve significativa expansão de vagas e instituições federais de ensino superior. No período 2003-2017 registrou-se um crescimento de 260%

³ Desde a IV Pesquisa, a terminologia A, B, C, D e E para classificar as faixas de renda estudantis foi abandonada. Optou-se, desde então, por levantar a renda e interpretá-la como montante de rendimentos familiares por entendermos que classe social constitui uma categoria analítica muito mais complexa, relacional, cuja identificação está condicionada ao conhecimento de relações sociais, posições na estrutura produtiva, tendências políticas e orientações ideológicas das pessoas e grupos – o que não é o objetivo desta pesquisa.

no número de vagas ofertadas. Apenas em 2017 foram mais de 393.000 vagas em cursos de graduação presencial como mostra o Gráfico 1-1 abaixo.

Gráfico 1-1 Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2017



Fonte: INEP, 2018a.

O crescimento do número de vagas tem relação direta com a abertura de novas instituições federais de ensino superior. Foram criadas 18 novas IFES no período de 2005 a 2017, contemplando quatro das cinco regiões do país⁴.

Houve um crescimento de 40% no percentual de universidades federais no país, com valores mais significativos na região Sul, seguida da região Nordeste. Em termos de novos *campi* abertos no mesmo processo de expansão, eram 148 em 2002, alcançando 408 em 2017, registrando-se crescimento de 176% em quinze anos. Em termos regionais, o Nordeste e o Norte lideraram a expansão.

⁴ A UFOB foi criada em 2014 e compõe a população da pesquisa. Cinco novas universidades foram criadas em 2018, após o início da V Pesquisa: Universidade Federal de Catalão (UFCat), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFPCAR).

Tabela 1-2 Número e taxa de crescimento das instituições federais de ensino superior e de *campi*, por regiões geográficas, 2002 e 2017 – Brasil

Região	Universidades			Campi		
	2002	2017	Δ%	2002	2017	Δ%
Norte	8	10	25,	24	69	187,5
Nordeste	12	18	50,	30	106	253,3
Sul	6	11	83,3	29	76	162,1
Sudeste	15	19	26,6	46	110	139,1
Centro-oeste	4	5	25,	19	47	147,4
Total	45	63	40,	148	408	175,7

Fonte: BRASIL, 2014; INEP, 2018b.

Movimento semelhante pode ser observado nos indicadores que apresentam a variação no quantitativo de cursos, vagas e matrículas nas universidades federais. No que tange aos cursos, todas as regiões apresentaram um crescimento expressivo, com a ampliação superior a 100%, exceto no Norte. O mesmo raciocínio vale para as novas vagas abertas. Para o caso das matrículas, as regiões Sul, Sudeste e Nordeste capitaneiam a expansão (Tabela 1-3).

Tabela 1-3 Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior - universidades federais – por região - 2002-2017

Região	CURSOS			VAGAS			MATRÍCULAS		
	2002	2017	Δ%	2002	2017	Δ%	2002	2017	Δ%
Norte	478	617	29,1	16.755	38.900	132,2	76.779	137.605	79,2
Nordeste	583	1.254	115,1	33.587	121.975	263,2	147.464	342.932	132,6
Sul	286	905	216,4	17.152	72.078	320,2	75.985	190.022	150,1
Sudeste	430	1.254	191,6	32.509	117.669	262,0	139.641	341.398	144,5
Centro-oeste	270	541	100,4	13.260	42.928	223,7	60.590	108.847	79,7
TOTAL	2.047	4.571	123,3	113.263	393.550	247,5	500.459	1.120.804	124,0

Fonte: BRASIL, 2014; INEP, 2018b.

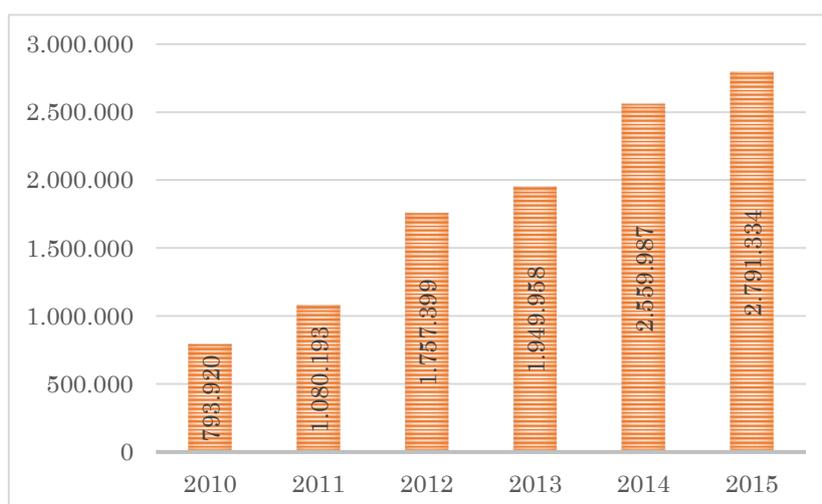
Cepêda e Marques (2012) compreendem que esse movimento expansionista refletiu o mergulho do país no “novo desenvolvimentismo”. A expansão quantitativa também carregaria consigo transformações de ordem qualitativa. Os investimentos foram orientados para romper com a lógica pretérita e, em razão disto, buscou contrapor-se à concentração de instituições federais de ensino superior em regiões metropolitanas, de maior poder aquisitivo e indicadores socioeconômicos mais favoráveis. Com efeito, foram contempladas as regiões com grande densidade demográfica e baixa cobertura universitária pública, mais afastadas dos grandes centros e com demandas específicas de

cursos de licenciatura ou regiões de fronteira com características de integração e escoamento regional. Além disso, foram considerados os papéis de internacionalização e integração interna e externa ao distribuir espacialmente os *campi*. Merece nota a função desempenhada pela UNILA, UNILAB, UFFS e UFOPA (MARQUES; CEPÊDA, 2012).

Por sua vez, as expansões quantitativa e qualitativa do ensino federal superior brasileiro foram acompanhadas pela utilização de novos mecanismos de recrutamento de discentes. No lugar dos tradicionais vestibulares, instituiu-se o Sistema de Seleção Unificada – SISU –, sistema informatizado que se vale das notas obtidas por estudantes no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) para alocar candidatos (as) entre as instituições credenciadas.

Pode-se imaginar que a onda de oportunidades apresentada pelo SISU a milhares de estudantes do ensino médio, para que encontrem uma vaga em universidades de todo o país, constitui um potencial importante de mobilidade territorial. Tal mobilidade implica deslocamento também de toda a diversidade regional brasileira, transformando os *campi* em espaços mais diversos e cosmopolitas e, por isso, complexos. Hoje o SISU é um sistema que atrai um número de estudantes crescente, como mostra o estudo realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e expresso no Gráfico 1-2.

Gráfico 1-2 - Número de ingressantes nas universidades federais via SISU - 2010-2015 - Brasil



Fonte: RISTOFF, 2016.

Além do SISU, deve-se também dar destaque ao impacto da Lei Federal nº 12.711/2012, conhecida como lei de cotas, sobre as universidades federais.

Em estudo realizado dois anos após a promulgação da lei, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA-UERJ) já atestava o caráter inclusivo da política. Propondo uma razão entre o percentual de cotas estabelecidas nas universidades das várias regiões do país e a proporção de estudantes pretos e pardos em cada uma das instituições, o grupo criou um Índice de Inclusão Racial. De acordo com o Índice de Inclusão Racial (IIR), quanto mais próximo de 1 (um), mais significativa é a inclusão. Em 2012, as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentavam índices de Inclusão Racial - nas respectivas ordens - de 0,18, 0,19, 0,14, 0,09 e 0,48. No ano de 2014, já com a vigência da Lei de cotas, os índices avançaram para os patamares, também respectivamente, de 0,37, 0,38, 0,44, 0,47 e 0,70 (DAFLON; JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

A IV Pesquisa de Perfil dos (as) Graduandos (as) das IFES (ANDIFES, 2016) identificou este movimento e as mudanças no perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as). Evidenciou um cenário particular, com inúmeros indicadores comprobatórios de que o ensino superior federal havia se tornado mais acessível, popular e inclusivo.

Este cenário colocou gestores (as) públicos (as) diante da responsabilidade de fazer avançar este processo, reduzindo os níveis de desigualdade do país, mirando as condições para que discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica pudessem gozar das mesmas oportunidades educacionais que seus colegas mais abastados, garantindo que a educação superior, tal como definido pela Lei Federal 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), fosse um direito de todos (as).

A IV Pesquisa mostrou que, em 2014, as IFES eram mais negras. Em 2003, autodeclarados (as) brancos (as) somavam 59,4% da população dessas instituições, em 2010 esse índice cai para 53,9% e em 2014/5 chega a 45,7%. Na tendência oposta, autodeclarados (as) pretos (as) tinham crescido em participação nas IFES na respectiva cronologia de 5,9%, para 8,7% e 9,8%. Pardos (as), na mesma trajetória, foram de 28,3% para 32,1% e em 2014/5 compunham 37,8% da população-alvo. Em outras palavras, 47,6% dos (as) estudantes das IFES eram negros (as), em 2014. Em valores absolutos,

quase triplicou sua participação, comprovando o efeito das políticas de democratização do acesso.

A principal descoberta da IV Pesquisa foi o percentual de estudantes incluídos na faixa de renda de cobertura do PNAES nos cursos de graduação presenciais de 63 instituições federais pesquisadas em 2014: 66,2% dos (as) discentes viviam, em 2014/15, com renda mensal familiar *per capita* de até 1 e meio salários mínimos, sendo que 32% vivia com até meio salário mínimo e 22% com renda entre meio e 1 salário mínimo. Pela primeira vez, o percentual de estudantes com renda *per capita* de até 1 e meio SM atingia a maioria absoluta do universo pesquisado.

Estes dados permitiram o questionamento de teses e formulações propaladas no senso comum, segundo as quais as universidades públicas federais seriam frequentadas por setores das elites culturais e econômicas do país.

Em relatório publicado pelo Banco Mundial, intitulado “Um ajuste justo. Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” (BIRD, 2017), critica-se o atual modelo universitário público brasileiro. No referido documento afirma-se que estudantes das instituições públicas de ensino superior tendem a ser das famílias mais ricas e que teriam frequentado escolas privadas de Ensino Médio⁵.

Apoiada em rigorosa metodologia, a IV Pesquisa mostrava que as Instituições Federais de Ensino Superior, reais e concretas, eram muito diferentes da imagem difundida e comumente caracterizada como instituições de elite.

As IFES são instituições heterogêneas, plurais e compostas por estudantes oriundos de todas as classes e frações de classe. A rigor, as universidades federais não são, nem devem ser, monopolizadas pelos setores econômica ou culturalmente dominantes do país.

⁵ A divergência entre os dados aqui expostos e aqueles defendidos pelo BIRD parece repousar na diferença de metodologia de captura do dado. Tal como revela seu relatório, o Banco se vale dos dados da PNAD recortando o público universitário exclusivamente entre pessoas de 18 a 24 anos. É bem verdade que esta é a faixa etária predominante nas IFES brasileiras, todavia a IV Pesquisa revelou que aproximadamente 30% dos discentes encontram-se fora desta faixa, assim como se verá que a V Pesquisa comprovou que a idade média está aumentando e já alcançou o limite desta faixa etária. Portanto, a pesquisa do Banco Mundial recorta o público pesquisado de forma a não contemplar a totalidade da população discente universitária, ignora a tendência recente e produz um desenho do perfil mais distante da realidade. Por sua vez, a PNAD é uma pesquisa por amostra domiciliar com abrangência nacional mas que não pesquisa todos os municípios. Ademais os dados sobre estudantes que frequentam o ensino superior público não desagrega a natureza administrativa municipal, estadual ou federal. Isto posto, ratifica-se neste relatório o achado na série de pesquisas empreendidas pela ANDIFES/FONAPRACE.

Dois de cada três estudantes ativos em cursos de graduação presenciais das IFES (66,19%) pertenciam a famílias com renda *per capita* de até 1 e meio salários mínimos (ANDIFES, 2016), faixa de renda que, segundo o Decreto do PNAES, define o público alvo em situação de vulnerabilidade social e econômica e por isso coberto pela assistência estudantil. Do total dos (as) discentes incluídos na faixa de renda mensal familiar “até 1 e meio SM”, 81,5% viviam com até um salário mínimo.

O efeito das cotas sobre o ingresso daqueles que possuíam níveis de renda mais baixos fez com que dobrasse o percentual relativamente ao registrado na pesquisa de 2010.

Em relação ao nível de escolaridade dos pais, a IV Pesquisa revelara que 64,1% de discentes do sexo masculino e 66% do feminino já tinham nível de escolaridade superior ao de suas mães e que 66,6% dos estudantes do sexo feminino e 69,4% do masculino tinham nível de escolaridade superior ao de seus pais. Estes dados indicavam um impacto geracional proporcionado pela ampliação das oportunidades de acesso às IFES brasileiras.

Finalmente, a pesquisa demonstrara que a maioria dos (as) estudantes havia frequentado escolas públicas no ensino médio. Do total, 64,1% dos estudantes tinham realizado o Ensino Médio em escolas públicas, enquanto 35,9% frequentaram escolas particulares.

Com efeito, cada vez mais o público universitário se aproximava das características sociodemográficas da população brasileira nos coortes cor ou raça e sexo. Ademais o percentual de discentes incluídos nas faixas de renda *per capita* familiar abaixo de 1 e meio salário mínimo haviam crescido. Dito de outra forma, a IV Pesquisa de perfil discente indicava que a democratização das instituições federais de ensino superior era uma tendência real, que todavia precisaria ser confirmada em nova onda.

As tendências encontradas em 2014 se confirmam na V Pesquisa de Perfil, realizada em 2018. Ademais, a V Pesquisa identifica a consolidação do processo de democratização das IFES brasileiras.

1.2 A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior

A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior visou levantar um conjunto de informações relativas ao perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES brasileiras, mais precisamente sobre perfil básico, moradia, origem familiar, trabalho, histórico escolar, vida acadêmica, atividades culturais, saúde e qualidade de vida e, finalmente, dificuldades estudantis e emocionais.

Outro objetivo foi a consolidação da série histórica com uma nova onda de pesquisa.

Finalmente, buscou produzir indicadores que permitam aos gestores monitorar as políticas direcionadas ao ensino superior, avaliar seus resultados, aprofundá-las e corrigir eventuais desvios de rota.⁶

1.2.1 Características gerais do universo pesquisado

O universo investigado pela V Pesquisa foi composto por estudantes de cursos de graduação presenciais de todas as 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018, bem como pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, totalizando 65 IFES.

Dados básicos sobre este universo foram obtidos a partir de informações enviadas pelas próprias IFES, via sistema de cadastramento de estudantes, especialmente criado pela equipe de Tecnologia da Informação da UFU. Ao final do processo de cadastramento de estudantes, chegou-se ao volume de 1.200.300 (um milhão,

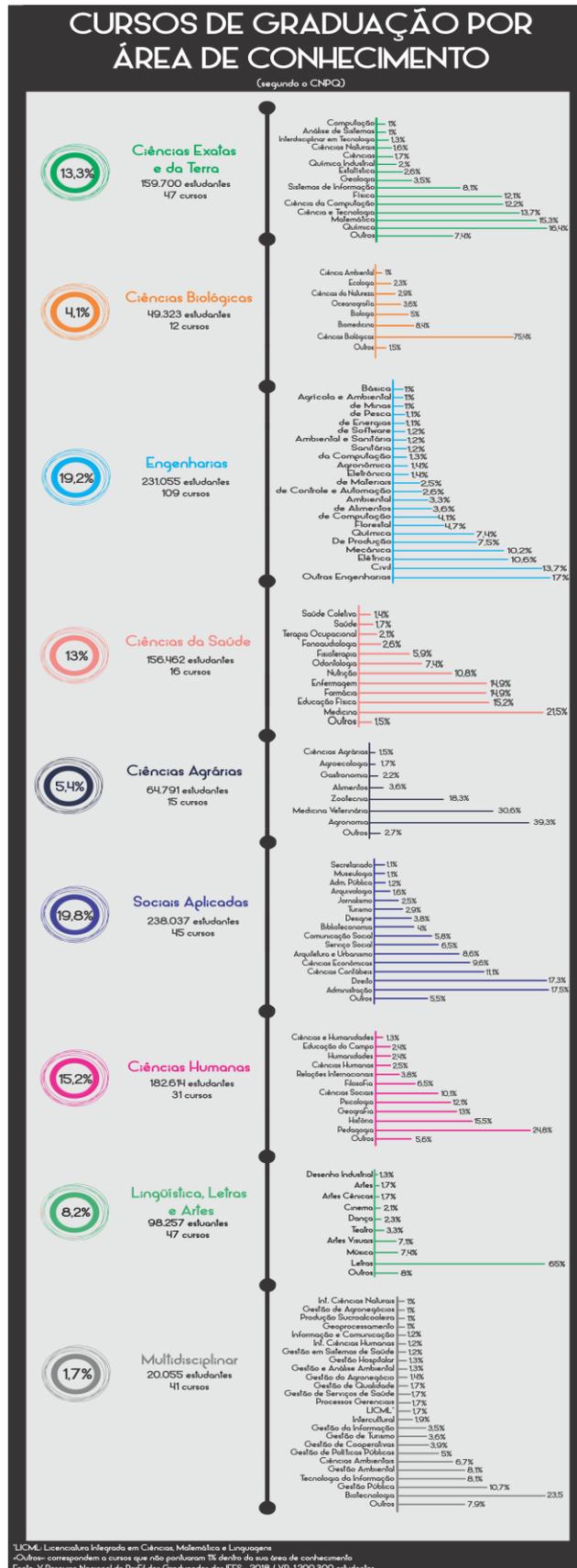
⁶ A V Pesquisa de Perfil foi formalizada por meio de Convênio firmado entre ANDIFES/FONAPRACE e a Universidade Federal de Uberlândia, que ficou responsável pela coordenação geral, concepção, desenvolvimento e análise dos dados da pesquisa. O Convênio firmado explicita todo o desenho da pesquisa – cronograma, produtos, recursos e equipe, composta por coordenação, analistas, secretaria, pessoal de Tecnologia da Informação, estatístico e estagiários. Exceto os analistas, oriundos de universidades públicas e fundações de pesquisa nacionais, escolhidos pela coordenação em função de sua reconhecida competência na análise de perfil social, o restante da equipe pertence à Universidade Federal de Uberlândia que, além da cessão de docentes e técnico-administrativos, hospeda o sistema de armazenamento dos dados.

duzentos mil e trezentos) discentes⁷, distribuídos por 65 IFES e por 395 *campi*, ingressantes no período entre 2000-2018. Estes discentes tem matrícula ativa em 355 cursos, distribuídos nos turnos Diurno, Noturno e Integral, para obtenção dos graus de Bacharelado, Licenciatura, Bacharelado e Licenciatura e Tecnológico.

Os cursos estão distribuídos pelas áreas do conhecimento do CNPq, como mostra a figura abaixo.

⁷ Findo o período de coleta, iniciou-se a fase de crítica e consistência dos dados, que levou ao refinamento da população pois entre cadastrados pelas IFES foram encontrados estudantes de cursos não presenciais e de Pós-graduação. Ver detalhes no item “Desenho metodológico da Pesquisa”.

Figura 1-1 Distribuição de cursos por áreas do conhecimento do CNPq - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

As IFES apresentam características particulares, tais como o volume de estudantes, ano de fundação, localização geográfica e número de *campi*. A Tabela 1-4 mostra o número e percentual de estudantes ativos em cursos de graduação presenciais, segundo as IFES.

Tabela 1-4 Graduandos (as), segundo IFES (Em números absolutos e %) - 2018

IFES	Freq.	%	IFES	Freq.	%	IFES	Freq.	%
CEFET-MG	6379	0,5	UFMS	19852	1,7	UFSCAR	14036	1,2
CEFET-RJ	7210	0,6	UFMT	28481	2,4	UFSJ	10328	0,9
FURG	10670	0,9	UFOB	3348	0,3	UFSM	21334	1,8
UFABC	14790	1,2	UFOP	12102	1	UFT	15156	1,3
UFAC	11376	0,9	UFOPA	5303	0,4	UFTM	6985	0,6
UFAL	28994	2,4	UFPA	51191	4,3	UFU	26656	2,2
UFAM	29393	2,4	UFPB	29616	2,5	UFV	15587	1,3
UFBA	38674	3,2	UFPE	31419	2,6	UFVJM	8949	0,7
UFC	29991	2,5	UFPEL	18425	1,5	UNB	37354	3,1
UFCA	3264	0,3	UFPI	27483	2,3	UNIFAL-MG	6533	0,5
UFCG	18228	1,5	UFPR	32204	2,7	UNIFAP	9151	0,8
UFCSPA	2713	0,2	UFRA	7158	0,6	UNIFEI	8053	0,7
UFERSA	9703	0,8	UFRB	10591	0,9	UNIFESP	13443	1,1
UFES	25418	2,1	UFRGS	30952	2,6	UNIFESSPA	5190	0,4
UFF	47155	3,9	UFRJ	50571	4,2	UNILA	4339	0,4
UFFS	9466	0,8	UFRN	31850	2,7	UNILAB	4375	0,4
UFG	30633	2,6	UFRPE	15088	1,3	UNIPAMPA	12865	1,1
UFGD	7712	0,6	UFRR	6959	0,6	UNIR	10305	0,9
UFJF	17838	1,5	UFRRJ	15926	1,3	UNIRIO	11011	0,9
UFLA	10844	0,9	UFS	28457	2,4	UNIVASF	6984	0,6
UFMA	33579	2,8	UFSB	3396	0,3	UTFPR	32714	2,7
UFMG	30348	2,5	UFSC	34205	2,8	Total	1200300	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

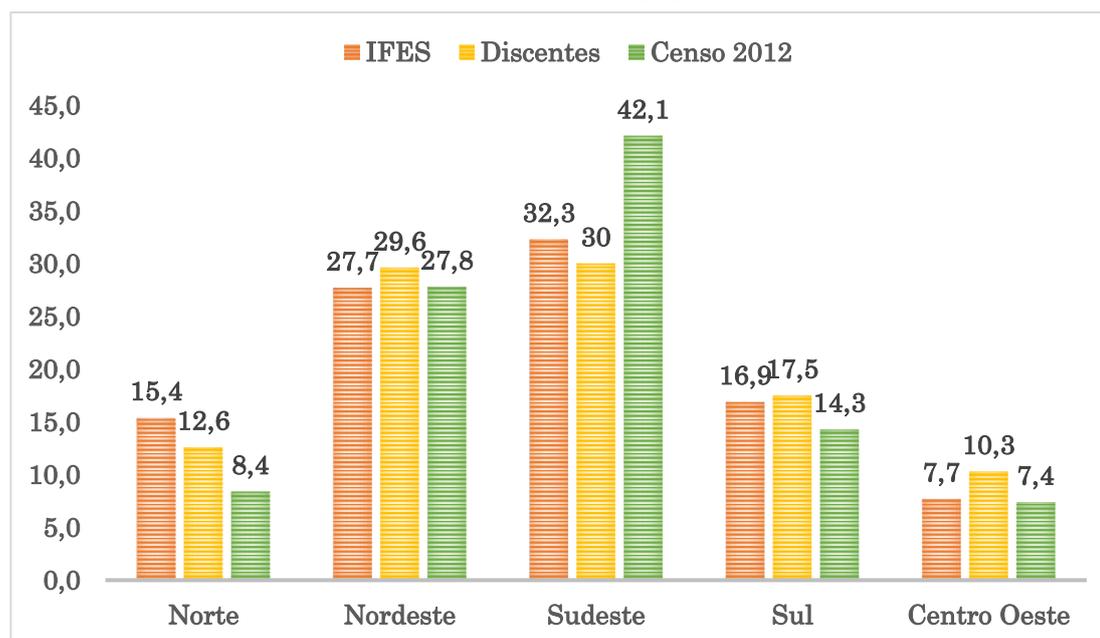
As IFES com maior número de estudantes são as universidades federais do Pará (UFPA), Rio de Janeiro (UFRJ) e Fluminense (UFF) cada qual com mais de 47 mil estudantes de graduação presenciais ativos. As universidades federais da Bahia (UFBA), Nacional de Brasília (UNB), Santa Catarina (UFSC), Maranhão (UFMA), Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Rio Grande do Norte (UFRN), do Paraná (UFPR), de Pernambuco (UFPE), do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Goiás (UFG) e de Minas Gerais (UFMG) possuem cada qual entre 30 e 40 mil estudantes. No outro extremo, encontram-se instituições federais com menos de 5 mil discentes de graduação, tais como UNILAB, UNILA, UFSB, UFOB, UFCA, UFCSPA.

A distribuição das instituições federais de ensino superior e do número de estudantes guarda relação com o tamanho da população das distintas regiões geográficas no país. Nota-se que, excetuando-se o Sudeste, a proporção de estudantes acompanha o percentual de população aferido em cada região, com vantagem para os primeiros. A visualização da distribuição pode ser conferida no Gráfico 1-3.

O caso do Sudeste difere das demais regiões pois o percentual de estudantes matriculados (as) na região é significativamente inferior ao tamanho da população. Enquanto o Sudeste concentra 42,1% da população brasileira, reúne 30,0% dos discentes matriculados nas IFES do país.

É provável que essa partilha dos graduandos reflita a política de interiorização das universidades federais promovida a partir de meados dos anos 2000, conforme indicado por Cepêda (2012), Vinhais (2013) e IPEA (2018).

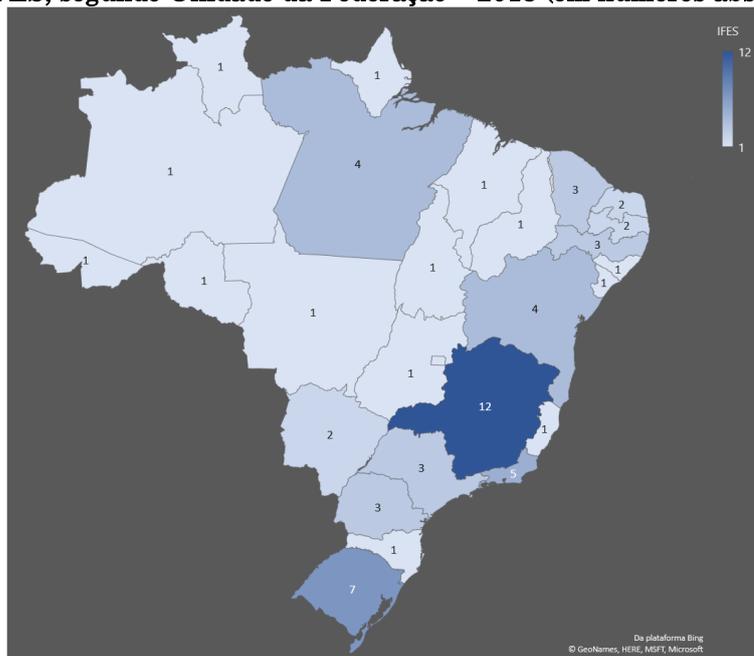
Gráfico 1-3 - Percentual de IFES, de discentes de IFES e populacional, segundo região geográfica



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
 * IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; Censo, 2010.

Especialmente, as IFES estão distribuídas por todos os estados da Federação. Minas Gerais é o estado com o maior número absoluto de IFES e de discentes. São 12 IFES - onze universidades e o Cefet-MG - onde estudam 160.602 estudantes. O estado com o segundo maior número de IFES é o Rio Grande do Sul, totalizando sete universidades federais. O Rio de Janeiro tem quatro universidades federais e o Cefet-RJ, a Bahia e o Pará quatro universidades cada.

Figura 1-2 IFES, segundo Unidade da Federação – 2018 (em números absolutos)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

No período 2000-2010, o percentual de universidades localizadas no interior do país cresceu mais de 125,0%, passando de doze em 2000 para 27, em 2010, enquanto na mesma vaga o incremento nas capitais foi de apenas 14,8 p.p., segundo dados do IPEA (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018).

No período 2010-2018, a interiorização aprofunda-se ainda mais, considerando que o número de IFES localizadas nas capitais chega a 13 unidades e no interior a 52. O percentual de instituições federais localizadas no interior do país cresceu 92,6%, passando de 27, em 2010, para 52, até fevereiro de 2018.

Observa-se a mesma dinâmica de expansão de *campi* para cidades localizadas no interior dos estados. Considerando as cidades dos *campi* das IFES, segundo localização administrativa, nota-se o predomínio de *campi* em cidades do interior, perfazendo 81,3% (N=321), como mostra a Tabela 1-5.⁸

⁸ A expansão das IFES no sentido da interiorização - criação de novas universidades ou de novos campi em cidades do interior – constitui diretriz de política pública. O relatório da comissão instituída pela Portaria No. 126/2012 para análise da expansão das universidades federais mostra que a interiorização fora concebida como estímulo ao desenvolvimento econômico e social das regiões, desenvolvimento que tem sido observado pelas pesquisas de Cepêda (2012), Vinhais (2013) e de recente estudo publicado pelo IPEA (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018). Vinhais verificou que no período 2000 a 2010 houve um efeito positivo da ordem de 3,3 p.p. sobre a “média do logaritmo da renda *per capita*” dos municípios em que os novos campi foram criados. A criação de uma nova universidade ou novo campus tende a produzir impactos, para além daqueles imperativamente incidentes sobre o público alvo, jovens em vias de formação e profissionalização no ensino superior. Goddard e Kempton (2011) apontam, entre estes impactos, a geração

Embora a maioria das IFES e de *campi* estejam localizados em cidades do interior, é equilibrado o percentual de estudantes nas capitais e no interior. Considerando o total de discentes, 50,5% estudam em cidades localizadas em capitais e 49,5% no interior.

Em suma, o universo pesquisado está distribuído por 395 *campi*. Regionalmente, o Sudeste e Nordeste concentram a maioria absoluta (52,9%) dos *campi* das IFES pesquisadas. A região com o menor percentual é a Centro-Oeste com 10,6%, seguida da Norte, com 17,5% e Sul com 19,0% (Tabela 1-5).

Tabela 1-5 Localização administrativa, faixa de IDHM, natureza e percentual de discentes por cidade do campus, segundo IFES – 2018

	% de cidade de <i>Campus</i> por localização administrativa		% de cidade do <i>campus</i> por Faixa de IDHM				% de cidade de <i>Campus</i> segundo natureza do <i>campus</i> sede X avançado		% de discentes por cidade de <i>Campus</i> por localização administrativa	
	Capital	Interior	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Avançado	Sede	Capital	Interior
CEFET-MG	22,2	77,8		11,1	66,7	22,2	77,8	22,2	65,1	34,9
CEFET-RJ	14,3	85,7			100,0		85,7	14,3	56,1	43,9
FURG		100,0		20,0	80,0		60,0	40,0		100,0
UFABC		100,0				100,0	50,0	50,0		100,0
UFAC	25,0	75,0	50,0	25,0	25,0		75,0	25,0	74,2	25,8
UFAL	33,3	66,7	33,3	33,3	33,3		66,7	33,3	71,0	29,0
UFAM	50,0	50,0	20,0	30,0	50,0		50,0	50,0	73,7	26,3
UFBA	50,0	50,0		50,0	50,0		50,0	50,0	93,9	6,1
UFC	37,5	62,5		50,0	50,0		62,5	37,5	88,5	11,5
UFCA		100,0		85,7	14,3		64,3	35,7		100,0
UFCG		100,0	14,3	57,1	28,6		85,7	14,3		100,0
UFCSPA	100,0					100,0		100,0	100,0	
UFERSA		100,0		75,0	25,0		75,0	25,0		100,0
UFES	66,7	33,3			33,3	66,7	66,7	33,3	88,6	11,4
UFF		100,0			47,4	52,6	47,4	52,6		100,0
UFFS		100,0			100,0		83,3	16,7		100,0
UFG	28,6	71,4			100,0		71,4	28,6	74,2	25,8
UFGD		100,0			100,0			100,0		100,0
UFJF		100,0			100,0		50,0	50,0		100,0
UFLA		100,0			100,0			100,0		100,0
UFMA	11,1	88,9	22,2	55,6	22,2		88,9	11,1	68,8	31,2
UFMG	75,0	25,0			25,0	75,0	25,0	75,0	96,8	3,2
UFMS	57,1	42,9		4,8	95,2		42,9	57,1	55,9	44,1
UFMT	20,0	80,0			100,0		80,0	20,0	56,0	44,0
UFOB		100,0	14,3	14,3	57,1	14,3	57,1	42,9		100,0
UFOP		100,0			100,0		66,7	33,3		100,0

de empregos, investimentos em infraestrutura, ampliação da demanda por bens e serviços. O estudo realizado pelo IPEA revela o impacto econômico e social sobre municípios que receberam novos campi de universidades federais. Foram testados os impactos sobre a renda domiciliar *per capita*, o nível de escolaridade das pessoas adultas, a taxa de fecundidade total e o nível de desigualdade de renda. Os resultados do estudo mostram, de forma robusta, que houve melhora na renda domiciliar *per capita* das famílias e redução da taxa de fecundidade. Revela ainda que os municípios de menor porte tendem a ser mais afetados positivamente na dimensão do desenvolvimento pela criação de um novo campus.

UFOPA		100,0	40,0	60,0			90,0	10,0	100,0	
UFPA	9,1	90,9	18,2	63,6	18,2		90,9	9,1	66,9	33,1
UFPB		100,0	100,0				100,0		79,3	20,7
UFPE	25,0	75,0		75,0	25,0		75,0	25,0	79,5	20,5
UFPEL		100,0		14,3	85,7		14,3	85,7		100,0
UFPI	20,0	80,0		60,0	40,0		80,0	20,0	60,8	39,2
UFPR	50,0	50,0			50,0	50,0	50,0	50,0	83,3	16,7
UFRA	16,7	83,3	33,3	33,3	33,3		83,3	16,7	43,9	56,1
UFRB		100,0		100,0			66,7	33,3		100,0
UFRGS	80,0	20,0			20,0	80,0	20,0	80,0	99,0	1,0
UFRJ	75,0	25,0			100,0		25,0	75,0	94,3	5,7
UFRN	20,0	80,0		60,0	40,0		60,0	40,0	89,1	10,9
UFRPE	25,0	75,0		75,0	25,0		75,0	25,0	60,0	40,0
UFRR	100,0				100,0			100,0	100,0	
UFRRJ		100,0			100,0		66,7	33,3		100,0
UFS	16,7	83,3	16,7	66,7	16,7		83,3	16,7	6,6	93,4
UFSB		100,0		54,5	45,5		54,5	45,5		100,0
UFSC	20,0	80,0			40,0	60,0	80,0	20,0	83,9	16,1
UFSCAR		100,0		25,0	50,0	25,0	75,0	25,0		100,0
UFSJ		100,0			100,0		50,0	50,0		100,0
UFSM		100,0			100,0		60,0	40,0		100,0
UFT	14,3	85,7		42,9	57,1		85,7	14,3	40,1	59,9
UFTM		100,0			100,0		50,0	50,0		100,0
UFU		100,0			100,0		45,5	54,5		100,0
UFV		100,0			100,0		66,7	33,3		100,0
UFVJM		100,0		25,0	75,0		75,0	25,0		100,0
UNB	40,0	60,0		20,0	20,0	60,0	60,0	40,0	87,4	12,6
UNIFAL-MG		100,0			100,0		66,7	33,3		100,0
UNIFAP	40,0	60,0	20,0	40,0	40,0		60,0	40,0	83,5	16,5
UNIFEI		100,0			100,0		50,0	50,0		100,0
UNIFESP	16,7	83,3			50,0	50,0	83,3	16,7	14,1	85,9
UNIFESSPA		100,0	20,0	80,0			80,0	20,0		100,0
UNILA		100,0			100,0			100,0		100,0
UNILAB		100,0		100,0			66,7	33,3		100,0
UNIPAMPA		100,0		6,7	93,3		93,3	6,7		100,0
UNIR	12,5	87,5		25,0	75,0		87,5	12,5	54,9	45,1
UNIRIO	100,0				100,0			100,0	100,0	
UNIVASF		100,0		100,0			66,7	33,3		100,0
UTFPR	7,7	92,3	7,7		84,6	7,7	92,3	7,7	28,5	71,5
Total	18,7	81,3	5,6	26,1	58,2	10,1	63,0	37,0	50,5	49,5

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Os *campi* sede são em menor número: 146 (36,9%) contra 249 avançados (63,1%). Todavia concentram o maior percentual de estudantes de graduação presenciais (72,5%).

Quase 2/3 dos (as) graduandos (as) estudam em *campi* situados em cidades cujo IDHM é alto. São 12,2% de estudantes cujos *campi* se localizam em cidades com IDHM médio, 64,7% em cidades com IDHM alto e 21,4% muito alto. É pouco relevante o percentual em cidades com IDHM baixo (1,7%).

Estes estudantes estão ativos em cursos de graduação cujo registro mais longínquo é o ano 2000 e o mais recente é 2018. Por faixa de ano de ingresso constata-se

que “Até 2012” ingressaram 11,9% dos (as) graduandos (as). Entre 2013-2016 são 54,3%. No ano de 2017 ingressaram 20,0% e, em 2018, 13,6% do universo pesquisado.

O universo pesquisado está distribuído entre dois semestres de ingresso. No primeiro semestre letivo ingressaram 2/3 dos (as) graduandos (66,1%) e no segundo semestre 1/3 deles. Quanto ao grau dos cursos de graduação presenciais, 73,4% dos (as) estudantes estão matriculados em cursos de Bacharelado, 24,2% de Licenciatura, 1% de Bacharelado e Licenciatura e 1,4% Tecnológico.

Quanto à nacionalidade, 99,2% dos (as) estudantes nasceram no Brasil e 0,8% são estrangeiros. A maioria relativa de estudantes das IFES nasceu no estado de Minas Gerais, seguido do Rio de Janeiro e São Paulo, o que torna a região Sudeste a região de origem da maioria relativa dos (as) discentes das IFES.

Quanto ao ano de fundação das IFES, há quarenta instituições consolidadas, criadas há mais de 40 anos, dezessete médio consolidadas, fundadas entre 10 e 25 anos, e oito novas IFES, instituídas nos últimos 10 anos, tomando-se como referência fevereiro de 2018, quando a V Pesquisa foi iniciada.

Trata-se de patrimônio público robusto, construído ao longo de quase 100 anos, cujo último arranque, ocorrido no período 2002 até 2013, foi responsável pela sua quase duplicação.

Das 36 universidades brasileiras classificadas entre as melhores do mundo, 32 são públicas. As 20 universidades que mais produzem ciência no Brasil são públicas: 15 são universidades federais e 5 estaduais (EXAME, 2018).

O aumento recente deste patrimônio foi possível pelo aporte de recursos e volume de bens e serviços, entre os quais da Assistência Estudantil, que, ao longo de quase uma década, diversificou o tipo de cobertura e demanda assistida.

Foram ampliados os focos, objetivos e instrumentos de cobertura da assistência estudantil, tais como, inclusão digital, acessibilidade, apoio pedagógico, ampliação dos itens de suporte à moradia (móvel, gás, internet etc.), amparo para estudantes com filhos, incorporação da participação dos estudantes na definição de políticas de Assistência Estudantil e, muito especialmente, as modificações na política de bolsas adotadas pelas IFES (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

1.2.2 Sobre o relatório

Decidiu-se pela elaboração de um relatório que desenhasse o perfil nacional dos graduandos das IFES, com recorte regional ou estadual, sem identificação dos dados por universidade e Cefet.⁹

Os eixos do relatório foram elaborados e analisados, tomando-se as principais tendências obtidas com as frequências simples de cada questão contida no questionário, cruzadas com variáveis de recorte, buscando testar e verificar a consistência dos dados encontrados. As variáveis de recorte foram discutidas e estabelecidas em reunião do Observatório FONAPRACE, realizada em Uberlândia nos dias 29 e 30 agosto, e em reunião com a equipe de analistas, ocorrida dias 27 e 28 de setembro de 2018. Na IV pesquisa as variáveis de recorte foram sexo, cor, região e renda. Em 2018, vê-se com facilidade, elas foram significativamente ampliadas.

As variáveis de recorte são: Sexo (p300); Faixa etária (agrupamento da p.200); Cor ou raça (p600); Renda mensal bruta do grupo familiar e renda mensal *per capita* (p5600 e p5701); Estudantes ocupados (agrupamento da p5000); Natureza administrativa da escola de ensino médio (agrupamento da p1400); Região geográfica do *campus* (agrupamento de *campus* conforme região); Faixa de ano de ingresso (agrupamento do ano de ingresso)¹⁰.

Muito embora interesse a este relatório a análise de todas as variáveis e perfis, optou-se por enfatizar o que se tem chamado de estudantes “vulneráveis”. Isto porque a concepção da pesquisa tem origem no FONAPRACE, órgão assessor da ANDIFES. O FONAPRACE tem sido um dos principais espaços de formulação e reflexão sobre as políticas de assistência estudantil do país e foi o *lócus* de onde emergiu, dentre outras ações, o próprio PNAES. Seu objetivo é garantir que as políticas estudantis impeçam que vulnerabilidades sociais obstaculizem a fruição do direito à educação. Ou seja, objetiva-

⁹ Optou-se por desenvolver uma análise de natureza a partir de comparações com dados das pesquisas de perfil anteriores, eventualmente com o Censo do Ensino Superior/MEC, Pnad Contínua/IBGE, Censo/IBGE. A equipe de relatores foi composta por Darcilene Claudio Gomes, Davisson Charles Cangussu de Souza (UNIFESP), João Feres Júnior (UERJ), Leonardo Barbosa e Silva (UFU) e Patrícia Vieira Trópia (UFU). O desenho amostral foi elaborado por André Santiago Maia (FUNDACENTRO/BA). A equipe foi coordenada por Patrícia Vieira Trópia (UFU), com secretaria de Fernanda Duarte Belisário. Contamos com a participação de Marcelo Tragtenberg (UFSC) que, por motivos estritamente pessoais, não pode efetivamente participar da fase de redação do relatório.

¹⁰ As faixas de ano de ingresso criadas foram: Ingressantes 2018, Ingressantes 2017; Ingressantes 2013-2016; Ingressantes até 2012. Faixa de ano de ingresso e Região de campus são variáveis de recorte cujos dados foram obtidos a partir de informações fornecidas pelas IFES.

se que quaisquer desigualdades não obstem o acesso às oportunidades educacionais. De quais desigualdades trataremos?

O FONAPRACE utiliza recorrentemente o termo vulnerabilidades para identificar situações de desigualdades, frequentes na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Considera-se vulneráveis, os

“indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Neste sentido, quando se fala em vulnerabilidades em termos gerais, interessa-se pela condição decorrente da pobreza e da privação (ausência de renda, precário ou inexistente acesso aos serviços públicos), da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Tem-se claro que não se trata, simples e exclusivamente, de uma condição de renda, na medida em que é possível estar vulnerável em muitas situações sem que sua renda familiar mensal *per capita* esteja abaixo dos parâmetros do PNAES. Mais do que isto, vulnerabilidades distintas podem se combinar, multiplicando seus efeitos.

Não obstante parta de uma percepção ampla das vulnerabilidades e busque sempre captá-las no público observado, neste relatório são recorrentes as análises relativas à variável de recorte “renda familiar mensal *per capita*”. A razão para tal encontra-se no próprio PNAES. O Programa define o público alvo das políticas por ele financiadas através da chave de renda familiar mensal *per capita* de “até um e meio salários mínimos”. Com efeito, para que o relatório cumpra os objetivos de jogar luz sobre as condições de vulnerabilidade e instrumentalize as políticas de assistência, optou-se por tratar das várias formas de perda de vínculos social, afetivo, relacionais e de pertencimento, enfatizando, todavia, a privação de renda.

Por fim, espera-se que os dados apresentados neste Relatório levantem importantes questões que possam ser aprofundadas em pesquisas futuras.

1.2.3 Sexo dos (as) graduandos (as)

A tendência de crescimento da participação do sexo feminino se confirma ao longo das pesquisas de perfil estudantil da IFES, enquanto que na composição nacional da população as proporções permaneceram estáveis ao longo dos anos, com ligeira superioridade deste sexo. Partindo de uma proporção praticamente idêntica à populacional na pesquisa de 1996, a participação de estudantes do sexo feminino cresceu, pesquisa após pesquisa, até alcançar em 2018 sua superioridade, em torno de 3 pontos percentuais (p.p).

A superioridade de estudantes do sexo feminino nas IFES (3,5 p.p. acima da composição nacional) pode ser compreendida pois elas já são maioria absoluta também no ensino médio e, por sua vez, estudantes do sexo masculino, egressos ou evadidos do ensino médio, têm entrada “precoce” no mercado de trabalho.

Tabela 1-6 Sexo dos (as) estudantes das IFES – 1996 a 2018 (%)

Sexo	Pesquisa	1996 ¹	2003 ¹	2010 ¹	2014 ¹	2018
Feminino	IFES	51,4	53,0	53,5	52,4	54,6
	PNAD/IBGE	51,2	51,2	51,0	51,6	51,1
Masculino	IFES	48,6	47,0	46,5	47,5	45,1
	PNAD/IBGE	48,8	48,8	49,0	48,4	48,9
Sem declaração		-	-	-	0,2	0,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

¹ FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

No que toca à distribuição do sexo dos estudantes das IFES nas regiões, houve um aumento da proporção feminina em 2018 em relação à pesquisa passada, com exceção da região Centro-Oeste onde essa proporção permaneceu estável. No Nordeste o crescimento foi da ordem de 2 p.p., no Sul em torno de 2,5 p.p. e no Sudeste atingiu 3 p.p. Em todas as regiões estudantes do sexo feminino superaram os do sexo masculino na composição do corpo discente das IFES (Tabela 1-7). Tomados os Estados, elas são maioria, exceto no Ceará e no Rio Grande do Norte.

Tabela 1-7 Graduandos (as) e população brasileira por sexo, segundo região geográfica de campus – 1996 a 2018 (em %)

Região	Sexo	Pesquisa	1996 ¹	2003 ¹	2010 ¹	2014 ¹	2018
Centro-Oeste	Feminino	IFES	54,9	53,8	ND	53,3	53,4
		PNAD/Censo	50,6	50,7	50,4	50,5	51,0
	Masculino	IFES	45,1	46,2	ND	46,5	46,3
		PNAD/Censo	49,4	49,3	49,7	49,5	49,0
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,2	0,3
	Nordeste	Feminino	IFES	51,0	51,4	ND	50,6
PNAD/Censo			51,4	51,0	51,2	51,8	51,2
Masculino		IFES	49,0	48,6	ND	49,3	47,2
		PNAD/Censo	48,6	49,0	48,8	48,2	48,8
Sem declaração		-	-	0,1	-	0,3	
Norte		Feminino	IFES	53,3	57,0	ND	51,8
	PNAD/Censo		50,8	50,8	49,5	49,9	49,8
	Masculino	IFES	46,7	43,0	ND	48,1	44,7
		PNAD/Censo	49,2	49,2	50,5	50,1	50,2
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,1	0,2
	Sudeste	Feminino	IFES	52,3	53,4	ND	53,8
PNAD/Censo			51,3	51,6	51,4	51,9	51,6
Masculino		IFES	47,7	46,6	ND	46,0	43,0
		PNAD/Censo	48,7	48,4	48,6	48,1	48,4
Sem declaração		IFES	-	-	-	0,2	0,3
Sul		Feminino	IFES	47,7	52,6	ND	52,6
	PNAD/Censo		51,0	51,1	50,9	51,5	51,0
	Masculino	IFES	52,3	47,4	ND	47,1	44,4
		PNAD/Censo	49,0	48,9	49,1	48,5	49,0
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,3	0,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

¹ FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

1.2.4 Faixa etária dos (as) graduandos (as)

A idade média dos estudantes de graduação apresentou estabilidade em relação à pesquisa de 2014, que, por seu turno, mostrou uma elevação da média etária dos (as) discentes que se mantinha estável em cerca de 23 anos desde a primeira pesquisa até 2010, conforme Tabela 1-8.

Tabela 1-8 Média de idade dos (as) graduandos (as) segundo sexo - 1996 a 2018 (em %)

Sexo	1996 ¹	2003 ¹	2010 ¹	2014 ¹	2018
Feminino	23,0	-	-	24,2	24,0
Masculino	23,3	-	-	24,9	24,7
Sem declaração	-	-	-	25,5	24,9
Total	23,1	23,0	23,0	24,5	24,4

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

¹FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Na distribuição desses estudantes por faixas etárias da Tabela 1-9, pode-se notar que houve uma redução, entre 1996 e 2014, do grupo daqueles com menos do que 20 anos, com aumento das faixas maiores ou iguais a 25 anos. Em 2018, contudo, vemos uma retomada do grupo com menos do que 20 anos, que aumentou sua participação em 3,7%.

Tabela 1-9 Graduandos (as) segundo a faixa etária – 1996 a 2018 (%)

Idade (faixa)	1996¹	2003¹	2010¹	2014¹	2018
Menor que 20	21,4	23,8	16,8	14,9	18,6
De 20 a 24	53,8	53,8	57,7	51,9	49,3
De 25 a 29	14,6	12,5	16,4	18,4	17,3
Maior ou igual a 30	10,2	9,9	9,1	14,7	14,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

¹FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

1.2.5 Cor ou Raça dos (as) graduandos (as)

As mudanças na composição de cor e raça dos estudantes das IFES foram bastante significativas nos últimos 15 anos.

A primeira pesquisa não investigou esse tema, o que nos impede de estender a análise àquele período. A partir dos dados de 2003 nota-se um crescimento da participação de pardos e pretos e uma diminuição dos brancos, que eram 59,4% dos estudantes e passaram a ser 43,3% em 2018 (Tabela 1-10). Tal mudança é, em parte, resultado da adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades federais, que começaram a ser implantadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005 e foram se espalhando ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior federal, particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da Lei nº 12.711 de 2012. De 2003 a 2018 os pardos aumentaram sua participação entre estudantes em 11 p.p. e os pretos mais que dobraram.

Tabela 1-10 Graduandos (as) e população brasileira segundo Cor ou Raça – 1996 a 2018 (%)

Cor ou Raça	Pesquisa	1996 ¹	2003 ¹	2010 ¹	2014 ²	2018
Amarela	IFES	-	4,5	3,1	2,3	2,1
	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,5	0,4
Branca	IFES	-	59,4	53,9	45,7	43,3
	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	45,5	38,6
Parda	IFES	-	28,3	32,1	37,8	39,2
	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	45,1	52,5
Preta	IFES	-	5,9	8,7	9,8	12,0*
	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,6	8,1
Indígena	IFES	-	2,0	0,9	0,6	0,9**
	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	IFES	-	-	-	3,8	2,5
	PNAD/IBGE	-	-	-	-	-

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

¹FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

* Pretos, em 2018, corresponde a soma das categorias “Pretos – não quilombolas” e “Pretos quilombolas”.

** Indígenas, em 2018, corresponde a soma das categorias “Indígenas Não Aldeados” e “Indígenas Aldeados”.

É interessante notar que no mesmo período o perfil de cor e raça da população também se transformou, com um aumento expressivo daqueles que se declaram pretos e pardos e diminuição dos brancos. Mesmo assim, o crescimento de pretos, pardos e indígenas entre estudantes das IFES foi superior ao seu crescimento na população brasileira. A tabela 1-11 mostra que houve crescimento ininterrupto, em números absolutos, de estudantes brancos (as), pretos (as) e pardos (as) no período 2003-2018. Entre estudantes amarelos (as) o ciclo é também de crescimento, registrando-se pequena queda entre 2003 e 2010. Entre indígenas, houve queda em 2010 e 2014, relativamente a 2003. Mas em 2018 a participação indígena supera o número identificado em 2003.

Tabela 1-11 Graduandos (as) segundo Cor ou Raça – 2003 a 2018

Cor ou Raça	2003 ¹	2010 ¹	2014 ¹	2018
Amarela	21.122	20.079	21.977	25.643
Branca	278.811	353.871	429.149	520.008
Parda	132.834	210.498	354.688	470.227
Preta	27.693	57.218	92.240	143.599
Indígena	9.388	6.102	6.014	10.736
Outra	-	8.399	-	-
Sem declaração	-	-	35.536	30.087
Total	469.848	656.167	939.604	1.200.300

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

¹ FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Houve forte expansão do sistema de educação superior pública no período, liderado pelas federais, mas isso não é necessariamente garantia de inclusão racial, pois tal expansão poderia ter se dado em moldes excludentes, ou mesmo conservando o status quo. Não foi ao que assistimos.

A partir de 2014, quando as cotas raciais nas federais já acumulavam quase 10 anos de existência e já surtia efeito a Lei nº 12.711 (Lei das Cotas) (BRASIL, 2012), em seu segundo ano de implantação, pretos e pardos somados ultrapassaram os brancos entre os graduandos. Em 2014 sua participação era somente 1,9 p.p. superior à de seus colegas brancos. Em 2018 essa diferença atingiu 7,9 p.p, marca bastante expressiva dado o histórico de exclusão desses grupos em espaços de prestígio social e poder, como as universidades públicas.

Tabela 1-12 Graduandos (as) segundo Cor ou Raça por região – 1996 a 2018 (%)

Região	Cor e Raça	Pesquisa	1996 ¹	2003 ¹	2010 ¹	2014 ¹	2018
Centro-Oeste	Amarela	IFES	-	5,3	4,5	3,0	2,6
		PNAD/Censo	0,6	0,4	1,5	0,5	0,6
	Branca	IFES	-	51,8	51,2	41,8	42,1
		PNAD/Censo	48,3	43,0	41,8	39,9	36,4
	Parda	IFES	-	35,1	33,9	39,7	40,5
		PNAD/Censo	46,6	51,8	49,1	51,2	54,3
	Preta	IFES	-	6,3	8,5	10,6	11,1
		PNAD/Censo	4,0	4,5	6,7	8,1	8,3
	Indígena	IFES	-	1,5	0,6	0,6	0,8
		PNAD/Censo	0,5	0,4	0,9	0,4	0,4
	Sem declaração	IFES	-	-	-	4,4	2,9
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	1,5	-	-
	Nordeste	Amarela	IFES	-	6,3	4,1	3,0
PNAD/Censo			0,1	0,2	1,2	0,1	0,2
Branca		IFES	-	44,2	37,1	31,0	28,4
		PNAD/Censo	30,6	28,6	29,4	27,0	23,2
Parda		IFES	-	38,1	43,5	49,3	50,3
		PNAD/Censo	62,9	64,6	59,4	61,9	67,3
Preta		IFES	-	8,6	12,5	12,9	15,5
		PNAD/Censo	6,1	6,5	9,5	10,5	9,0
Indígena		IFES	-	2,9	1,7	0,6	0,9
		PNAD/Censo	0,2	0,2	0,4	0,4	0,2
Sem declaração		IFES	-	-	-	3,2	2,4
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra		IFES	-	-	1,1	-	-

Norte	Amarela	IFES	-	5,3	4,3	2,4	2,2
		PNAD/Censo	0,4	0,3	1,1	0,2	0,3
	Branca	IFES	-	33,0	24,9	22,1	19,0
		PNAD/Censo	28,5	26,4	23,5	22,1	19,1
	Parda	IFES	-	51,6	55,0	60,7	61,4
		PNAD/Censo	67,2	69,2	66,9	69,3	72,9
	Preta	IFES	-	6,8	13,4	10,6	13,1
		PNAD/Censo	3,7	3,9	6,6	6,9	6,3
	Indígena	IFES	-	3,3	1,9	1,8	2,7
		PNAD/Censo	0,2	0,2	1,9	1,4	1,5
	Sem declaração	IFES	-	-	-	2,4	1,6
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	0,6	-	-
	Sudeste	Amarela	IFES	-	3,1	1,8	2,0
PNAD/Censo			0,6	0,6	1,1	0,8	0,6
Branca		IFES	-	70,1	64,9	53,5	50,8
		PNAD/Censo	65,4	62,0	55,2	53,0	46,3
Parda		IFES	-	20,6	24,7	30,2	32,2
		PNAD/Censo	26,5	30,3	35,7	36,8	42,6
Preta		IFES	-	4,7	6,5	9,2	11,7
		PNAD/Censo	7,4	6,9	7,9	9,2	10,4
Indígena		IFES	-	1,5	0,3	0,4	0,4
		PNAD/Censo	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Sem declaração		IFES	-	-	-	4,8	2,9
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra		IFES	-	-	1,8	-	-
Sul		Amarela	IFES	-	2,5	1,8	1,5
	PNAD/Censo		0,4	0,4	0,7	0,6	0,4
	Branca	IFES	-	88,2	84,6	75,0	74,0
		PNAD/Censo	85,9	82,3	78,5	76,0	76,5
	Parda	IFES	-	6,4	9,0	14,6	15,5
		PNAD/Censo	10,5	13,5	16,5	18,9	19,2
	Preta	IFES	-	2,3	3,1	5,0	6,1
		PNAD/Censo	3,1	3,7	4,1	4,3	3,8
	Indígena	IFES	-	0,6	0,4	0,3	0,4
		PNAD/Censo	0,1	0,2	0,3	0,3	0,1
	Sem declaração	IFES	-	-	-	3,7	2,3
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	1,1	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

¹ FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Outra consequência da universalização dos critérios dos programas de ação afirmativa nas IFES aparece quando desagregamos os dados por estado e se calcula o

Índice de Inclusão Racial (IIR) criado pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares sobre Ação Afirmativa – IESP/UERJ), que corresponde à proporção agregada de pretos, pardos e indígenas entre os estudantes, dividida pela proporção desses grupos na população de cada unidade da federação, como na Tabela 1-13.

Tabela 1-13 Graduandos (as) por cor ou raça, segundo as unidades da federação – 2018 (em %)

UF	Branca	Parda	Preta*	Indígena**	Amarela	%PPI Pop. Geral	IIR
AC	15,7	66,8	11,6	1,1	3,0	74,3	1,07
AL	27,0	53,2	12,4	0,8	3,3	67,2	0,99
AM	20,4	65,6	5,3	3,6	2,9	77,9	0,95
AP	21,9	59,2	14,5	1,5	1,6	75,0	1,00
BA	18,0	46,7	30,5	1,1	1,3	76,7	1,02
CE	29,2	56,4	9,1	1,0	2,2	66,8	0,99
DF	41,8	39,4	12,0	0,5	2,1	56,2	0,92
ES	47,5	37,0	11,2	0,5	1,3	57,2	0,85
GO	40,8	43,4	10,4	0,4	2,3	56,7	0,95
MA	21,8	53,7	18,6	1,2	2,3	76,7	0,95
MG	47,1	37,3	10,7	0,2	1,6	53,7	0,89
MS	47,1	38,5	7,1	2,4	3,1	51,5	0,93
MT	34,6	45,2	14,3	1,3	2,5	61,4	0,99
PA	17,7	62,4	14,8	1,5	2,1	77,3	1,01
PB	34,5	50,5	8,6	1,2	3,4	58,9	1,02
PE	35,5	45,7	11,6	1,4	2,7	62,4	0,94
PI	22,0	58,5	14,6	0,3	2,7	73,5	0,99
PR	74,1	17,6	3,6	0,2	2,7	28,5	0,74
RJ	49,1	31,4	14,9	0,4	1,3	51,8	0,90
RN	42,9	44,8	8,0	0,3	2,0	57,8	0,91
RO	25,7	54,6	11,7	4,2	1,9	63,3	1,11
RR	15,9	55,1	6,1	20,8	1,1	78,1	1,05
RS	78,8	11,4	6,6	0,4	0,5	16,4	1,11
SC	85,0	9,0	2,7	0,4	0,8	15,6	0,77
SE	18,8	60,4	16,2	0,5	2,6	70,5	1,09
SP	61,0	24,2	8,2	0,3	3,8	34,7	0,94
TO	16,2	54,9	23,7	2,0	2,3	73,2	1,10

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

* Pretos corresponde a soma das categorias “Pretos – não quilombolas” e “Pretos quilombolas”.

** Indígenas corresponde a soma das categorias “Indígenas Não Aldeados” e “Indígenas Aldeados”.

É notável o fato de que o Índice de Inclusão Racial flutua em torno de 1 na maioria das unidades da federação, ou seja, o perfil racial dos estudantes das IFES se aproxima bastante daquele da população.

Até o advento da Lei de Cotas, em 2012, as IFES públicas da região Sudeste tinham sido bastante resistentes à adoção de políticas de ação afirmativa. A legislação forçou as federais a adotar tais políticas. As consequências, após 6 anos de funcionamento dos critérios, são visíveis.

1.2.6 Renda mensal bruta do grupo familiar e renda mensal *per capita* familiar dos (as) graduandos (as)

A distribuição dos (as) discentes por faixas de renda, principal variável na delimitação das políticas de assistência estudantil das IFES, é muito provavelmente um dos dados mais esperados e importantes da V Pesquisa.

Renda mensal bruta do grupo familiar

De partida e considerando a renda mensal bruta do grupo familiar dos estudantes (por faixas em salários mínimos), é possível estabelecer algumas comparações com as duas últimas pesquisas anteriores, a despeito de aspectos metodológicos diferenciais na captação do dado sobre renda¹¹.

Inicialmente, identifica-se um aumento no percentual de estudantes sem renda de 0,5% em 2010 para 1,1% em 2014, seguido de queda, em 2018, quando alcança 0,7%. Eram quase 10 mil graduandos (as) em 2014 e, em 2018, são 8.570.

A maioria relativa dos (as) discentes concentra-se em 2010, 2014 e 2018 na faixa “Mais de 1 a 2 SM”, respectivamente 18,1%, 23,4% e 23,5%.

Embora nacionalmente 23,5% dos (as) estudantes estejam concentrados (as) na faixa de renda mensal bruta do grupo familiar “Mais de 1 a 2 SM”, este percentual varia segundo as regiões do país. Três a cada 10 estudantes das regiões Norte e Nordeste, 31,7% e 28,2% respectivamente, têm renda mensal bruta do grupo familiar na faixa de

¹¹ Em 2014 a pergunta sobre renda foi por faixa de renda o que levou a coordenação da pesquisa a estimar a renda *per capita* e a faixa até 1 e meio salários mínimos. Na versão atual, as questões relativas a renda (renda do trabalho e renda mensal bruta do grupo familiar) foram abertas, de modo que pudéssemos comparar médias e agrupar a renda por faixas em Salários Mínimos. O detalhamento das questões do questionário encontra-se no item “Desenho metodológico da pesquisa”, na parte final deste Relatório. Toma-se como referência o valor do salário mínimo praticado a partir de 01/01/2018 até 31/12/2019: R\$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

“Mais de 1 a 2 SM”, enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a relação é de aproximadamente dois a cada 10 estudantes, 18,3%, 19,5% e 20,4% respectivamente.

O percentual de estudantes com renda mensal bruta do grupo familiar de “Até 3 SM” não se alterou de 2014 para 2018. São 50,9%, o que significa, em números absolutos, 473.215 estudantes em 2014 e 592.822, em 2018.

Regionalmente, nota-se diferenças significativas também nesta faixa de renda. A maioria absoluta dos (as) estudantes do Norte, 67,4%, e do Nordeste, 62,2%, tem renda mensal bruta do grupo familiar “Até 3 SM”, enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste este percentual é de 39,9%, 42,1% e 42,9%. A maior diferença é de 27,5 p.p. entre as regiões Sul e Norte.

Já chamava a atenção que 25,3% dos (as) estudantes do Centro-Oeste tinha renda mensal bruta do grupo familiar “Acima de 10 SM”, em 2010, caindo para 17,3% em 2014, mantendo-se próximo a este percentual (16,8%), em 2018. Mas as diferenças regionais continuam acentuadas, pois no Norte apenas 5,6% de discentes, e no Nordeste 7,6%, têm renda mensal bruta do grupo familiar “Acima de 10 SM”. A renda média mensal bruta do grupo familiar em 2018 é de R\$4.326,56.

Tabela 1-14 Graduandos (as), por região geográfica, segundo Faixa de Renda Bruta do Grupo Familiar

		Faixa de Renda Bruta do Grupo Familiar - Série Histórica / Por região do País																	
		Região do <i>campus</i>															BRASIL		
		Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste			2010	2014	2018
		2010*	2014*	2018	2010	2014	2018	2010	2014	2018	2010	2014	2018	2010	2014	2018	2010	2014	2018
Sem renda	Freq.	559	1454	862	1233	2854	2328	724	2528	3128	169	2211	1443	312	922	809	2953	9989	8570
	% (L)	18,9	14,6	10,1	41,8	28,6	27,2	24,5	25,4	36,5	5,7	22,2	16,8	10,6	9,3	9,4	100,0	100,0	100,0
	% (C)	0,8	1,2	0,6	0,6	1,1	0,7	0,4	0,9	0,9	0,2	1,3	0,7	0,5	0,9	0,7	0,5	1,1	0,7
Até meio SM	Freq.	1175	2806	5292	1921	7243	11248	503	2007	3229	282	11727	1825	263	828	1155	4134	14661	22749
	% (L)	28,4	19,2	23,3	46,5	49,6	49,4	12,2	13,7	14,2	6,8	11,8	8,0	6,4	5,7	5,1	100,0	100,0	100,0
	% (C)	1,7	2,3	3,6	1,0	2,7	3,3	0,3	0,7	0,9	0,3	1,0	0,9	0,4	0,8	1,0	0,6	1,6	2,0
Mais de meio a 1 SM	Freq.	12721	19218	24725	20439	44862	52163	7526	17452	19615	3968	10963	9322	2,83	7,01	7032	47572	99505	112857
	% (L)	26,7	19,3	21,9	43,0	45,1	46,2	15,8	17,5	17,4	8,3	11,0	8,3	6,0	7,1	6,2	100,0	100,0	100,0
	% (C)	18,0	15,9	16,9	10,1	16,9	15,1	3,7	6,1	5,6	3,5	6,6	4,6	4,1	7,1	5,9	7,3	10,6	9,7
Mais de 1 a 2 SM	Freq.	20288	35964	46258	46539	75567	97243	27268	53977	68039	15152	36056	37359	9699	18936	24468	119029	220229	273367
	% (L)	17,0	16,2	16,9	39,1	34,3	35,6	22,9	24,5	24,9	12,7	16,4	13,7	8,2	8,6	9,0	100,0	100,0	100,0
	(C)	28,7	29,5	31,7	23,0	28,5	28,2	13,6	18,8	19,5	13,4	21,6	18,4	14,0	19,0	20,4	18,1	23,4	23,5
Mais de 2 a 3 SM	Freq.	9889	16687	22180	30487	38960	53923	26987	42729	56151	15772	26760	32777	9990	13734	18818	93110	138870	183849
	(L)	10,6	12,0	12,1	32,7	28,1	29,3	29,0	30,8	30,5	16,9	19,3	17,8	10,7	9,9	10,2	100,0	100,0	100,0
	% (C)	14,0	13,8	15,2	15,1	14,7	15,6	13,4	14,9	16,1	14,0	16,1	16,1	14,4	13,8	15,7	14,2	14,8	15,8
Mais de 3 a 4 SM	Freq.	6590	9817	13755	21491	21806	35792	20808	29268	46397	13359	17444	27598	5968	9280	14752	68241	87615	138294
	% (L)	9,7	11,2	10,0	31,5	23,1	25,9	30,5	33,4	33,6	19,6	19,9	20,0	8,7	10,6	10,7	100,0	100,0	100,0
	(C)	9,3	8,1	9,4	10,6	7,2	10,4	10,3	10,2	13,3	11,9	10,5	13,6	8,6	9,3	12,3	10,4	9,3	11,9
Mais de 4 a 5 SM	Freq.	4269	9155	7627	13505	19182	20064	17025	29022	29080	9526	17263	17123	4576	8519	8591	48884	83141	82485
	% (L)	8,7	11,0	9,3	27,6	23,1	24,3	34,8	34,9	35,3	19,5	20,8	20,8	9,4	10,3	10,4	100,0	100,0	100,0
	% (C)	6,0	7,6	5,2	6,7	7,2	5,8	8,5	10,1	8,3	8,5	10,4	8,4	6,6	8,6	7,2	7,5	8,9	7,1
Mais de 5 a 6 SM	Freq.	2902	6796	8011	11524	13059	20201	16462	22490	30660	9369	12425	19159	4119	6814	10443	44357	61583	88474
	% (L)	6,5	11,0	9,1	26,0	21,2	22,8	37,1	36,5	34,7	21,1	20,2	21,7	9,3	11,1	11,8	100,0	100,0	100,0
	% (C)	4,1	5,6	5,5	5,7	4,9	5,9	8,2	7,8	8,8	8,3	7,5	9,4	6,0	6,9	8,7	6,8	6,6	7,6

Mais de 6 a 7 SM	Freq.	2102	4148	3601	7703	8726	9976	9821	16433	16608	6133	8701	9821	3088	5225	5105	28806	43234	45111
	% (L)	7,3	9,6	8,0	26,7	20,2	22,1	34,1	38,0	36,8	21,3	20,1	21,8	10,7	12,1	11,3	100,0	100,0	100,0
	% (C)	3,0	3,4	2,5	3,8	3,3	2,9	4,9	5,7	4,8	5,4	5,2	4,8	4,5	5,3	4,3	4,4	4,6	3,9
Mais de 7 a 8 SM	Freq.	2194	2334	2498	7581	5423	6916	9559	9839	11960	5738	5759	7034	4278	3479	3634	29331	26835	32042
	% (L)	7,5	8,7	7,8	25,9	20,2	21,6	32,6	36,7	37,3	19,6	21,5	22,0	14,6	13,0	11,3	100,0	100,0	100,0
	% (C)	3,1	1,9	1,7	3,8	2,1	2,0	4,8	3,4	3,4	5,1	3,5	3,5	6,2	3,5	3,0	4,5	2,9	2,8
Mais de 8 a 9 SM	Freq.	1387	2648	2307	4347	5229	6957	6641	9961	11537	2796	5314	7409	1675	3503	3574	16798	26655	31784
	% (L)	8,3	9,9	7,3	25,9	19,6	21,9	39,5	37,4	36,3	16,6	19,9	23,3	10,0	13,1	11,2	100,0	100,0	100,0
	% (C)	2,0	2,2	1,6	2,2	2,0	2,0	3,3	3,5	3,3	2,5	3,2	3,6	2,4	3,6	3,0	2,6	2,8	2,7
Mais de 9 a 10 SM	Freq.	2216	2571	824	10735	4970	2255	16904	11447	4182	8376	4762	2701	4908	4032	1386	43110	27782	11348
	% (L)	5,1	9,3	7,3	24,9	17,9	19,9	39,2	41,2	36,9	19,4	17,1	23,8	11,4	14,5	12,2	100,0	100,0	100,0
	% (C)	3,1	2,1	0,6	5,3	1,9	0,7	8,4	4,0	1,2	7,4	2,9	1,3	7,1	4,1	1,2	6,6	3,0	1,0
Mais de 10 SM	Freq.	4509	7861	8219	24658	17203	26115	40993	39933	49041	22097	17368	30040	17508	17209	20142	109711	99574	133557
	% (L)	4,1	7,9	6,2	22,5	17,3	19,6	37,4	40,1	36,7	20,1	17,4	22,5	16,0	17,3	15,1	100,0	100,0	100,0
	% (C)	6,4	6,5	5,6	12,2	6,5	7,6	20,4	13,9	14,0	19,6	10,4	14,8	25,3	17,3	16,8	16,7	10,6	11,5
TOTAL	Freq.	70788	121187	146159	202169	266084	345181	201242	287087	349627	112738	166752	203611	69230	99494	119909	656167	939604	1164487
	% (L)	10,8	12,9	12,6	30,8	28,2	29,6	30,7	30,6	30,0	17,2	17,2	17,8	10,6	10,6	10,3	100,0	100,0	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018).

*FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Renda mensal *per capita* familiar

Dividindo-se a renda mensal bruta do grupo familiar pelo número de membros da família, encontra-se a renda mensal *per capita* dos (as) discentes.

O MEC destina recursos para as IFES aplicarem em políticas de assistência estudantil. A aplicação deste recurso é regulada pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, que define como público alvo prioritário estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de “até um salário mínimo e meio”, razão pela qual descobrir o percentual de estudantes nesta faixa de renda passa a ser decisivo como referência para ações e políticas das IFES.

Na IV Pesquisa o percentual de estudantes com renda *per capita* familiar de “Até 1 e meio SM” não pode ser diretamente calculado, dado que o questionário utilizado apresentava apenas a faixa de renda “Mais de 1 e até 2 SM”. Entretanto, por interpolação, obteve-se o percentual de estudantes com renda “Até 1 e meio SM” (R\$1.086,00) que alcançou, em 2014, 66,2% do total de estudantes, cerca de 2/3 da população.

Na V Pesquisa, o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* “até 1 e meio SM” cresceu 4 p.p., alcançando 70,2% do universo pesquisado.

Do total dos estudantes, 26,6% vivem em famílias com renda *per capita* de “até meio SM” e 26,9% com renda *per capita* “mais de meio a 1 SM”. Neste sentido, mais da metade (53,5%) dos (as) graduandos (as) pertence a famílias com renda mensal *per capita* “até 1 SM”. Na faixa de renda *per capita* “mais de 1 a 1 e meio SM” estão 16,6%. Inseridos na faixa “Mais de 1 e meio SM” encontram-se 26,9% deste público e 3,0% não responderam (Tabela 1-14).¹²

Em números absolutos 319.342 estudantes estão na faixa de renda *per capita* “Até meio SM”.

¹² Na V Pesquisa, as faixas de renda *per capita* familiar foram definidas a posteriori, a partir da informação nominal sobre a renda mensal bruta do grupo familiar. Neste sentido, ganhou-se maior exatidão na produção deste dado. Visando ainda eliminar vieses sempre existentes na coleta de dados sobre renda, tal como sobejamente aponta a bibliografia, definiu-se como “não respondentes” todos os valores de renda bruta familiar menores que R\$100,00 (cem reais) e maiores que R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), de tal modo que a renda mensal *per capita* de até 1 e meio SM alcança 70,2% da população-alvo (incluídos os que não responderam) ou 72,3%, excluídos os que não responderam. Neste relatório, trabalhamos com os dados de renda incluindo os não respondentes.

No primeiro quartil encontram-se estudantes com renda *per capita* familiar até R\$450,00, enquanto no último quartil se situam aqueles com renda *per capita* familiar acima de R\$1500,00.

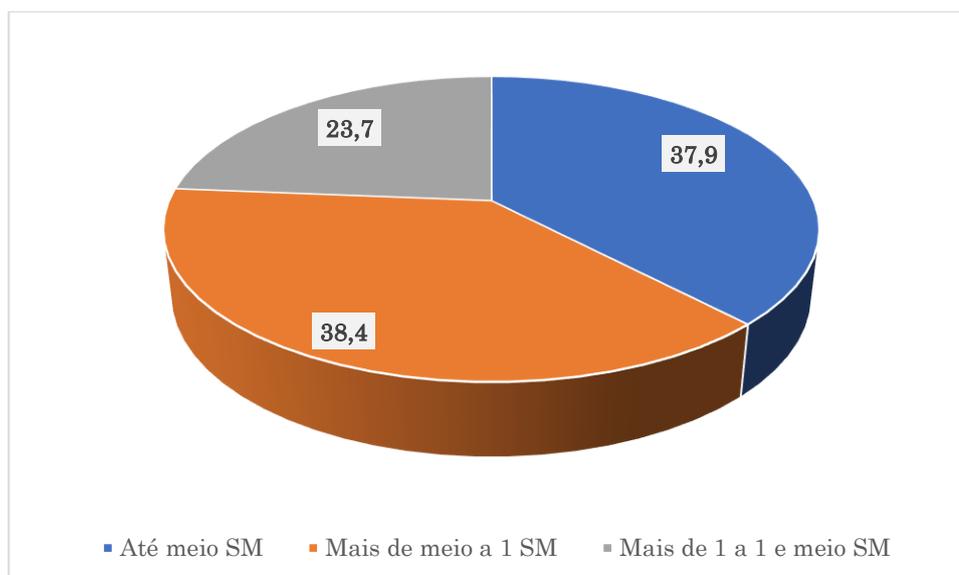
Tabela 1-15 - Graduandos (as), por Faixa de Renda *Per capita* do Grupo Familiar

Faixa de renda mensal familiar <i>per capita</i>	%
Até meio SM	26,6
Mais de meio a 1 SM	26,9
Mais de 1 a 1 e meio SM	16,6
Sub-total Até 1 e meio SM	70,2
Mais de 1 e meio a 3 SM	16,7
Mais de 3 a 5 SM	5,9
Mais de 5 a 7 SM	2,8
Mais de 7 a 10 SM	0,8
Mais de 10 a 20 SM	0,6
Mais de 20 SM	0,1
Não respondeu	3,0
Total	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Quando se considera apenas os (as) estudantes dentro da faixa de renda mensal familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM”, 37,9% tem renda *per capita* de “Até meio SM” e 76,3% de “Até 1 SM”. Ou seja 3 a cada 4 estudantes que atendem ao perfil de renda definido pelo Decreto que dispõe sobre o PNAES têm renda *per capita* na faixa de “Até 1 SM”, conforme .

Gráfico 1-4 Graduandos (as) com renda mensal familiar per capita até 1 e meio SM, segundo faixa de renda - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O percentual de estudantes com renda mensal familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM” cresceu em todas as regiões (Tabela 1-16). A região Nordeste - que continha, em 2014, o mais alto percentual de estudantes incluídos na faixa de renda *per capita* “Até 1 e meio SM” - teve um crescimento, em 2018, de 1,64 p.p.. Todavia, com crescimento de 5,73 p.p., o Norte ultrapassou o Nordeste de modo que, em 2018, aquela região contém o maior percentual de estudantes nesta faixa de renda: 81,9%.¹³ Cresceu o percentual de discentes com renda inferior a 1 e meio SM também na região Sudeste (5,62 p.p.). No Sul, o aumento foi pouco significativo, mas no Centro-Oeste foi revelador pois cresceu 7,53 p.p. Este aumento no Centro-Oeste tirou a região da condição de melhor renda, que agora é ocupada pelo Sul.

Este crescimento deveu-se ao aumento percentual de estudantes inseridos em famílias com renda mensal *per capita* “Mais de 1 a 1 e meio SM”. Nota-se que caiu, em todas as regiões, o percentual de estudantes com renda mensal familiar *per capita* de

¹³ A base material destas mudanças no perfil de renda regional pode estar associada à dinâmica econômica, marcada pela agudização da crise, menos cruel na região Nordeste que ficou, de acordo com a literatura, em parte blindada. O estudo de Araújo (2017) mostra que o PIB do Nordeste passou a acompanhar de perto o movimento cíclico da dinâmica econômica nacional e tendeu a apresentar taxa de incremento um pouco menor do que a média do país, nas fases de expansão, e taxa de retração menor nos momentos de crise. A autora mostra que o padrão de crescimento na região, ocorrido nos anos 2000, afetou positivamente o Nordeste em função da dinâmica econômica e do mercado de trabalho, além do aumento na renda resultante da adoção de políticas sociais. Afirma inclusive que houve redução da desigualdade intrarregional nos indicadores do mercado de trabalho, renda e demografia.

“Até meio SM”. E variou de região a região o percentual daqueles com renda *per capita* “Mais de meio a 1 SM”.

Tabela 1-16 Graduandos (as) com Renda Mensal Familiar *Per Capita* “Até 1 e meio SM”, por região geográfica, segundo Faixa de Renda Mensal *Per Capita* - 2018

Faixa Renda mensal <i>per capita</i>													
		Região do <i>campus</i>										Brasil	
		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste			
Ano		2014*	2018	2014*	2018	2014*	2018	2014*	2018	2014*	2018	2014*	2018
Até meio SM	Freq.	55621	67706	121388	135873	64265	64046	36408	28617	22677	23101	300359	319343
	% (C)	45,9	44,8	45,8	38,3	22,3	17,8	21,8	13,6	22,8	18,6	32,0	26,6
Até 1 SM	Freq.	80643	106169	178359	230436	128653	164261	76254	84807	42837	56935	506746	642608
	% (C)	66,5	70,2	67,3	64,9	44,8	45,6	45,7	40,4	43,1	45,9	53,9	53,5
Até 1 e meio SM	Freq.	92189	123789	203225	278093	169912	233386	100676	127747	55886	79011	621887	842026
	% (C)	76,1	81,9	76,7	78,3	59,2	64,8	60,4	60,9	56,2	63,7	66,2	70,2
Total	Freq.	121187	151182	265084	355041	287087	360160	166752	209887	99494	124032	939604	1200302

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

*FONAPRACE/ANDIFES (2016).

A renda média nominal familiar *per capita* dos (as) discentes é de R\$1.328,08, muito próxima da renda nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente no Brasil, que, em 2018, é de R\$1.373,00 (IBGE, 2018).

Regionalmente, todavia, há discrepâncias, conforme a Figura 1-3. As regiões Norte e Nordeste encontram-se abaixo da renda nominal média nacional. Na região Norte a renda nominal média *per capita* é R\$884,28, menos de 1 SM, e no Nordeste de R\$1.046,62. No Sudeste a renda média *per capita* é de R\$1.510,89, no Sul é de R\$1.632,42 e na região Centro-Oeste a renda média é de R\$1.631,20.

Figura 1-3 Renda mensal nominal familiar *per capita* de até 1 e meio SM, por região geográfica



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

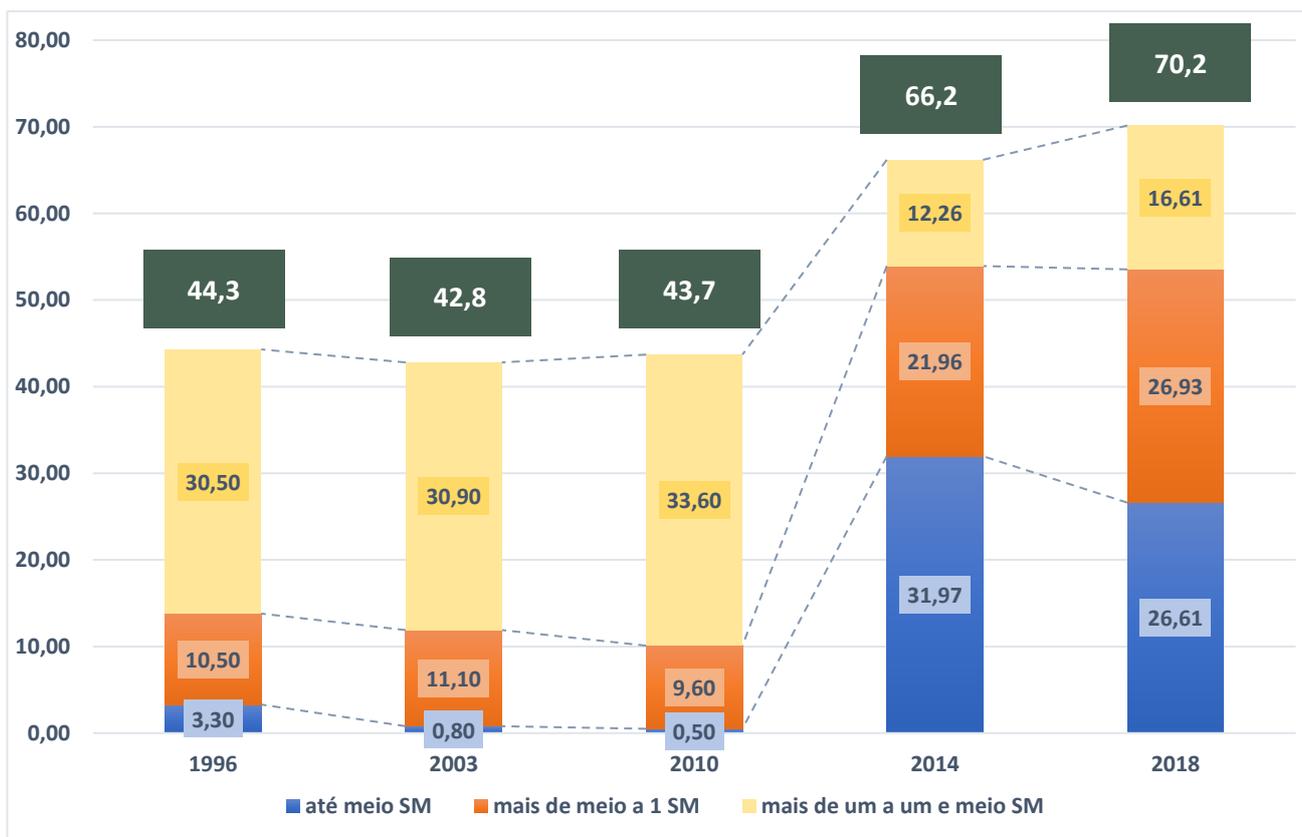
A V Pesquisa revela que 53,5% dos (as) graduandos das IFES estão na faixa de renda mensal familiar *per capita* de “Até 1 SM” e 70,2% na faixa de renda mensal familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM”.

É importante notar que, em um país marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais, o (a) estudante universitário (a) não faz parte da camada mais pobre da população, já que os setores mais pobres e miseráveis nem mesmo chegam a concluir o Ensino Médio, principal fator de exclusão ao Ensino Superior.

Não obstante, é revelador que o percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal *per capita* “Até 1 e meio SM” tenha saltado de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica.

Verifica-se que o crescimento no percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* “até 1 e meio SM” foi maior nas subfaixas de renda “mais de meio a 1SM” (de 21,96% para 26,93%) e “mais de 1 a 1 e meio SM” (de 12,26% para 16,61%). Por sua vez, a faixa de renda “até meio SM” sofreu uma inflexão (de 31,97% para 26,61%), expressão da conjuntura econômica recente, marcada pela crise e pela implementação de políticas de austeridade fiscal (OLIVEIRA, 2019).

Gráfico 1-5 Percentual de (as) graduandos (as) das IFES, segundo faixas de renda mensal familiar *per capita* selecionadas, por ano de realização da Pesquisa de Perfil – 1996 – 2018 (em %)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018). FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

1.2.7 Estudantes ocupados (as)

Sensível à trajetória acadêmica dos (as) discentes trabalhadores (as), a equipe responsável pela V Pesquisa elegeu também a variável “estudantes ocupados (as)” como recorte.

Em 2014 o percentual de estudantes trabalhadores (as) era de 35,3%, 5,4 p.p a mais do que em 2018. Em 2018, do total de discentes, 29,9% são trabalhadores (as). Por sua vez 40,6% não trabalham mas estão à procura de trabalho, ou seja estão desempregados, e 29,5% não trabalham (inativos).

Estudantes ocupados (as) têm um perfil específico, quando isolados (as) da população-alvo das IFES.

Estudantes ocupados do sexo masculino são majoritários (50,1%), pretos e pardos perfazem 50,4%, 7 a cada 10 estudantes trabalhadores (as) são solteiros (as) –

diferentemente, 9 a cada 10 estudantes que não trabalham são solteiros (as). Estão concentrados (as) em cursos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, não coincidindo com as áreas de conhecimento predominantes entre os não trabalhadores. Estes concentram-se mais nas áreas de Engenharias e Ciências da Saúde.

Outra especificidade dos (as) estudantes trabalhadores (as) é o fato de serem mais velhos (as) pois a maioria está na faixa etária de “25 anos e mais”, em contraste com a faixa etária de “18 a 24 anos” na qual se situam quase $\frac{3}{4}$ dos (as) não trabalhadores (as).

Em relação ao vínculo com o trabalho, é importante ressaltar que 24,4% são estagiários (as), sendo os (as) demais trabalhadores (as) formais e informais. Do total de estudantes ocupados (as), 31,7% tem carteira assinada e 17,0% são funcionários (as) públicos (as). Têm vínculos precários (sem carteira assinada, sem carteira assinada ou com contrato ajudando familiares, com contrato temporário em uma empresa, organização social ou órgão estatal) 20,0% dos estudantes ocupados (as) e outro tipo de contrato 7,0%. Trabalham mais de 30 horas semanais 45,9% dos (as) estudantes ocupados (as), o que certamente afeta o tempo e as condições de estudo.

A maioria absoluta dos (as) estudantes ocupados (as) recebe “Até 1 e meio SM” (62,2%). Dentre estudantes ocupados (as) que recebem “Até 1 e meio SM”, pouco mais de $\frac{1}{4}$ é o (a) principal mantenedor (a) do seu grupo familiar. Entre aqueles (as) que recebem “Mais de 1 e meio a 3 SM”, 49,1% são os (as) mantenedores (as) de seu grupo familiar, enquanto entre os (as) que recebem “Mais de 3 SM”, 73,1% são os (as) mantenedores (as) principais. Do total de ocupados (as), 37,8% são mantenedores (as) principais de seu grupo familiar.

Estudam no período noturno 48,4% dos (as) estudantes ocupados (as) e, destes, 26,0% frequentam cursos no turno Diurno e 25,6% no Integral. Dentre estudantes do Noturno, quase metade são trabalhadores (as). Estudantes ocupados que frequentam o turno Noturno vieram de escolas públicas de Ensino Médio no percentual de 72,1%, quando o percentual de nosso público-alvo oriundo da rede pública de Ensino Médio é 64,7%.

Frequentam semanalmente o espaço das bibliotecas 44,1% dos (as) estudantes ocupados (as). Dentre eles, 27,7% não as frequentam e 28,2% o faz menos de uma vez

por semana. Por sua vez, 78,8% dos (as) estudantes trabalhadores (as) estudam até 10 horas semanais fora da sala de aula, enquanto 21,2% estudam mais de 10 horas.

Estudantes ocupados (as) se informam, em 51,9% dos casos, pela mídia eletrônica formal (Jornal, Revista, Portais de notícias etc.); 54,9% deles (as) afirmam que aumentou o número de obras literárias lidas depois que entraram na universidade; 45,2% indicam o aumento do número de filmes assistidos depois de seu ingresso na universidade; e, finalmente, 42,8% indicam o aumento de sua participação política.

A maioria relativa dos (as) estudantes ocupados (as) - 46,1% - usa transporte coletivo (Metrô, ônibus, van, embarcação, trem etc.) para se deslocar até a universidade, enquanto 34,1% usa transporte próprio (carro, moto etc.).

Sobre eventuais dificuldades que interferem em suas vidas e no contexto acadêmico, nota-se que questões materiais de natureza financeira, hábito de estudo, carga de trabalhos estudantis e tempo de deslocamento tendem a afetar estudantes ocupados (as), ainda que, fundamentalmente, em pequena proporção. Por exemplo, afeta 18,4% dos (as) ocupados (as) o tempo de deslocamento até o local de estudo, 19,3% dificuldades financeiras, 19,7% deles são afetados por carga excessiva de trabalhos estudantis.

O que interfere mesmo na trajetória acadêmica destes estudantes é a jornada trabalhada. Mais de 1/3 dos (as) estudantes trabalhadores (as) são afetados (as) pela carga horária excessiva de trabalho (34,0%), forte indicador de que é o trabalho – e não o estudo em si - o evento que mais interfere em suas vidas e no contexto acadêmico. Corrobora esta interpretação o dado captado sobre eventual abandono do curso.

Dentre estudantes ocupados (as), 54,3% pensaram em abandonar o curso, 1,5 p.p. acima da média. Dentre as razões para tal, 23,6% alegam dificuldades financeiras e 25,1% o nível de exigência (carga elevada de trabalhos acadêmicos). Todavia, mais da metade dos (as) ocupados (as) indica dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Dentre estudantes ocupados que fizeram trancamento de matrícula, 37,0% alegou motivo de trabalho, contra apenas 9,9% que alegou insatisfação com o curso. Finalmente, um dado interessante do perfil de estudantes ocupados (as) é sua perspectiva após formado (a). A cada 10 estudantes, apenas 1 faria um novo curso, enquanto 4 a cada 10 fariam pós-graduação.

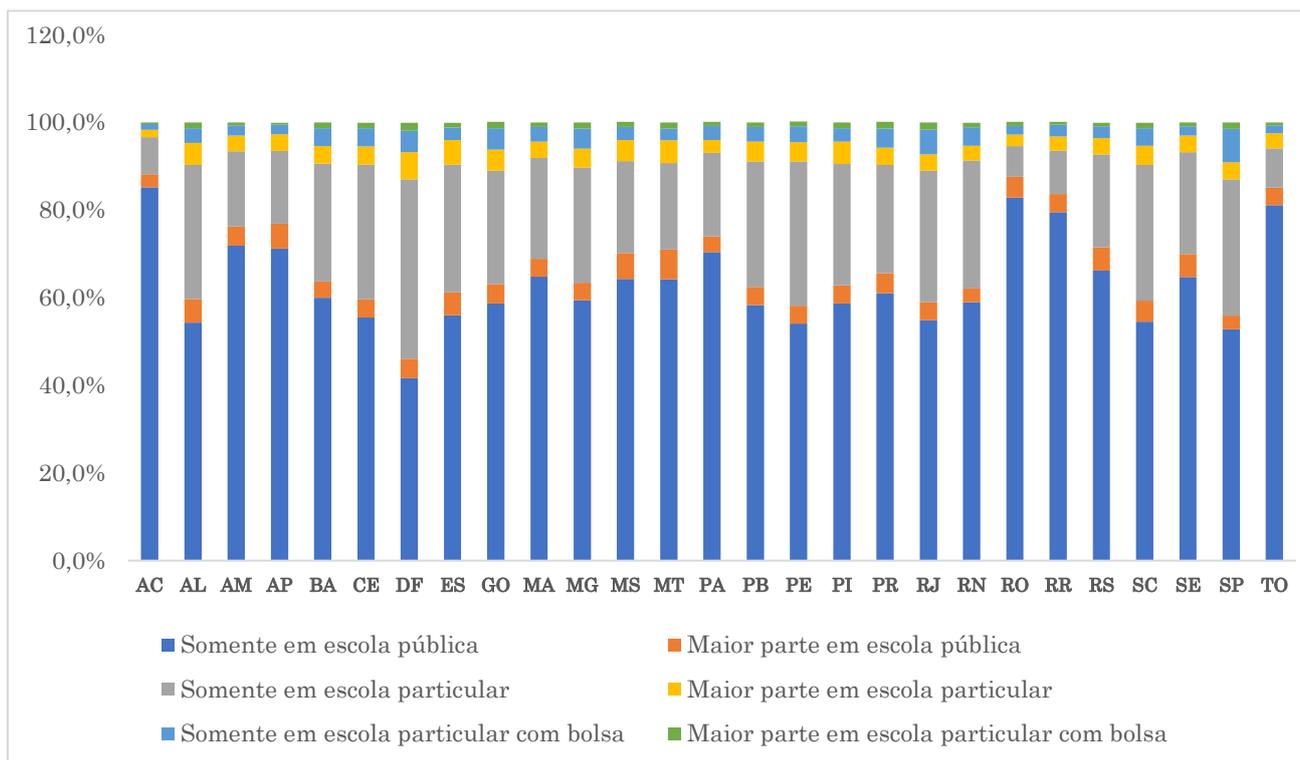
Nas últimas décadas as instituições federais de ensino superior abriram suas portas, sob o imperativo das políticas educacionais como o REUNI, para estudantes trabalhadores (as). Este público representa hoje 29,9% da população-alvo. A bibliografia indica que a ampliação deste público específico depende da expansão das vagas em cursos noturnos, as quais, por sua vez, representam hoje, nas IFES, 29,3% do total de suas matrículas (INEP, 2014).

1.2.8 Natureza administrativa da escola de Ensino Médio dos (as) graduandos (as)

Há algum tempo, quase dois terços da população discente das IFES cursa o ensino médio em escolas públicas. Em 2014, o percentual de estudantes que havia cursado integralmente, ou na maior parte do tempo, escolas públicas de ensino médio era de 64,0%.

Em 2018, estudantes que cursaram ensino médio em escolas públicas são maioria absoluta (64,7%), praticamente o mesmo percentual encontrado na pesquisa de 2014. Estudaram em escolas particulares 35,3%.

Gráfico 1-6 - Graduandos (as) segundo tipo de escola de Ensino Médio, por Unidade da Federação, 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A maioria dos graduandos cursou o ensino médio em escolas públicas, qualquer que seja a Unidades da Federação, exceto o Distrito Federal. O predomínio de estudantes oriundos do sistema público de ensino médio também se verifica em todas as áreas do conhecimento do CNPq.

Outra revelação importante trazida pelo dado diz respeito ao fato de que as cotas têm reservado metade das vagas para este público, portanto uma parcela tem ingressado via ampla concorrência, prescindindo da reserva de vagas, sobretudo por sua insuficiência para atender ao público demandante potencial.

1.2.9 Região Geográfica de *campi* dos (as) graduandos (as)

A distribuição dos (as) graduandos (as) por região geográfica de *campi*, em 2018, revela que o Sudeste tem reduzido predomínio sobre o Nordeste, mas juntas estas regiões perfazem 59,6% do total de matrículas nas IFES.

O percentual de discentes por região é superior ao percentual populacional por região no Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Exceção é a região Sudeste onde, como se nota pela Tabela 1-17, o percentual populacional é superior ao de discentes.

Tabela 1-17 Graduandos (as) segundo a região geográfica de campus – 2018

Região	Freq.	%	População por região (%)*
Norte	151.182	12,6	8,7
Nordeste	355.041	29,6	27,2
Sudeste	360.160	30,0	42,1
Sul	209.887	17,5	14,3
Centro-Oeste	124.031	10,3	7,7
Nacional	1.200.300	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

* Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais (2012)

1.2.10 Ano de ingresso dos (as) graduandos (as)

A variável ano de ingresso permite captar aspectos das trajetórias e dos percursos acadêmicos de discentes em alguns momentos do curso: na condição de ingressantes, veteranos e formandos.

Criou-se a variável “Faixa de ano de ingresso”, a partir da informação sobre ano de ingresso, agrupado nos seguintes intervalos: ingressantes em 2018 (13,6%), ingressantes em 2017 (20,0%), ingressantes no período 2013-2016 (54,3%), bem como de ingressantes até 2012 (12,0%).

Os efeitos da implementação de novos mecanismos de recrutamento de discentes para as IFES, que levou à substituição total ou parcial dos tradicionais vestibulares pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU, bem como da adoção da política de cotas, são claramente verificados quando se analisa os “Meios de ingresso” e “Formas de ingresso” segundo “Faixa de ano de ingresso”, por exemplo.

O percentual de discentes que ingressou por meio do ENEM/SISU em 2018 é mais do que o dobro, relativamente aos ingressantes até 2012. Relação inversa se observa quando a forma de ingresso é o “Vestibular”.

À medida que dista do presente, maior é o percentual de discentes que entrou via processos seletivos vestibulares.

O percentual de discentes que ingressou por meio de “Avaliação Seriada” é de 2,6%, média que é ultrapassada pelos estudantes que ingressaram até 2012. Não se altera significativamente, segundo a faixa de ano de ingresso, o percentual de estudantes que entraram nas IFES por meio de Convênio PEC – G (em média 0,2%), por

Transferência (2,0%) ou “Sobrevaga” (0,3%), embora o percentual seja ligeiramente menor para os ingressantes até 2012.

Tabela 1-18 Graduandos (as) por ingresso, segundo faixa de ano de ingresso - 2018

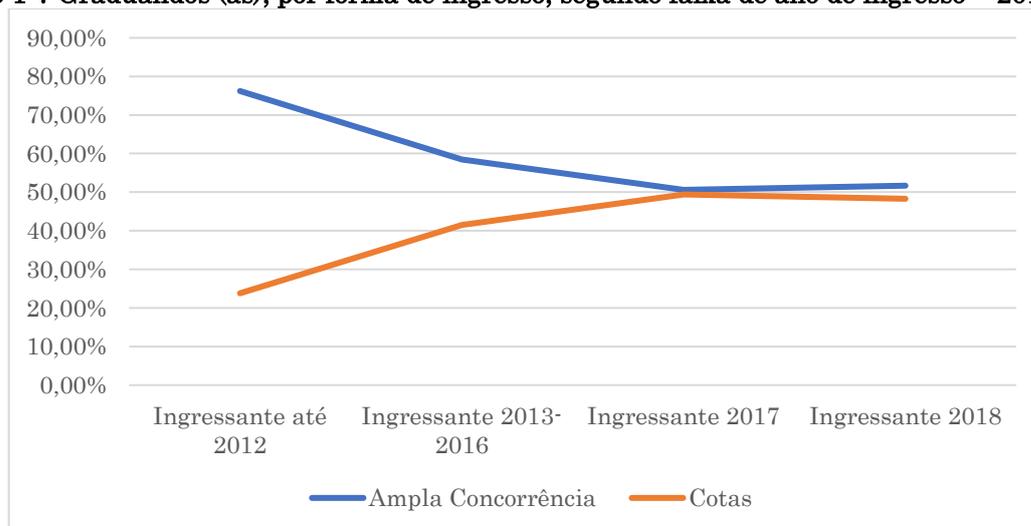
		Vestibular	Avaliação Seriada	ENEM/SISU	Convênio (PEC G)	Transferência	Portador de diploma	Sobrevaga	Não respondeu	Total
Ingressante 2018	Freq.	27222	3659	125866	251	3063	2290	701	0	163052
	% (L)	16,7	2,2	77,2	0,2	1,9	1,4	0,4	0,0	100,0
	% (C)	8,6	11,7	15,6	9,0	13,0	13,9	21,9	0,0	13,6
Ingressante 2017	Freq.	38488	5608	186250	416	4936	4044	812	13	240567
	% (L)	16,0	2,3	77,4	0,2	2,1	1,7	0,3	0,0	100,0
	% (C)	12,1	18,0	23,1	14,9	21,0	24,6	25,3	26,5	20,0
Ingressante 2013-2016	Freq.	169152	16888	441285	1618	13194	8425	1524	28	652114
	% (L)	25,9	2,6	67,7	0,2	2,0	1,3	0,2	0,0	100,0
	% (C)	53,2	54,2	54,8	58,1	56,0	51,3	47,5	57,1	54,3
Ingressante até 2012	Freq.	82951	4998	51895	499	2367	1678	171	8	144567
	% (L)	57,4	3,5	35,9	0,3	1,6	1,2	0,1	0,0	100,0
	% (C)	26,1	16,0	6,4	17,9	10,0	10,2	5,3	16,3	12,0
Total	Freq.	317813	31153	805296	2784	23560	16437	3208	49	1200300
	% (L)	26,5	2,6	67,1	0,2	2,0	1,4	0,3	0,0	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O efeito da adoção das cotas é também claramente verificado quando se analisa a variável “Forma de ingresso”.

À medida que o ano de ingresso do estudante se aproxima do presente, tende a diminuir o percentual de ingressantes por ampla concorrência e, contrariamente, a aumentar o percentual de cotistas. Além disso, o efeito da política de cotas na “Faixa de ano de ingresso” é notório qualquer que seja a modalidade de cotas considerada.

Gráfico 1-7 Graduandos (as), por forma de ingresso, segundo faixa de ano de ingresso – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Como resumo das variáveis de recorte temos o seguinte perfil discente das IFES brasileiras: 54,6% do universo pesquisado é composto por estudantes do sexo feminino, um crescimento de 3 p.p. relativamente a 2014.

A média etária é de 24,43 anos, sendo que estudantes na faixa de “20 a 24 anos” permanecem maioria, embora tenha crescido quase 4 p.p. estudantes na faixa “Menos de 20 anos”.

Aumentou o percentual de negros (pretos quilombolas, pretos não quilombolas e pardos) que, pela primeira vez no espectro temporal das pesquisas de perfil da ANDIFES/FONAPRACE, alcança a maioria absoluta do universo pesquisado. Ainda que o perfil de cor e raça da população brasileira também tenha se alterado, de 2014 para 2018, o aumento de pretos, pardos e indígenas identificado pela V Pesquisa foi superior ao crescimento populacional.

Cresceu o percentual de estudantes com renda mensal familiar *per capita* “até 1 e meio SM” – de 66,2% em 2014 para 70,2% em 2018 -, um aumento de 4 p.p., ou seja, em 2018, 7 a cada 10 discentes estão incluídos neste perfil de renda coberto pelo PNAES.

A V Pesquisa pode ter captado as mudanças regionais econômicas – em particular na renda – ocorridas nos últimos quatro anos no país. É interessante verificar que a região Nordeste concentrava o maior percentual de estudantes com renda mensal familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM” em 2014 mas foi ultrapassada pela Norte. Cresceu também o percentual de estudantes com renda mensal familiar *per capita* de

“Até 1 e meio SM” no Sudeste e no Centro-Oeste de tal modo que a menor proporção destes estudantes se encontra no Sul do país.

Estudantes trabalhadores constituem 29,9%, dentre os quais 48,4% estudam no período noturno.

Do total de discentes das IFES, 64,7% estudaram integral ou a maior parte do tempo em escolas públicas de ensino médio, dado que coloca por terra a distorcida imagem da “trajetória invertida”, segundo a qual estudantes das públicas federais vieram do ensino médio privado. A trajetória estudantil dominante hoje nas IFES é de ingresso de estudantes que cursaram Ensino Médio público.

Finalmente em termos regionais, Sudeste e Nordeste quase empatam em densidade populacional do universo pesquisado. O Sudeste concentra 30,0% dos discentes, enquanto o Nordeste 29,5%.

A seguir apresenta-se a síntese dos principais resultados encontrados.

2. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

O que mudou em relação ao Perfil Básico?

A tendência de crescimento da participação discente do sexo feminino continua ascendente, alcançando 54,6% da população-alvo, um aumento 3,2% em 2018, relativamente a 1996. Em todas as regiões geográficas, discentes do sexo feminino superam os do sexo masculino na composição do corpo discente das IFES. O exame dos dados relativos à distribuição regional de graduandos por declaração de sexo novamente revela homogeneidade. É importante insistir nessa característica das IFES, pois a alta desigualdade regional é um dos problemas históricos mais renitentes da sociedade brasileira.

Há uma associação entre o sexo dos graduandos e sua distribuição pelas áreas do conhecimento. Estudantes do sexo masculino aparecem na proporção de 2 para 1 nas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, enquanto o inverso se verifica nas Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Linguística e Letras.

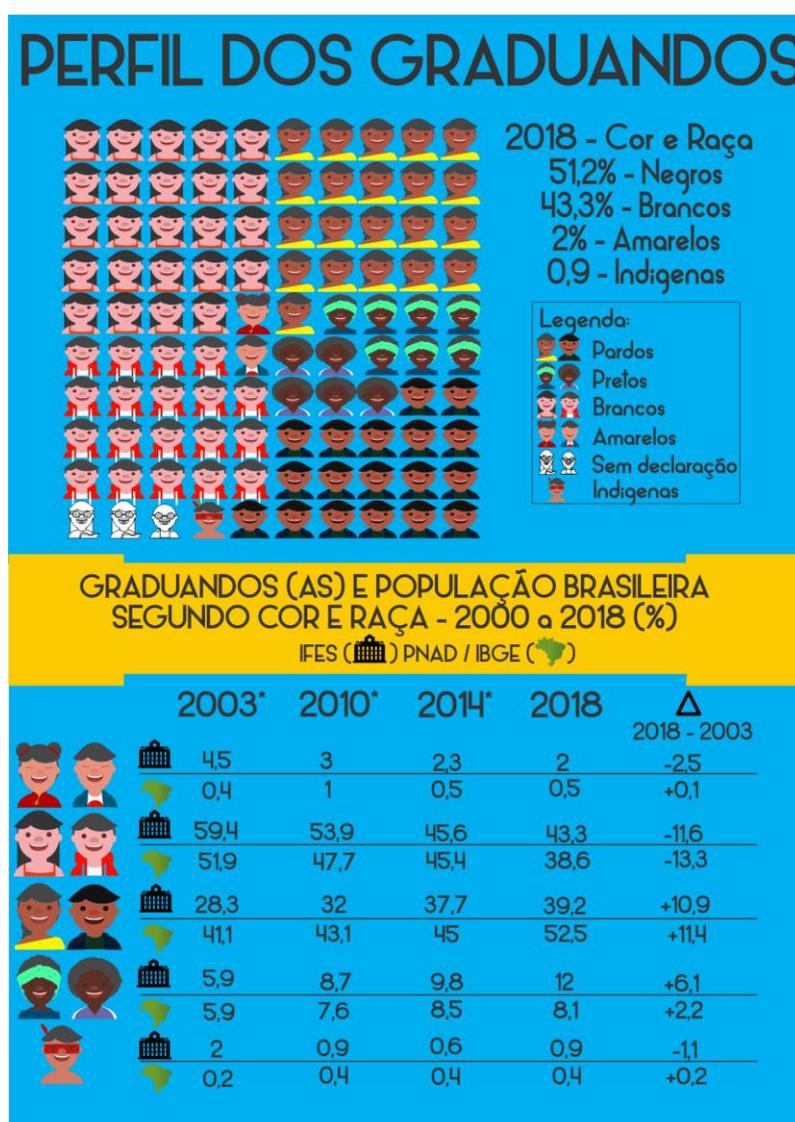
A superioridade numérica do sexo feminino nas IFES brasileiras, em todas as regiões e 3,5 p.p. acima da composição feminina da população brasileira, é expressão de um fenômeno que se verifica no próprio percurso educacional e muito antes delas entrarem no ensino superior, posto que já são maioria no ensino médio. Ademais, pessoas do sexo feminino buscam o ensino superior como forma de reduzir as desigualdades sociais, almejando carreiras e remuneração que lhes garantam minimamente conciliar, por exemplo, maternidade e trabalho, em determinado momento profissional, e usufruir de benefícios e direitos trabalhistas. Baseando-nos em uma abordagem relacional da divisão sexual, há que se ponderar que a subrepresentação de estudantes do sexo masculino no ensino médio e no superior também tem relação com a entrada “precoce” no mercado de trabalho, que cultural e socialmente é deles mais exigida.

A idade média dos (as) discentes é de 24,43 anos. Registra-se pequena queda relativamente a 2014, quando alcançou a maior média de toda a série histórica com 24,54 anos.

A primeira grande descoberta da V Pesquisa diz respeito ao perfil racial estudantil nas IFES brasileiras. Aumentou o percentual de negros (as) [pretos (as) quilombolas, pretos (as) não quilombolas e pardos(as)] que, pela primeira vez no espectro temporal das

pesquisas de perfil da ANDIFES, alcança a maioria absoluta do universo pesquisado: 51,2%. Outro dado impactante é o número de indígenas aldeados e pretos quilombolas. Dobrou o número de indígenas aldeados. Eram 2.329, em 2014, chegando a 4.672 em 2018. Em relação a pretos quilombolas, eram 4.231 e hoje são 10.747. O contingente estudantil de pretos quilombolas cresceu cerca de uma vez e meia, ou seja 154%. Ainda que o perfil de cor e raça da população brasileira também tenha se alterado, no período 2014-18, o aumento de pretos, pardos e indígenas identificado pela V Pesquisa foi superior ao crescimento populacional.

Figura 2-1 Cor e raça dos (as) graduandos (as) – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

As perguntas sobre gênero e orientação sexual foram inovações do questionário da V Pesquisa. Como previsto, a proporção de graduandos (as) que se declararam trans, na questão sobre gênero, é bem pequena, da ordem de 0,2% em todo país. Aqueles que se declaram cis são maioria, tanto entre mulheres como homens, mas se agruparmos todos os respondentes que negam tal identidade, obtemos uma proporção nacional de 11,6%, com um pico de 18,2% na região Norte. Tais números nos levam a pensar que a universidade pública de fato é um espaço onde a heteronormatividade, para não dizer cis-normatividade, tende a ser cada vez mais questionada. No que diz respeito à orientação sexual, pouco mais de 1/5 dos (as) discentes não se classifica como heterossexual.

O percentual de estudantes que têm filhos continua muito próximo daquele identificado pela IV Pesquisa. São 11,4%, de tal modo que cerca de 1 a cada 10 discentes tem filhos. Dentre estudantes com 4 ou mais filhos, a maioria absoluta (53,4%) é do sexo masculino. Dentre estudantes com 1 filho quase 60% são do sexo feminino. À medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes do sexo feminino, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar, quando estudantes elas têm mais de 1 filho (a). Estado civil tem peso sobre a condição de paternidade e maternidade de discentes, pois têm filhos (as) 82,7% dos (as) viúvos (as), 72,3% dentre os (as) que são separados (as), 53,7% dos (as) casados (as) e apenas 3,9% dos (as) solteiros (as). A maioria absoluta de estudantes solteiros (as) com filhos (as) é, notadamente, do sexo feminino: 68,5%.

Outra descoberta da V Pesquisa é o crescimento do percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM”, balizada pelos critérios de cobertura do PNAES. De forma robusta, a V Pesquisa revela que 70,2% do total de discentes das IFES têm renda mensal *per capita* de “Até 1 e meio SM”, 4 p.p. acima do perfil identificado em 2014. Regionalmente há discrepâncias, mas em todas elas o percentual de estudantes inseridos nesta faixa de renda está acima de 60% da população-alvo. O Nordeste era, em 2014, a região com o maior percentual de estudantes na faixa de renda mensal familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM”, tendo sido superado, em 2018, pelo Norte. Por seu turno, o Centro-Oeste, que em 2014 concentrava o menor percentual, foi ultrapassado pelo Sul. A renda mensal *per capita* média do grupo familiar da população-alvo é de R\$1.328,08.

A Figura 2-2 sintetiza o perfil básico dos (as) graduandos das 63 universidades federais e dos Cefets MG e RJ por região geográfica.

Figura 2-2 Perfil básico dos (as) graduandos (as) por região geográfica dos *campi* das IFES - 2018



Como moram e se deslocam? Em que situação trabalha quem estuda? E qual a renda dos (as) graduandos das IFES, em 2018?

Pouco mais de $\frac{3}{4}$ dos (as) graduandos (as) residem no município onde cursam a graduação (77,2%), enquanto 22,8% fazem uso da migração pendular para estudar. O perfil dos (as) discentes que vão e voltam diariamente é engrossado por pretos (as) quilombolas e a indígenas aldeados, enquanto na outra ponta, entre os que mais residem nos municípios onde estudam, se encontram estudantes trabalhadores.

Residir no município onde cursa a graduação não é o único indicador de qualidade de vida dos (as) estudantes, principalmente porque não revela a distância e o tempo de deslocamento diário. Porém, a análise desta variável permite indicar que se trata de um distintivo social.

Estudantes que residem e estudam no mesmo município são, majoritariamente, do sexo feminino (54,7%). Os dados mostram também que 44,6% são brancos (as), 49,9% negros (as) e 68,3% pertencem a famílias com renda mensal familiar *per capita* “até 1 e meio SM”. O percentual que estudou em escolas públicas é de 62,9%. A maioria relativa não trabalha e está à procura de trabalho (39,6%), reside em capitais e estuda em campus sede nas regiões Nordeste e Sudeste.

Estudantes expostos (as) à situação de migração pendular são majoritariamente do sexo feminino (54,6%); 55,2% são negros (as) e 39% brancos (as) e 76,3% pertencem a famílias com renda mensal familiar *per capita* “até 1 e meio SM”. O percentual de estudantes que frequentaram escola pública é de 71,1p.p. A maioria ingressou por ampla concorrência (52,4%), mas o percentual de cotistas é de 47,6 p.p.

A maioria dos (as) estudantes que residem e estudam no mesmo município leva menos de 30 minutos no deslocamento diário até o campus (58,3%), mas 25,4% gasta mais de 30 minutos a 1 hora e 16,3% mais de 1 hora diária de deslocamento. Aqueles que não residem no município onde estudam despendem, como esperado, mais tempo no deslocamento diário até o campus: 22,4% gasta menos de 20 minutos, 28,9% mais de 30 minutos a 1 hora e 48,7% mais de 1 hora.

Relativamente à IV Pesquisa, houve aumento na proporção de estudantes que vivem na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] e a redução de quem vive em “república”. Também é notória a diminuição da porcentagem daqueles (as) que vivem em moradia coletiva, na casa de amigos e em moradias pertencentes à universidade. Ora,

apesar da construção de residências universitárias em algumas IFES nos últimos anos, o aumento da população estudantil pode ter sido proporcionalmente maior do que de vagas nas moradias estudantis criadas ou ampliadas. As demais situações de moradia pouco se alteraram entre uma pesquisa e outra. Há uma leve tendência de estudantes do sexo masculino morarem em “república” e do sexo feminino na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis], o que, em hipótese, tem relação com a construção simbólica de papéis de gênero.

Todavia, é notável a maior tendência de estudantes do Sudeste de viver em “república”; a menor tendência de viver na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] e de outros familiares e a maior tendência a viver sozinho (a), em “república”, pensão e casa de amigos (as) por parte de estudantes do Sul; e a maior tendência de viver na casa de pais/mães e familiares por parte dos estudantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os fatores regionais aqui presentes são complexos, pois envolvem questões culturais e socioeconômicas que escapam à nossa análise. Entrementes, a maior tendência à forte presença de “república” no Sudeste pode ser a forma que os estudantes encontram de driblar os altos preços do aluguel nas grandes metrópoles desta região.

Foi identificada pela V Pesquisa uma relação entre tipo de moradia e faixa de ano de ingresso. À medida que avança na graduação, uma parcela de estudantes abandona a casa dos pais [pais, mães e responsáveis] ou de outros familiares, bem como outras formas transitórias como casa de amigos (as) e pensões, e cresce a parcela dos que estabelecem família indo morar com companheiro/a ou cônjuge.

À medida que aumenta o tempo de ingresso, cresce o percentual de estudantes que passam a utilizar dos equipamentos de moradia universitários, exceto entre os que ingressaram até 2012. Entre ingressantes 2018, 1,2% vivem em moradia pertencente à universidade, entre ingressantes 2017, são 1,7%. Entre ingressantes 2013-2016 são 2,1%, percentual que cai para 1,5p.p. entre ingressantes até 2012. Neste caso, informações sobre existência de moradia estudantil e processos de solicitação deste benefício podem ser mais acessíveis internamente e à medida que os (as) graduandos (as) avançam no curso. Por sua vez, os (as) que ingressaram até 2012 utilizariam menos os equipamentos de moradia em função de se encontrarem no final do curso – próximos, portanto, ao período de formatura –, ou em situações especiais de conclusão e já inseridos no mercado de trabalho.

Captado pela V Pesquisa, a maior proporção de residentes em moradias universitárias está entre estudantes pretos e indígenas, do sexo masculino, das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, que ingressaram entre 2013-2016 por cotas, que estudaram em escola pública, que são inativos ou se encontram desocupados e que possuem renda per capita familiar de até 1,5 SM.

Discentes do sexo feminino usam mais transporte coletivo e do sexo masculino compensam esta diferença utilizando com maior frequência transporte próprio e bicicleta. Como se sabe, culturalmente, a figura masculina é mais incentivada tanto ao uso do automóvel quanto à prática esportiva. Por sua vez, embora o transporte coletivo seja reconhecidamente um espaço de assédio sexual – ao ponto de nas grandes metrópoles existirem vagões em trens e metrô exclusivos para o sexo feminino –, o deslocamento a pé ou de bicicleta expõe este sexo a situações de igual violência e vulnerabilidade. O percentual de pedestres é mais alto entre pretos (as) quilombolas e indígenas aldeados (as). Já o percentual de discentes que usam transporte próprio é mais elevado entre amarelos e brancos que perfazem 46,7% do total.

Se o meio de transporte utilizado expressa a condição socioeconômica de estudantes, o tempo gasto no deslocamento tem relação com a qualidade de vida estudantil, até mesmo pelo impacto que têm sobre o tempo disponível para os estudos. Aproximadamente metade dos (as) discentes (49,9%) leva mais de 30 minutos para chegar à universidade, totalizando pelo menos 1 hora no trajeto diário, enquanto pouco menos de $\frac{1}{4}$ gasta mais de 1 hora em cada trajeto, totalizando nada mais nada menos do que 2 horas no trajeto diário. Duas horas no trajeto diário! Este tempo supera a média do deslocamento diário do (a) trabalhador (a) brasileiro (a) nas grandes metrópoles, média que coloca o Brasil como um dos países com maiores problemas em relação à questão do deslocamento urbano. Segundo estudo do IPEA (2013), no ano de 2009 o tempo médio de viagem nas áreas metropolitanas analisadas era de 38 minutos contra 23,3 minutos nas áreas não metropolitanas. Na comparação internacional apontada pelo estudo, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a média das regiões metropolitanas brasileiras, aparecem atrás apenas de Xangai e à frente de diversas cidades do mundo, tais como Londres, Nova Iorque e Tóquio. Muito embora as universidades federais e os Cefets estejam majoritariamente concentrados em cidades do interior, é nas capitais que se concentra a maioria absoluta dos (as) pesquisados (as).

Um dos objetivos da implantação do REUNI foi promover a descentralização das IFES, especialmente a sua interiorização, permitindo maior capilaridade e cobertura geográfica do acesso ao Ensino Superior federal gratuito no Brasil. Ainda assim, a persistência da centralização territorial da universidade pública no Brasil obriga muitos estudantes a trajetos intermunicipais e a enfrentar o trânsito engarrafado nas regiões metropolitanas. Se, por um lado, as dimensões do território brasileiro e a concentração populacional em grandes metrópoles são fatores que explicam os grandes deslocamentos de uma parcela dos estudantes, por outro, a ineficiência da rede de transporte contribui para a ampliação do tempo gasto no trajeto até à universidade. Nesse sentido, estudantes que vivem em cidades vizinhas ou regiões distantes do *campus*, tendencialmente inseridos no perfil socioeconômico mais desfavorecido, são aqueles que mais sofrem com este problema, o que justifica e releva o caráter imperativo de políticas de assistência estudantil como o auxílio à moradia e ao transporte.

Existe uma correlação entre distância percorrida e desejo de abandonar o curso, mas é uma relação fraca. À medida que aumenta a distância para o deslocamento, cresce a frequência com que discentes pensam em abandonar seus cursos. Os dados da V Pesquisa mostram que, entre estudantes que se deslocam “Menos de 1 km”, a metade já pensou em abandonar o curso. Entre discentes que precisam se deslocar “Entre 1 e 5 km”, 51,9% já pensaram em abandono. O deslocamento de “5 a 10 km” eleva este percentual para 52,5%; de “10 a 50 km” é de 53,9%, de “50 a 100 km” é de 55,9% e mais de 100 km permanece próximo à última faixa, com 55,8%.

A análise do deslocamento estudantil mostra ainda algumas questões julgadas centrais para o planejamento das políticas educacionais em consonância com a vida nas cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles:

1) a precariedade da infraestrutura urbana e a ineficiência do transporte público, tendo em vista que diversas estatísticas mundiais colocam as metrópoles brasileiras no topo das que possuem maiores níveis de congestionamento e tempo médio de deslocamento para o trabalho (o que também se aplica ao estudo, como vimos);

2) a necessidade de intermediação do Ministério da Educação com os governos estaduais e municipais para a promoção de políticas de investimento em infraestrutura urbana, melhoria e gratuidade do transporte que facilitem o acesso aos campi universitários;

3) o investimento do Governo Federal em moradias estudantis que contribuam para fixar estudantes nas imediações da universidade, diminuindo a distância percorrida e o tempo de deslocamento, incentivando a utilização de meios de transporte não motorizados que possibilitem a melhoria da qualidade de vida e o aumento do tempo de estudo como forma de aprimorar o rendimento acadêmico.

A V Pesquisa revela claramente que há um déficit de moradia estudantil nas universidades brasileiras, pois 22,8% dos (as) estudantes não residem no município onde cursa a graduação, 23,69% gastam mais de 1 hora e 39,6% percorrem mais de 10km no trajeto até a universidade. Ademais a ausência de moradia estudantil na maioria dos campi, bem como o processo de gentrificação nos bairros universitários, inclusive em regiões de implantação recente das IFES, contribui para a não fixação dos estudantes nas imediações do *campus*, obrigando-os a longos deslocamentos, o que diminui o tempo para os estudos.

Um breve exercício para estimar o déficit de moradia estudantil nas universidades brasileiras revela o tamanho do desafio que reitorias das IFES têm pela frente. Levando-se em conta o deslocamento de mais de 50km e a renda *per capita* familiar de “Até 1 e meio SM” como critérios para o acesso à moradia estudantil, conclui-se, apenas com base nestes critérios, que 6,4% de estudantes das IFES seriam potenciais residentes de moradias estudantis, porcentagem que é aproximadamente 3,5 vezes maior do que o total de estudantes que vivem atualmente em moradias da universidade (1,8%). Levando-se em conta ainda o total de estudantes com este perfil de renda que mora a menos de 50km, mas que se mudaram de municípios mais distantes para cursar a universidade, e que já gastam parte de sua remuneração ou auxílio moradia com aluguel em “repúblicas”, pensionatos etc., este número é ainda maior.

De qualquer forma, em posse apenas dessas informações parciais, pode-se afirmar que existe um grande déficit de moradia estudantil nas IFES, o que nos permite concluir que a política de investimento em construção de unidades habitacionais para os estudantes de mais baixa renda seria uma forma de contribuir para a permanência estudantil e a melhoria da qualidade da vida acadêmica nas universidades públicas brasileiras.

O percentual de estudantes ocupados (que trabalham) caiu 5,5 pontos percentuais da IV para a V Pesquisa. Em 2018, 29,9% são ocupados, 27,1% corresponde ao total de

estudantes do sexo feminino e 33,2% do sexo masculino. As regiões Sul e Centro-Oeste concentram os maiores percentuais de estudantes ocupados (as), juntas perfazem 67,6%. A maioria relativa (31,7%) possui carteira assinada, 24,4% são estagiários (as) e 17% funcionários (as) públicos (as). Por sua vez, 13% não possui carteira assinada; 4,5% têm contrato temporário em empresa, organização social ou órgão estatal; 2,5% sem carteira ou contrato ajudando familiares; e 7% possui outro tipo de vínculo.

Relativamente à IV Pesquisa, as mudanças mais significativas foram o aumento da proporção de estudantes ocupados com carteira assinada e a diminuição daqueles que são funcionários públicos e que trabalham sem carteira assinada. Somando-se, todavia, quem trabalha sem carteira, sob um contrato temporário ou de estágio, identificam-se que 44,4%, têm trabalho precário, percentual próximo ao captado em 2014.

A V Pesquisa revela que 75,7% dos (as) estudantes ocupados (as) trabalham até 40 horas e 24,3% trabalham mais de 40 horas. Na graduação, o tempo de aula em cursos de meio período geralmente é de 20 horas semanais, sem contar o tempo de estudo necessário extraclasse. Compatibilizar trabalho e estudo é, então, um malabarismo, pois exige esforços sociais (pessoais, familiares) de monta.

Dentre estudantes que fizeram trancamento de matrícula o maior percentual é justamente o de ocupados (21,6%). Mas, dentre estes, não são razões de natureza pedagógica/acadêmica, ou de insatisfação com o curso, de saúde, ou ainda financeira que mais “pegam” os (as) ocupados. Este é um dado muito importante. Mais de 1/3 dos (as) ocupados (as) são afetados (as) pela carga horária excessiva no trabalho (34%), forte indicador de que é o trabalho – e não o estudo em si – o evento que mais interfere em suas vidas e no contexto acadêmico. Corrobora esta interpretação o dado captado sobre eventual abandono do curso.

Outro dado de grande importância social, identificado pela V Pesquisa, é o impacto geracional e na trajetória familiar do acesso dos (as) graduandos nas IFES brasileiras.

Em 2014, 53,5% (as) discentes já tinham nível de escolaridade superior ao de suas mães e pais, um inegável impacto geracional proporcionado pela ampliação das oportunidades de acesso às IFES brasileiras, impacto que se confirma, agora e novamente, com os dados da V Pesquisa. Em 2018, 50,8% dos (as) estudantes tem origem em famílias em que nem o pai, nem a mãe, ou quem os (as) criou como tal, tiveram acesso à universidade. A cada 10 estudantes 5 estão fazendo história relativamente aos pais e

mães. Em nossa compreensão, não é pequeno o significado social e simbólico no seio familiar do ingresso pioneiro de filhos e filhas nas instituições federais de ensino superior com potencial de, inclusive, imantar, num ciclo mais amplo de relações sociais e familiares, o desejo de construir mesma trajetória e almejar semelhantes objetivos.

A análise da escolaridade dos familiares demonstra que os (as) estudantes das IFES estão longe de constituírem a elite do país em termos de acesso ao sistema educacional.

A renda é uma variável decisiva e determinante do perfil discente.

Já destacamos nos parágrafos anteriores o perfil de renda dos (as) graduandos (as). Ao agruparmos a renda em por faixas de renda mensal *per capita*, obtivemos os valores seguintes: 70,2% dos (as) estudantes recebem “Até 1 e meio SM”; 17,3% têm renda mensal familiar *per capita* “Mais de 1 a 3 SM”; e 10,4% “Mais de 3 SM”.

Dentre estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM”, mais de $\frac{3}{4}$ situa-se na faixa “Até 1 SM” e cerca de $\frac{1}{4}$ na faixa “Até meio SM”. Com o olhar voltado para a série histórica, atingiu-se em 2018 o maior patamar, em termos percentuais, de estudantes com o perfil do público-alvo do PNAES.

Há uma clara desigualdade de renda quando se observam os critérios de sexo e cor ou raça. De forma geral, estudantes do sexo masculino possuem uma renda média mensal familiar *per capita* (RMMFPC) R\$ 233,38 superior à mesma renda das pessoas do sexo feminino, representando uma diferença de 16%. Para qualquer cor ou raça, os valores femininos sempre são menores do que os masculinos, sendo que as menores diferenças aparecem para indígenas e as maiores para a cor preta quilombola.

O recorte racial revela, por sua vez, que estudantes de cor branca possuem as maiores RMMFPC, superando a cifra de R\$ 1.720,00, enquanto para a cor parda o valor é de R\$ 1.033,00 (com defasagem aproximada de 40%), para a preta não quilombola é de R\$ 912,00 (aproximadamente 47% de defasagem), para a preta quilombola é de R\$ 625 (aproximadamente 64% de defasagem), para indígena não aldeado é de R\$ 854,00 (aproximadamente 50% de defasagem), para indígena aldeado é de R\$ 414,00 (aproximadamente 76% de defasagem).

É relevante o indicador do grau de autonomia financeira dos estudantes. Apenas 15,5% são independentes financeiramente. A ampla maioria depende da família para sua subsistência. Entre os principais mantenedores do grupo familiar, 39,9% são o pai/padrasto e 31,9% a mãe/madrasta, 6,4% o cônjuge ou companheiro/a; 2,9% o avô ou a

avó; 1,4% o irmão ou a irmã; 0,2% o filho ou a filha, além de 1,8% outra pessoa. Estudantes que não podem contar com ajuda dos pais e mães ou que estão incluídos na faixa de renda “Até 1 e meio SM” não podem prescindir das políticas de fomento ao ensino, à pesquisa, à extensão e à assistência estudantil, sob pena de serem alijados de forma implacável.

Quais são os itinerários estudantis típicos? Alguns itinerários surpreendem.

A V Pesquisa evidencia que a escola pública de Ensino Médio é responsável pela formação de 64,7% da população-alvo. A maior frequência é de estudantes formados somente em escolas públicas (60,4%), percentual praticamente idêntico ao registrado em 2014 (60,2%). Estudantes que cursaram o Ensino Médio somente em escolas particulares representam 26%, ou seja pouco mais de $\frac{1}{4}$ do total, enquanto os que frequentaram a maior parte na rede privada são 4,1%.

Na atual versão da pesquisa, buscou-se aperfeiçoar os tipos de vínculo com escolas particulares de Ensino Médio. Procurou-se conhecer o percentual de estudantes que, embora frequentassem escolas particulares, o tenham feito na condição de bolsistas, relevando que 2,3% estão nesta situação. A mudança na estratificação da questão veio a calhar, pois ao que tudo indica o percentual 4,9 p.p. mais elevado de estudantes que frequentaram escolas particulares em 2014, relativamente a 2018, incluía, certamente, estudantes bolsistas, entre os (as) quais secundaristas em condição de vulnerabilidade.

Frequentavam exclusivamente escolas públicas de Ensino Médio 37,5% dos (as) graduandos pesquisados em 2010, percentual que sobe para 60,2% em 2014 e para 60,4% em 2018.

Portanto, não se fundamenta em dados a percepção segundo a qual as universidades federais são compostas hoje por estudantes que frequentaram escolas particulares de Ensino Médio. O mito segundo o qual as IFES brasileiras são frequentadas por estudantes de escolas particulares cai definitivamente por terra com os dados identificados em 2014 e consolidados em 2018.

Nem nas áreas de Engenharias e Ciências da Saúde a trajetória invertida é majoritária nacionalmente. Este resultado sequer se modifica regionalmente. Qualquer que seja a região e a área de conhecimento do curso, o percentual de estudantes oriundos de escolas públicas de Ensino Médio é superior ao de escolas particulares, muito embora

existam algumas discrepâncias. Elas são mais acentuadas no Sudeste onde a diferença entre estudantes de escola pública e escola particular é menor nas Engenharias e Ciências da Saúde. O mesmo ocorre na região Sul. No Centro-Oeste identifica-se a menor diferença (de apenas 1 p.p.) entre o tipo de escola de Ensino Médio frequentado. Nas Engenharias, nesta região, o percentual de estudantes de escolas públicas é de 50,8%.

O ENEM/SISU responde, em 2018, pelo acesso de 67,1% dos (as) estudantes, seguido pelos Vestibulares (26,5%). Houve um aumento de 18,1 p.p. em relação a 2014. ENEM/SISU é o sistema mais importante de ingresso para estudantes amarelos (as), brancos (as), pardos (as), pretos (as) quilombolas e não quilombolas e indígenas não aldeados (as). A exceção fica por conta de 54,1% de indígenas aldeados (as) que ingressam por meio de Vestibular, dado que precisa ser melhor investigado mas que pode ter relação com os processos vestibulares especiais para indígenas aldeados em algumas IFES. Na região Sul o percentual de estudantes que ingressaram via Vestibulares é de 43,9% e no Norte de 38,6%, quando nacionalmente este percentual é de 26,5%. No Nordeste o percentual de estudantes que ingressa via ENEM/SISU é de 77,6%, 10,5 p.p. acima da média nacional. No Sul, por sua vez, o percentual que ingressa pelo ENEM/SISU é de 50,5%, cerca de 17 p.p. abaixo da nacional. Nalgumas universidades federais do Sul do país, os tradicionais vestibulares têm peso decisivo, ainda que em outras esta forma de ingresso praticamente não ocorra.

A V Pesquisa capta a evolução dos cotistas na população-alvo. Apesar da Lei de cotas estabelecer o percentual de 50% de cotistas por IFES, nacionalmente ainda estamos aquém da meta. Há duas razões para isso, uma delas é que o ingresso por ampla concorrência ainda supera o percentual de ingresso por cotas. Aqueles são 58,1%, enquanto as modalidades de cotas agrupadas correspondem a 41,9% do total dos (as) graduandos (as) pesquisados. A outra é que muitas IFES só atingiram o percentual de 50% de cotistas no ingresso em 2016, portanto entre os ingressantes anteriores a 2016 a proporção de ingressantes por ampla concorrência era ainda maior.¹⁴

A importância da política de cotas fica evidenciada quando analisamos a evolução das formas de ingresso segundo ano de ingresso. Neste sentido, a pesquisa capta que os (as) primeiros (as) cotistas ingressam em 2005 e que de lá para cá o percentual foi crescente e especialmente robusto a partir 2013, já sob efeito da Lei 12.711 de 2012. Do

¹⁴ Os percentuais são: 57,5% em 2015, 61,8% em 2014, 68,3% em 2013 e 74,2%, em 2012.

total de ingressantes em 2005, 3,1% são cotistas. Em 2010, cotistas são quase $\frac{1}{4}$ dos ingressantes. Em 2014, são 38,2%, em 2017 cotistas são 49,4%. Em 2018, o percentual de cotistas é de 48,3%. Explica a pequena queda no percentual de cotistas o fato da pesquisa ter sido realizada no primeiro semestre letivo de 2018.

Dentre as modalidades de cotas, a cota “Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM” é a responsável pelo ingresso de quase $\frac{1}{3}$ dos (as) cotistas (32,4%).

Qualquer que seja a modalidade de cotas, a maioria dos cotistas tem renda familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM”.

O percentual de cotistas incluídos (as) na faixa de renda familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM” é superior a 93% nas seguintes modalidades: Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM, Escola Pública/Renda até 1 e meio SM e Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM.

Nesta faixa de renda encontram-se 89,7% dos cotistas que ingressaram na modalidade Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM, 80,8% dos que ingressaram na modalidade Escola Pública/Independente de Renda/PPI/Deficiência e 80,7% na modalidade Outra Cota. O percentual de cotistas nesta faixa de renda é de 75,5% entre os que ingressaram por Escola Pública/PPI/Independente de Renda e 74,2% pela modalidade Escola Pública/Independente de Renda/Deficiência.

O menor percentual de cotistas com renda *per capita* “Até 1 e meio SM” (67%) foi encontrado entre estudantes que ingressaram na modalidade cota Escola Pública/Independente de Renda.

Ora, é muito claro que a faixa de renda mensal familiar *per capita* da maioria dos (as) cotistas torna-os (as) potencialmente candidatos (as) a demandantes de políticas de assistência estudantil. Neste sentido, é imperativo que gestores conheçam e se atentem para a realidade socioeconômica destes discentes cotistas, posto que 48% deles têm, em 2018, renda mensal familiar *per capita* de até meio SM (R\$477,00).

A distribuição da população-alvo da pesquisa por turnos do curso releva clássicas desigualdades e dualidades. O Integral corresponde ao turno de 43,9% dos (as) graduandos (as), enquanto o Noturno corresponde a 29,3% e o Diurno a 26,8%.

A universidade é ligeiramente mais branca (47,3%) em cursos de turno Integral e mais próxima do perfil racial da população brasileira em cursos de turno Diurno e

Noturno, em que negros perfazem 54,6% e 53,9% respectivamente e brancos representam 39,6% e 40,7% respectivamente.

O Noturno é o turno de quase metade dos estudantes trabalhadores (as). Entre estudantes do Noturno 49,4% são trabalhadores (as) e 37,3% não trabalham, embora estejam à procura de emprego. As universidades federais e os Cefets se abriram mais para negros (as), estudantes de menor renda, oriundos de escolas públicas de Ensino Médio, indígenas e quilombolas, mas ainda precisam se expandir em direção aos trabalhadores, cujo imperativo é a ampliação de vagas em cursos noturnos.

O curso matriculado corresponde à primeira opção de 82,9% do total dos (as) graduandos (as), sugerindo que há relação entre inscrição (demanda) e matrícula no curso desejado (oferta). As discrepâncias ocorrem, por exemplo, em função da renda. Quanto mais alta a renda mensal *per capita*, maior o percentual de estudantes que ingressam em primeira opção. Na faixa de renda mensal *per capita* “Até 1 e meio SM” encontram-se 81% destes graduandos, na faixa “Mais de 1 e meio SM” estão 84,5% e com renda “Mais de 1 e meio 3 SM”, 87,3%. O significativo percentual de estudantes que ingressam em primeira opção tem, seguramente, relação com o aumento da oferta de vagas oferecidas no ensino superior brasileiro, impulsionado pela política de expansão, com peso importante do fator ENEM/SISU.

Satisfação com os cursos e permanência nas carreiras escolhidas envolvem muitas variáveis de natureza objetiva e subjetiva: a faixa etária do (a) estudante (majoritariamente jovem, ainda imaturo para definir as trajetórias acadêmicas), o capital cultural do (a) discente, a expectativa familiar, o nível de exigência e as dificuldades encontradas para se adaptar à vida universitária e ao próprio curso, as condições materiais que se dispõem (se precisa trabalhar ou não ou como pode se manter), a identificação ou frustração com carreiras. Todas estas variáveis interferem na trajetória acadêmica.

Quando ingressam, os (as) discentes estão entusiasmados (as) com o ingresso na universidade. Após esta fase inicial, não é incomum a descoberta de inabilidades e bem cedo os imperativos da sobrevivência se apresentam (altos custos com moradia, transporte, livros etc.), sobretudo quando se trata de estudantes inseridos nas faixas de renda mais baixas ou de ocupados. A V Pesquisa revela, de forma afirmativa, que não trocariam de curso 60,1% dos (as) graduandos (as). A tendência a não trocar de curso é,

entrementes, menor entre os graduandos que ingressaram mais recentemente e, inversamente, maior entre veteranos. Como tendência estes dados são compreensíveis. Afinal, os custos implicados na troca de um curso são supostamente maiores para os veteranos, porque envolvem decisões pessoais que têm consequências mais fáceis de serem enfrentadas quando se está ainda nos primeiros semestres. Com exceção de quem já está retido, com um tempo de curso maior do que o necessário, ou próximo ao jubramento, “começar de novo” supõe determinação pessoal, apoio familiar e condições materiais quase nunca disponíveis aos que precisam enfrentar a dura realidade da vida.

Em relação ao tempo de estudos fora da sala de aula e utilização do espaço da biblioteca, a V Pesquisa identifica que 65,5% estudam até 10 horas semanais e que 18,3% utilizam a biblioteca uma vez por semana, pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos (as) graduandos de duas a três vezes por semana (26,7%) e 10,3% quatro ou mais vezes. Em contrapartida 44,8% usam menos de uma vez por semana ou não frequentam a biblioteca.

O envolvimento com atividades e programas acadêmicos é um evento na trajetória de 45,1% dos (as) discentes. Entre os (as) graduandos (as) que estudam no Sudeste, 50,2% participam de programas acadêmicos. No Sul, este percentual é de 49,4%, enquanto Centro-Oeste, Nordeste e Norte apresentam percentuais menores: 44,4%; 40,9% e 37,7%, respectivamente. Nacionalmente, do contingente dos (as) que participavam de atividades ou programas, 53,4% o fazem de forma remunerada, dado que revela a importância da estrutura de bolsas e outras remunerações na dinâmica da produção científica, tecnológica e formação profissional. É sempre oportuno ressaltar que, dentre as 20 universidades públicas que mais produzem ciência no Brasil, 15 são universidades federais e 5 estaduais.

Quando o recorte utilizado observa a autodeclaração de cor ou raça, somente estudantes de cor branca estão sobrerrepresentados nas atividades ou programas acadêmicos, uma vez que são 43,3% da população-alvo, mas correspondem a 47,2% das vagas. Ou seja, para as oportunidades que a universidade reserva para uma formação qualificada, há uma ocupação mais do que proporcional do grupo racial dominante.

No universo da assistência estudantil, os serviços, ações ou programas mais utilizados foram, por ordem decrescente: alimentação (acesso aos restaurantes universitários, com ou sem bolsa ou auxílio financeiro), com 17,3% de estudantes respondendo “sim”; transporte (via bolsa, isenções ou auxílios financeiros), com 8,2%;

bolsa permanência da instituição, com 7,6%; e moradia (acesso à moradias estudantis, a bolsas ou auxílios financeiros), com 7,5% de respostas positivas. Dignos de nota são também os acessos a atendimento psicológico (3,0%) e médico (2,9%), sempre via garantia de atendimento gratuito ou por meio de bolsas ou auxílio financeiro correspondente. O empréstimo de material didático (como calculadoras, instrumental odontológico, instrumentos musicais etc.) é usufruído por 2,1% dos estudantes. Os demais serviços e ações não alcançaram 2% de respostas positivas.

Relativamente à IV Pesquisa de Perfil, de 2014, todos os programas e ações no campo da assistência estudantil apresentaram queda da cobertura, isto é, em todos os programas os percentuais de estudantes atendidos em 2018 são inferiores aos aferidos em 2014. Por exemplo: em 2014, 44,2% participavam dos programas de alimentação, 18,4% de transporte, 11,7% de moradia e 11,4% de bolsa permanência institucional, enquanto em 2018 são 17,3%, 8,2%, 7,5% e 7,6% respectivamente. Como entender este recuo? Como exposto na Introdução, os recursos destinados ao PNAES foram crescentes até o orçamento de 2016. Para 2017 e 2018 foram observadas reduções nos valores nominais, 4,1% e 3,1% respectivamente. Ademais, se levarmos em consideração que a extinção de alguns programas governamentais produziu sobrecarga às políticas de permanência e que a inflação nos anos de 2016 (que deveria ser reposta em 2017) foi de 6,3% e a de 2017 ficou em 3,0%, pode-se estimar uma redução real de R\$ 197 milhões de reais.

Este movimento de contração do financiamento foi acompanhado, *pari passu*, pela consolidação da democratização do acesso às IFES via sistema de cotas, tal como já foi apresentado neste Relatório. Em síntese, com forte redução do financiamento seria natural que os indicadores de cobertura fossem atingidos.

Quais as trajetórias acadêmicas típicas?

Como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a boa formação universitária em sua amplitude responde àquilo que seriam as finalidades do ensino superior, que, espera-se, seja bem sucedido quando seu corpo discente participa ativamente da criação cultural, do pensamento reflexivo, do desenvolvimento da sociedade brasileira, da divulgação da ciência e da produção de conhecimento sobre sua

realidade local e mundial. Esta missão pode ser desenvolvida, entre outras, por meio da participação política da vida social, em movimentos sociais e associações.

O percentual de estudantes ativistas é de 28,4%, enquanto, em 2014, o índice era de 27,4%.

O Censo da Educação Superior (INEP, 2017) mostra que os maiores índices de conclusão e menores índices de evasão estão associados à participação discente em atividades e programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, bem como sua cobertura por programas de assistência estudantil. Mas a V Pesquisa identifica outro fator associado a maiores índices de conclusão e menores de evasão: a participação política.

Trata-se de uma novidade importante que ambos os programas também estejam associados à maior participação política, permitindo constatar que a boa formação parece estar ligada à aproximação entre os três fatores. Os dados apontam que estudantes envolvidos em movimentos e associações estão mais interessados em ingressar na pós-graduação, comparativamente aos não ativistas. Ativistas trancam menos matrícula quando a razão é trabalho (20,1% contra 23,0%), insatisfação com o curso (10,9% contra 11,3%), maternidade (3,4% contra 5,1%) e dificuldade de aprender (7,2% contra 8,3%), mas trancam mais quando a razão é saúde (19,5% contra 16,3%) ou impedimento financeiro (11,7% contra 9,7%).

Neste sentido, a imagem cristalizada no senso comum, que aponta para ativistas como discentes que protelam sua conclusão de curso e perfazem trajetórias de baixo rendimento acadêmico, neste momento encontra-se em xeque.

A pesquisa conseguiu captar a presença importante dos movimentos identitários (gênero, LGBTQ+ e negro) que se desdobram em um sem número de coletivos, cuja organização menos tradicional tem se espalhado pela militância estudantil. Também captou, de forma significativa, a presença de participação em associações atléticas que, via de regra, apresentam uma capacidade organizativa direcionada para a articulação de atletas e eventos, dispensando poucos esforços para o ativismo de conteúdo contestador ou crítico.

O movimento estudantil agrega a maioria simples dos engajamentos. É o que mais diretamente se dirige às questões da educação superior. Nas precisas palavras de Paula (2003, p.12), “o movimento estudantil é e foi um espaço de atuação que permite à

juventude uma percepção de que os problemas brasileiros podem ser discutidos e enfrentados, e não simplesmente sofridos ou ignorados”.

Como esperado, o percentual de discentes que se informa por meio de mídias eletrônicas, sejam jornais, revistas ou portais de notícias, quase alcança 87%, pouco menor do que já tinha sido encontrado na IV Pesquisa. Nenhuma outra fonte de informação tem tanta presença e importância de norte a sul do país, acompanhando tendência internacional e, forçoso reconhecer, as características da faixa etária dominante da população-alvo entre “18 e 24 anos”.

O uso de computadores é destacadamente extenso. Aproximadamente 80% dos (as) discentes indicam ter alguma ou muita experiência com as máquinas, enquanto 19,3% dizem ter alguma noção e 1,3% nenhuma noção. Em 2014, a IV Pesquisa havia registrado o percentual de 83,5%. De todo modo, supera o patamar encontrado em 2010, quando o índice alcançou 78,0%. Estudantes do sexo masculino têm mais experiência no uso de computadores, ocorrendo o mesmo para estudantes brancos (as) de ambos os sexos. Neste quesito, vale chamar a atenção para o percentual de indígenas que correspondem a 0,9% da população-alvo, mas a 3,3% do total de discentes que não possui experiência com uso de computadores.

Para as IFES, ter estudantes com acesso e domínio de outros idiomas compõe uma condição importante do processo de internacionalização, entendido como participação na produção internacional de ciência e inovação tecnológica. Ademais, para inúmeras carreiras é requisito o conhecimento de outros idiomas.

A IV e a V Pesquisas de Perfil mostraram que a língua estrangeira predominante no ambiente das universidades e Cefets é a inglesa. Esta língua constitui aquela que discentes possuem maior domínio (bom para 33,2% e regular para 40,1%). Apenas a compreensão da língua espanhola se aproxima da inglesa. O aspecto positivo é que vem crescendo, desde a I Pesquisa, o percentual de estudantes que tem bom domínio do inglês e caindo o percentual daqueles que não tem nenhum domínio. Mas discrepâncias foram identificadas quando detalhamos o perfil em função dos clássicos marcadores sociais de desigualdade. Em relação ao domínio de línguas, o bom domínio da língua inglesa mostra-se associado e proporcional à renda *per capita* média familiar mensal, ou seja, quanto maior a renda auferida pela família do (a) estudante, maior é o domínio manifesto do

idioma. Ademais não há regionalmente proporcionalidade em relação ao domínio do inglês.

Colocamo-nos uma questão: o domínio de línguas estrangeiras foi adquirido antes ou depois do ingresso na universidade? Fizemos um exercício. Ao isolarmos estudantes ingressantes em 2018 poder-se-ia inferir se padrões de acesso desiguais seriam resultado daquilo que Bourdieu e Passeron, autores clássicos da sociologia francesa, entendem por herança cultural. Dos discentes ingressantes em 2018, 30,8% possuem bom domínio, 40,2% um domínio regular e 29,0% nenhum domínio. Estes valores estão muito próximos à distribuição média de toda a população das IFES, indicando que aquele padrão herdado no ingresso se mantém razoavelmente de forma generalizada pelo corpo discente, ou, dito de outra forma, a vida acadêmica não tem sido muito determinante na alteração da distribuição pretérita de acesso à língua estrangeira, o que nos leva a concordar com a análise daqueles autores.

Adaptado ao caso estudado, o segundo idioma seria um elemento do passado social transformado em passivo escolar. Uma vez que a universidade exalta e condiciona o acesso a um conjunto de oportunidades acadêmicas fundamentais a uma formação de excelência ao domínio de língua estrangeira, o próprio funcionamento regular da instituição reproduzirá as desigualdades herdadas do passado social do (a) discente. Quebrar o círculo da reprodução exigiria das IFES ações ainda mais agressivas que ofertem cursos de língua estrangeira.

Inovou-se no questionário da V Pesquisa com o acréscimo de perguntas sobre a frequência de leitura de obras literárias, assistência a filmes, peças teatrais e shows e participação na vida política. A intenção foi captar, por meio destes indicadores, o impacto da vida universitária na trajetória estudantil. A rigor, partiu-se do desejo de mensurar o quanto culturalmente a universidade transforma seus e suas discentes, sobretudo para aquelas pessoas cuja origem social normalmente as privam. Já existem estudos que mostram que, mesmo em ambientes universitários, há muita dificuldade em tornar a leitura um hábito (TOURINHO, 2012).

Os dados da V Pesquisa apontam que a vida universitária impacta no capital cultural quando se observa a frequência com que estudantes leem, assistem e participam de atividades culturais e políticas. Os impactos mais notáveis se expressam na leitura, uma vez que aproximadamente metade do público revela que aumentou o número de

obras literárias lidas. Para filmes, a ampliação foi percebida por 42% e 40,4% para a participação política. Para as peças teatrais e os shows assistidos, somente 14,5% e 21,4%, respectivamente, acusaram alteração positiva. É impactante a informação de que, para os últimos casos, 66,5% e 51% dos (as) estudantes informaram não ter havido qualquer alteração na sua assistência. Plateias teatrais não são espontâneas e internacionalmente são produzidas, seja pelos hábitos familiares, seja pela escolarização e pela ação de políticas culturais. O mesmo vale para leitura de obras literárias. Shows são, em geral, onerosos aos pagantes, mas o conhecimento tácito mostra que, quando patrocinados, em geral em período das denominadas “calouradas”, geram plateias massivas. Estímulo diretivo e oportunidade de acessar o inacessível são fundamentais.

A frequência de leitura de obras literárias aumentou justamente entre discentes pretos quilombolas (68,2%) e não quilombola (58,7%) e indígenas aldeados (70,2%) e não aldeados(63,4). A V Pesquisa mostra que quanto menor o IDHM do município em que se localiza o *campus* da instituição, maior é o impacto do ingresso na universidade sobre incremento de leitura do (a) discente. Mostra, também, que entre cotistas o percentual de leitura de obras literárias (52,0%) está um pouco acima da média nacional (50,2%), dado que corrobora tendências identificadas pelas pesquisas realizadas por Lemos (2017) e por Jesus (2011).

À V Pesquisa também interessou saber as dificuldades que interferem significativamente na vida ou no contexto acadêmico de cada estudante. Os resultados encontrados dão conta de que uma fração muito expressiva (86,1%) dos (as) discentes apresentam alguma dificuldade estudantil. As cinco dificuldades que mais afetam o desempenho acadêmico, em ordem decrescente, são a falta de disciplina de estudo (28,4%), as dificuldades financeiras (24,7%), a carga excessiva de trabalhos estudantis (23,7%), empatada com os problemas emocionais (23,7%) e o tempo de deslocamento para a universidade (18,9%).

Para enfrentar muitas destas dificuldades, as IFES dispõem de algum mecanismo de intervenção, normalmente sustentado por decreto presidencial e distribuído entre as dez áreas de atuação do PNAES (alimentação, moradia, transporte, saúde, cultura, esporte, acessibilidade, creche, inclusão digital e apoio pedagógico). Provavelmente, várias IFES devem colocá-los em movimento, sem que o volume e a intensidade da oferta destes mecanismos sejam suficientes para cobrir a demanda. Ainda assim faz sentido

supor alguma presença das ações de assistência estudantil - uma vez que a comparação histórica das três últimas pesquisas mostra uma redução de todos os índices mensurados e, dificilmente, tais índices teriam refluxo sem intervenções e políticas públicas. Reforça-se a hipótese quando se leva em consideração no intervalo temporal comparado o crescimento robusto dos recursos do PNAES, saltando de mais de R\$ 125 milhões em 2008 para mais de R\$ 1 bilhão em 2016 (SILVA; COSTA, 2018). A rigor, há dificuldades, como as relativas ao deslocamento, que podendo ser enfrentadas com algumas ações da alçada das reitorias, extrapolam em muito o poder que cada uma delas de fato possui.

Na V Pesquisa há três indicadores de violência que foram especificamente testados, a física, a sexual e a psicológica.

A violência física foi reclamada por 0,8% da população-alvo que percebe sua influência no desempenho acadêmico. A violência sexual foi considerada determinante por 0,7% das pessoas. Pessoas do sexo feminino reclamantes são 1%, enquanto as de sexo masculino restringem-se a 0,3%. Já a violência psicológica (ou o assédio moral) representa 3,7% do público. Estudantes do sexo feminino, indígenas não aldeados (as) e pretos (as) não quilombolas são os grupos que mais indicam ocorrência de violência psicológica. Estes últimos dois grupos são, ademais, os que mais se ressentem por serem vítimas de situação de discriminação e preconceito no ambiente universitário.

Conjugadas sob o guarda-chuva das vulnerabilidades sociais, as variáveis falta de acesso a materiais didáticos fundamentais, trabalho, tempo de deslocamento para a universidade, maternidade e dificuldades financeiras têm um importante peso sobre o desempenho acadêmico universitário.

Em relação à variável falta de acesso a materiais didáticos fundamentais a renda tem um peso importante. A V Pesquisa demonstra que quanto maior a renda, menor a dificuldade de acesso aos materiais, e por conseguinte, maior o acesso às disciplinas e às ferramentas de aprendizagem. E o contrário também ocorre. Quanto menor a renda maior a dificuldade, sendo, portanto, nítido que a gratuidade da educação é necessária mas insuficiente para garantir condições de igualdade, equidade e justiça. Em relação às dificuldades financeiras vale a mesma correlação.

No que diz respeito à carga horária excessiva de trabalho que afeta, evidentemente, estudantes ocupados, já havíamos destacado que mais de 1/3 indicou o peso do trabalho - e não dificuldades propriamente de aprendizagem - em seu contexto acadêmico.

Evasão e trancamento são temas que preocupam todas as Reitorias. Considerando-se que existe pressão por maior “eficiência” do sistema educacional público e que a relação ensino-aprendizagem é um processo de alta complexidade, o conhecimento dos fatores que levam à evasão e ao trancamento é crucial para as administrações superiores das IFES. O Censo da Educação Superior lançado em 2018, com ano de referência 2017, mostra que as IFES possuem 70,1% de seus estudantes com a situação “cursando”, 8,6% com “matrícula trancada”, 10,7% desvinculados do curso, 1,0% transferidos para um curso da mesma instituição e 9,6% formados (INEP, 2018b). Estudo encomendado pelo MEC, em 1996, apontava mais de 40 causas para evasão (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO, 1996).

Os resultados captados pela V Pesquisa indicam que mais da metade (52,8%) dos (as) discentes das IFES já pensou em abandonar seu curso. E quando inquiridos sobre as razões, 32,8% apontam as dificuldades financeiras, 29,7% o nível de exigência acadêmico, 23,6% as dificuldades para conciliar os estudos e o trabalho, 21,2% os problemas de saúde, 19,5% as dificuldades do próprio campo profissional, 19,1% os relacionamentos no curso, 18,8% a incompatibilidade com o curso escolhido, 18,4% a insatisfação com a qualidade do curso, 15,9% os problemas familiares e 4,7% assédio, bullying, perseguição, discriminação ou preconceito. Se a ideia de abandono foi aventada por percentual significativo de discentes, o ato de trancamento se reduz a menos de 15% do universo.

A maioria expressiva afirmou que não procedeu ao trancamento geral de matrícula para interromper o curso (85,7%). Este robusto índice aparentemente contradiz os dados sobre abandono. Todavia, em que pese o fato de não se tratar de questões de mesma natureza, há uma relação entre ato e pensamento na medida em que o trancamento pode significar um primeiro passo rumo ao desligamento ou abandono do curso.

Sobre as perspectivas de futuro após o término do curso de graduação, 11,6% da população-alvo já se decidiram por outra graduação, 47,8% pretende ingressar na pós-graduação, enquanto a maioria absoluta pretende se inserir no mercado de trabalho (54,0%). Interessante é a correção registrada pela V Pesquisa. Quase todos os marcadores de vulnerabilidade ou desigualdade apontam que existe uma associação entre maior vulnerabilidade e preferência pela pós-graduação e menor vulnerabilidade e preferência pelo trabalho.

Graduandos (as) são cidadãos que precisam de atenção e cuidados. **Como está a saúde e a qualidade de vida dos (as) graduandos (as)?**

A última parte da V Pesquisa foi dedicada à interpretação dos hábitos estudantis relativos à saúde, desde a alimentação aos cuidados médicos até as dificuldades emocionais e situações vividas que possam afetar suas trajetórias.

O comportamento alimentar é algo complexo, pois envolve determinantes externos (como a renda) e internos (gostos, por exemplo) aos indivíduos. Além da qualidade da alimentação, é importante conhecer a frequência em que as refeições são realizadas, cujo ideal é no mínimo três diárias.

Em relação ao número de refeições feitas, observa-se que em média os (as) estudantes se alimentam 3,5 vezes ao longo do dia.

Há estudantes, todavia, que fazem menos de 3 refeições por dia. Faz apenas duas refeições diárias 12,5% do total, percentual que cresceu em relação à IV Pesquisa de Perfil que registrara a frequência de 6,9%. Os percentuais variam regionalmente e também em relação à cor ou raça.

A maioria dos (as) estudantes faz três refeições diárias em todas as regiões, sendo que estes percentuais são mais elevados no Norte (48,5%) e no Nordeste (47,6%). Em seguida estão os (as) estudantes que se alimentam quatro vezes por dia, com o Sudeste (32%) e o Sul (28,5%) apresentando os maiores percentuais. Já o Centro-Oeste e o Norte exibem os maiores percentuais de estudantes que se alimentam até duas vezes.

A maioria absoluta dos (as) graduandos (as) faz suas refeições em casa (57%), 30,2% no restaurante universitário (RU), o equivalente a mais de 363 mil estudantes. Nos restaurantes universitários, fazem 1 refeição diária 15,5%, 2 refeições 12,5% e 3 refeições diárias 2,2% do total dos (as) pesquisados.

Considerando que estudantes que fazem mais refeições diárias possuem maior poder aquisitivo (pessoal ou familiar) e que estudantes que fazem uma refeição diária (ou duas) pertencem a um estrato socioeconômico mais baixo, os dados sugerem que este último grupo depende sobremaneira da existência de restaurantes universitários disponíveis, que normalmente oferecem refeições a preços subsidiados.

Dentre estudantes que fazem uma refeição diária nos restaurantes universitários, a maioria (52,9%) ingressou por ampla concorrência. Mas dentre os que fazem duas (53,6%) ou três refeições diárias (60,4%) nos restaurantes universitários, a maioria

ingressou como cotista. Considerando o tipo de moradia, a maioria dos estudantes que residem em moradias estudantis (80,2%) utilizam restaurantes universitários.

Em relação aos cuidados físicos, quase 40% dos entrevistados declarou não fazer qualquer tipo de atividade física. Na IV Pesquisa, o mesmo perfil era de 29,2%, o que faz soar o alerta do sedentarismo no meio universitário. Não obstante, 21,4% disse fazer atividades físicas pelo menos três vezes por semana, 13,8% uma vez por semana, enquanto 12% menos de uma vez semanalmente. Por sua vez, 12,8% faz atividade física todos os dias.

Pouco mais de $\frac{1}{4}$ indicaram que sua instituição não oferecia condições suficientes para a prática de atividade física. Entre os (as) estudantes que apontaram deficiências na oferta de condições para a prática de exercícios físicos nas universidades, ou seja, que afirmaram que a universidade não oferece boas condições ainda que utilizem este espaço, 47,6% estudam em instituições localizadas no Norte do país, 41,9% no Nordeste, 38,9% no Sul, 36,4% no Sudeste e 34,9% no Centro-Oeste. Note-se que as regiões Norte e Nordeste apresentam também os maiores percentuais de não praticantes de atividades físicas.

Em busca por atendimento médico, incluindo assistência preventiva, a maioria absoluta recorre à rede pública de saúde (53,6%), enquanto 35,6% buscam a rede particular mediante planos de saúde; 4,1% a rede particular sem planos de saúde; 2,7% a serviços de saúde oferecidos pela própria universidade; 1,2% procuram ajuda informal a amigos ou familiares. E 2,9% disseram não recorrer a nenhuma das opções acima.

Em relação à frequência de busca por atendimento médico, 51,3% disseram procurar raramente esses serviços; 25,5% utilizavam estes serviços periodicamente, para exames de rotina; e 23,2% usavam esses serviços periodicamente para tratamentos de saúde específicos. Relativamente ao atendimento odontológico, 54,1% dos (as) entrevistados (as) disseram ir ao (à) dentista quando se manifestava algum problema; 23,6% declararam ir periodicamente ao (à) dentista, para fins de prevenção; 10,6% recorriam a atendimento odontológico para tratamento específico; e, finalmente, 11,7% disseram não ir jamais ao dentista.

A V Pesquisa demonstra que a maior ou menor procura por cuidados profissionais depende do nível de renda do (a) estudante. Por exemplo, as consultas periódicas para tratamento odontológico foram relatadas por estudantes cuja renda familiar *per capita*

era de R\$ 1.957,38; já os universitários que não frequentam o dentista possuíam renda familiar *per capita* de R\$ 880,23.

Em um período em que as IFES incrementaram suas ações em torno do problema da saúde mental, como, por exemplo, a adesão às campanhas denominadas “Janeiro Branco” e “Setembro Amarelo” que visam conscientizar a comunidade acadêmica sobre adoecimento mental, sofrimento psíquico e suicídio, dados sobre atendimento psicológico passam a ser fundamentais. A V Pesquisa revela que 32,4% da população-alvo estiveram ou está em atendimento psicológico (uma diferença de 1,9 p.p em relação a 2014): 13,7% procuraram atendimento psicológico há mais de um ano, 9,0% disseram procurar atendimento no último ano, e 9,7% declararam estar fazendo acompanhamento psicológico.

Quando perguntados se já haviam tomado medicação psiquiátrica, 9,8% responderam positivamente e 6,5% estavam tomando no momento da realização da pesquisa. Entre os (as) graduandos (as) que estavam ou estiveram em tratamento psicológico 39,9% fazem/fizeram uso de medicação psiquiátrica. Na outra ponta, ainda que reduzida, mas de forma preocupante, entre estudantes que nunca procuraram acompanhamento psicológico (n=811.688), 1,1% (9.200 estudantes) está tomando medicação psiquiátrica e 3,8% (31.221) já fez uso, mas hoje não o faz mais.

Sabe-se que a rotina de estudos na universidade contribui para amplificar os problemas relativos à saúde mental, exigindo dos estudantes posturas flexíveis e resilientes no ambiente acadêmico. Foram citadas neste relatório pesquisas que têm mostrado que a ocorrência de sintomas que remetem ao sofrimento psíquico é alta entre os (as) universitários.

Nesse sentido, entre os inúmeros obstáculos enfrentados, interessava conhecer as dificuldades emocionais que interferiam na vida acadêmica de estudantes nos 12 meses anteriores à pesquisa. O percentual de estudantes que disseram conhecer alguma dificuldade emocional é de 83,5%. Ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes. Ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5%. Relativamente à IV Pesquisa, o percentual de estudantes com ideação de morte era 6,1%, enquanto pensamento suicida afetava 4%. Está acesa a luz vermelha da atenção à saúde mental. Um crescimento preocupante não fosse o fato de que o suicídio já é considerado a segunda causa de morte

entre o público universitário (SANTOS, 2017) e, ao que parece, segue em franca ascensão no mundo inteiro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior levantou um conjunto amplo, detalhado e multifacetado de informações sobre a composição social dos (as) discentes das IFES brasileiras.

Deste amplo conjunto de dados, dois são os grandes achados da pesquisa.

Primeiramente, o crescimento do número de estudantes que correspondem ao público-alvo do PNAES: estudantes de cursos de graduação presenciais com origem em escola pública ou com renda mensal familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM”. Foi atingido o patamar inédito de 70,2% de discentes com este perfil.

Em um país marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais, é fato que o (a) estudante universitário (a) não faz parte da camada mais pobre da população, já que os setores mais pobres e miseráveis nem mesmo chegam a concluir o Ensino Médio, principal fator de exclusão ao Ensino Superior.

Deve-se ainda atentar para o alto índice de abandono dos estudos após a conclusão do Ensino Médio, devido à necessidade de ingressar no mercado de trabalho, por parte dos estudantes das famílias de mais baixa renda, e pela dificuldade de conciliar a carreira universitária com os estudos.

Não obstante, é revelador que o percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal *per capita* “Até 1 e meio SM” tenha saltado de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica.

O segundo grande achado é o percentual de estudantes autodeclarados (as) negros (as). Pela primeira vez, desde que as pesquisas de Perfil da ANDIFES foram realizadas, a maioria absoluta é negra, alcançando 51,2% do universo.

É igualmente importante destacar que o percentual de estudantes oriundos de escolas públicas de ensino médio é de 64,7%.

A população do sexo feminino continua crescendo. Em 1996, este público representava 51,4% do universo estudantil das IFES. Em 2018, representa 54,6% do total.

O percentual de estudantes cotistas é crescente. Entraram pelo sistema de cotas, no ano de 2013, 31,7% do total de ingressantes. Em 2017, do total de graduandos (as) das IFES brasileiras 49,4% ingressaram por meio de cotas e, em 2018, 48,3%.

Aumentou também é o número de estudantes que ingressam via ENEM/SISU. Em 2018, 67,1% dos (as) estudantes ingressaram via ENEM/SISU, um aumento de 18,1 p.p. em relação à 2014.

A universidade brasileira hoje é expressão dos esforços para sua real democratização. Este é um importante passo para o cumprimento do papel social do ensino superior público.

Por sua vez, também se permitiu a fruição do direito a este ensino, já consagrado no Estatuto da Juventude, a um número cada vez maior de pessoas que tradicionalmente eram excluídas da vida universitária. Suas famílias, suas visões de mundo, suas rendas, sua inserção no mercado de trabalho, sua leitura da realidade jamais serão as mesmas. E o país, vendo multiplicar as oportunidades acadêmicas a um número maior e mais diverso de pessoas, poderá colher os frutos da ampliação em seu desenvolvimento.

Neste sentido, as conclusões apontam para o impacto das políticas de expansão, de acesso unificado, de reserva de vagas e de permanência.

Mas também desafios se apresentam: 1) ampliar ainda mais a democratização do acesso, para que o percentual de jovens matriculados no ensino superior atinja as metas do Plano Nacional de Educação; e 2) garantir que todos (as) os (as) estudantes tenham dentro das IFES iguais condições de permanência, tal como reza a Constituição Brasileira de 1988, nossa carta magna, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ambos desafios implicam a consolidação e ampliação das políticas a quem se deve creditar os resultados apontados.

4. DESENHO METODOLÓGICO DA V PESQUISA

Esta seção tem como objetivo apresentar o desenho metodológico da pesquisa, aqui subdividido em três partes: o processo divulgação da pesquisa entre a população-alvo das 65 IFES; a coleta de dados, destacando aspectos formais e técnicos do questionário; o desenho amostral, descrevendo o detalhamento do trabalho estatístico e a montagem da Base de dados.

4.1 A divulgação da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural

A mobilização e o convencimento de sujeitos participantes de pesquisas é um aspecto chave para o sucesso das mesmas. Uma vez que a V Pesquisa não conseguiu ser realizada de forma censitária e obrigatória, a divulgação exigiu grande atenção das equipes das 65 IFES envolvidas, com apoio da ANDIFES e da coordenação da pesquisa.

Em cada uma das instituições foram mobilizadas suas Reitorias, Pró-Reitorias de Graduação e de Assistência Estudantil, seus setores de Tecnologia da Informação e as Assessorias de Comunicação.

O êxito só poderia ser alcançado por meio da associação entre diversas estratégias de divulgação e formas de abordagem. O resultado alcançado expressou justamente esta necessidade, pois as instituições ativaram sua verve comunicadora e produziram vídeos explicativos, material publicitário, diversos tipos de mídias, panfletos, outdoors, chamadas em rádio e TV universitárias, programas de mídias locais, malas diretas, postagens em redes sociais e principalmente nos portais de matrícula e dos (as) estudantes. Gestores (as) foram a campo para comunicar o envolvimento de sua universidade, Cefets e conclamar o corpo estudantil a participar.

Todas as instituições de ensino envolvidas valeram-se de seus Portais dos (as) Estudantes, espaços oficiais dedicados ao oferecimento de serviços a discentes (matrícula, horários, requisições, histórico escolar etc.), para estimular o preenchimento dos questionários desta pesquisa. Algumas IFES também o fizeram em seus Sistemas de Matrícula, garantindo a participação no ato da renovação do vínculo e com a capacidade de cobertura quase censitária em prazos de tempo curtíssimos.

Houve ainda ações impactantes como a constituição dos espaços da pesquisa, salas destinadas exclusivamente para o preenchimento do questionário, com maquinário

disponível e visitação orientada. E, por fim, campanhas de motivação, com sorteios de prêmios ou a promoção de eventos especialmente dedicados ao convencimento, tais como o “Dia P” (Dia da Pesquisa).

As peças produzidas, muito representativas em número e natureza, foram registradas com dois objetivos, primeiramente informar à comunidade interessada na pesquisa e, posteriormente, guardar a memória das ferramentas utilizadas para que, em versões futuras, também possam estar à disposição para contribuir para a participação de sujeitos da pesquisa.

A peça inaugural da campanha da V Pesquisa foi produzida pela equipe de assessoria de comunicação da UFOB (Figura 4-1). Tratava-se de um pequeno banner amigoso passível de edição para adaptar-se às realidades das instituições envolvidas. Esta foi, em parte, uma das marcas da campanha. Muito embora houvesse uma coordenação, em cada IFES, de forma descentralizada eram criadas as peças publicitárias. Estas eram distribuídas entre as 65 participantes e rapidamente utilizadas em suas mídias.

Figura 4-1 Banner criado pela UFOB



Fonte: Material de divulgação da V Pesquisa de Perfil (2018).

De forma geral, as IFES optaram livremente pelas alternativas de comunicação, sendo algumas com mais adesões do que outras. No Quadro 4-1 são indicadas as principais estratégias de divulgação e as instituições que a elas aderiram.

Quadro 4-1 Ações de comunicação implementadas pelas IFES durante o levantamento da V Pesquisa

Vídeos Institucionais	Sala de preenchimento	Mala direta / e-mail	Adesivos para mesas	Panfletos.	Sorteio de prêmios	Cartazes	Dia P (dia da pesquisa)	Obrigatoriedade durante a matrícula	Obrigatoriedade para acesso ao portal do estudante	Divulgação em portais institucionais e redes sociais	Envio de comunicado a docentes para aplicação da pesquisa	Comunicado a órgãos superiores, unidades, Pró-coordenações, Pró-Reitorias etc.	Criação de memes	Premiação com cardápio especial no RU	Entrevistas para a imprensa local ou nacional	Editorial e matérias em Jornais internos
UFPI	UFPI	UFRRJ	UFRGS	UFU	UFU	UFAM	UFG	UFMS	UFMS	TODAS	UFRGS	UFU	UFRGS	UFRGS	UFU	UFRGS
UFRN	UFG	UFTM	UNILAB	UFG	UFRR	UFVJM	UFMG	UFMT	UFMT		UFU	UFRGS	UFG	UFU	UFAL	UFU
UFERSA	UNB	UNB	UFAC	UFBA	UFG		UFAC	UFPE	UFCG		UTFPR				UFAC	
UFJF	UFAC	UFF		UNILAB				UFABC	UFAM						UFRGS	
UFABC		UFRJ		UFAC				UFES	UFTM						UFRN	
UFU		UFMS		UFJF				UFERSA	UFAL							
UFG		UNIFAP		UFVJM					UFMA							
UFRB		UNIRIO							UFGD							
UFPA		UFMA							UFSM							
UFLA		UFAM							UFU							
UFBA		UFG							UNB							
UFT		UFCG							UFRJ							
UNILAB		UNILAB							UFF							
UFSM		UFSM							UFTM							
UFAL		UFF							FURG							
UFAC		UFLA							UFRB							
UFRGS		UFFS							UFES							
UNIFEI		UFAC							UFVJM							
UNIFAL		UFRGS														
		UTFPR														
		UFJF														
		UNIFEI														
		UNIFAL														
		UFVJM														

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Cada uma das estratégias de mobilização e divulgação é portadora de particularidades locais que neste Relatório não é possível descrever. Todavia, para o registro passaremos à descrição genérica de cada uma delas.

Mala Direta

O envio de e-mail para os estudantes atingiu duas finalidades específicas: divulgar a V Pesquisa para a comunidade acadêmica e conscientizar os estudantes da importância do *survey* enquanto instrumento de gestão, avaliação e melhorias das IFES. Todas as IFES enviaram e-mail aos estudantes, alcançando maior ou menor êxito.

A maioria das universidades que adotaram o método de envio de mala direta para os e-mails dos estudantes combinou essa estratégia a outras formas de abordagem. O volume de informação, a frequência do envio das mensagens e a estrutura do e-mail também influíram no êxito da estratégia.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para ilustrar com um caso, o e-mail contava com um banner de convite, contendo a arte da pesquisa e informações relativas ao preenchimento (Figura 4-2).

Figura 4-2 Arte do e-mail da UFRGS.



Fonte: PRAE /UFRGS

Salas para o preenchimento da Pesquisa

Algumas universidades disponibilizaram salas para o preenchimento do questionário. Tratava-se de espaços físicos com equipamentos e acesso à rede mundial de computadores. O comparecimento de discentes se fazia de forma voluntária ou guiada, com visitas conduzidas por responsáveis das equipes locais. As instituições que se valeram desta alternativa foram: UNB, UFPI, UFG e UFAC.

Essa estratégia também esteve associada a diferentes abordagens (divulgação de banner convite da pesquisa nas redes sociais, portal do estudante e nas páginas institucionais) e obteve relativo êxito em razão da divulgação da pesquisa, produção de chamadas, vídeos, memes na internet e utilização de mídias em geral.

Divulgação de vídeos

Buscando atingir um público cada vez mais sensível aos apelos visuais, universidades produziram vídeos institucionais com enredos bem humorados e convidativos.

Segundo nosso levantamento, valeram-se desta estratégia: UFPI, UFERSA, UFJF, UFABC, UFU, UFG, UFRB, UFBA. A qualidade dos vídeos e a capacidade de difusão eram tamanhas que, em alguns casos, materiais especificamente produzidos para uma instituição eram replicados em outras. Este foi o caso da UFPI. Para deixar acessível cada uma destas experiências, recomenda-se a visita aos endereços eletrônicos disponíveis no Quadro 4-2.

Quadro 4-2 Instituições e endereços de seus vídeos de divulgação

IFES	Endereço do vídeo
UFPI:	https://www.instagram.com/p/Bei-wa6nfl/?taken-by=ufpi https://www.instagram.com/p/BebOCZgnpR/?taken-by=ufpi
UFERSA	https://www.facebook.com/Ufersa/videos/1605555569527060/?hc_ref=ARRwAS-B1I2RfjBc7lVqex7kVHNsIDnrvCND18p2O-ENBWwzXyRCpboHzWe02SCiq-Q&fref=gs&dti=161260820656131&hc_location=group
UFJF	https://www.youtube.com/watch?v=ZT0HIKMYTdo
UFABC	https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=172602083535224&id=100023563005681&pnref=story
UFU	https://www.facebook.com/ComunicacaoUfu/videos/1115393101934375/?hc_ref=ARTX2em0ry1TkD-Qog0P6TjT7Q9XILcWm7c-1Vl07seiWB6Uk61zjrEkVCZjYcFCnvI
UFRB	https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=168862360575863&id=100023563005681
UFPA	https://www.facebook.com/UFPAOficial/videos/1646321132072207/
UFPA	https://www.youtube.com/watch?v=FjaYWeb3jhE&t=5s
UFPA	https://www.facebook.com/uflabr/videos/2271708739569557/
UFBA	https://www.youtube.com/watch?v=wzdaJVVpFF4

Fonte: Dados da pesquisa.

Entrevistas

Durante o período de preenchimento dos questionários, gestores (as) mobilizaram suas equipes de assessoria de comunicação e instigaram-nas a ocupar os veículos de comunicação da própria instituição ou da região. O resultado encontra-se na série de entrevistas concedidas e que possuem seus conteúdos registrados no Quadro 4-3.

Quadro 4-3 Lista de entrevistas de gestores (as) das IFES para divulgação da V Pesquisa

IFES	<u>Endereço da Entrevista</u>
UFAC	https://www.youtube.com/watch?v=t4qZDXApcg8 https://www.youtube.com/watch?v=rk80s1Cnb4k
UFRN	http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/bom-dia-rn/videos/v/vice-reitor-da-ufrn-fala-sobre-pesquisa-que-traca-perfil-socioeconomico-dos-alunos/6457165/

Fonte: Dados da pesquisa.

Outras Mídias

Para tornar a comunicação mais próxima do corpo discente, algumas IFES utilizaram GIFs e Banners em redes sociais, destaque para a produção da UFG

(https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=169456743849758&id=100023563005681) e da UFRGS. Esta última com seus banners dispostos abaixo.

Figura 4-3 Banners disponibilizado no Facebook da UFRGS



Fonte: PRAE /UFRGS

Panfletagens

A UFU, UFG, UFBA, UNILAB, UFAC, UFJF e a UFVJM distribuíram panfletos aos estudantes.

No caso da UFU a abordagem foi feita nos restaurantes universitários e uma equipe de estagiários foi selecionada para divulgar nos *campi* avançados. O sucesso da pesquisa esteve diretamente associado à alguma mobilização institucional que envolveu diversos órgãos e diretorias da administração pública.

Divulgação nos órgãos superiores e participação dos professores

A UFU, a UTFPR e a UFRGS apresentaram comunicações aos órgãos superiores e também às unidades acadêmicas e coordenações de curso com o objetivo de envolver o corpo docente, seja à frente do órgão que dirige, seja na sala de aula, com a aplicação e o convencimento da aplicação do questionário da pesquisa.

Criação de Eventos

A UFG, UFMG e a UFAC instituíram dois dias específicos no calendário da universidade para a realização de um evento de promoção da pesquisa. Ele ficou

conhecido como “O dia P” e contou com um cronograma específico de divulgação e diversas formas de abordagem, tais como, a disponibilização de computadores em diversos pontos da universidade com a chamada direta de monitores, panfletagem e chamadas nas salas de aula por coordenadores de curso e demais servidores envolvidos.

Obrigatoriedade no Momento da Matrícula

A implementação da obrigatoriedade no momento da matrícula garantiu o recolhimento intensivo dos questionários em um período curto de tempo, gerando, conseqüentemente, menor dispêndio de energia.

A maioria das universidades apresentou preenchimento significativo no período de matrícula, em alguns casos aproximando-se da totalidade da população discente, mas sempre com substancial aumento do volume de participações nas datas que se aproximavam da entrada dos estudantes no Sistema /Portal do Estudante.

Seis universidades implementaram a obrigatoriedade na matrícula: UFMS, UFPE, UFERSA, UFABC, UFMT e UFES.

Elas alcançaram o maior percentual de preenchimento da pesquisa. Das dez universidades mais bem posicionadas no ranking, cinco implementaram a obrigatoriedade no ato da matrícula. O percentual médio de respondentes das seis universidades que adotaram esta estratégia foi de 76,98.

Obrigatoriedade no Sistema/Portal do Estudante

Esta estratégia, apesar de um pouco menos eficiente do que a obrigatoriedade durante a matrícula, mostrou-se muito bem sucedida.

Tratava-se de levar até o portal da instituição - por meio do qual estudantes acessam informações sobre horários, histórico escolar, notas etc. - o questionário da pesquisa. Assim, o discente teria acesso às informações demandadas após vencer o preenchimento do questionário. A adoção da obrigatoriedade no Portal do Estudante contribuiu significativamente para o aumento do número de respondentes.

Do total, 15 universidades adotaram a obrigatoriedade no Portal do Estudante ao longo da coleta.

Esta estratégia foi especialmente importante para as seguintes universidades: UFRA, UFCG, UFAM, FURG e UFTM. Das dez universidades mais bem posicionadas no ranking, cinco optaram pela obrigatoriedade no Portal do Estudante, alcançando em o percentual médio de 74,43 respondentes.

Considerando as 15 universidades que adotaram a obrigatoriedade no Portal, o percentual médio de respondentes foi de 52,03.

Todo este trabalho de divulgação resultou em uma coleta que alcançou uma amostra composta por 424.128 questionários validados. As informações técnicas sobre a coleta e o detalhamento do desenho amostral final encontram-se a seguir.

4.2 O processo de coleta de dados

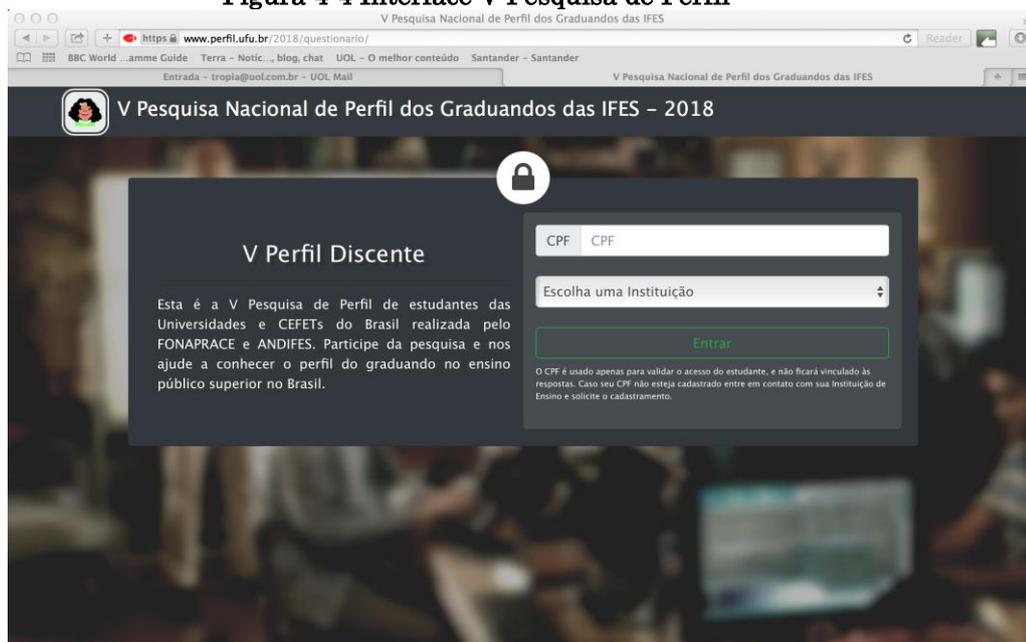
A coleta de dados foi realizada nacionalmente durante os meses de fevereiro a junho de 2018. O período relativamente longo de coleta buscou garantir que as IFES tivessem tempo hábil para divulgar a pesquisa – e colocar em prática as inúmeras estratégias de divulgação acima mencionadas – entre discentes, o que não ocorre instantaneamente, dadas as dimensões, o volume estudantil e a dispersão geográfica dos *campi* e cursos em todas as IFES estudadas. Ademais os calendários de matrícula para estudantes em geral e ingressantes 2018, em particular, eram distintos e dispersos ao longo do primeiro semestre, o que levou à decisão de manter o questionário aberto por pelo menos 4 meses.

4.2.1 O questionário eletrônico da V Pesquisa

O questionário, composto por 81 perguntas, foi hospedado em plataforma virtual especialmente desenvolvida pela equipe de Tecnologia da Informação da Prograd/UFU e a coleta propriamente dita foi feita totalmente via internet, com funcionalidades múltiplas (computadores pessoais, notebooks, tablets, smartphones), inovando assim a experiência acumulada com a IV Pesquisa – 2014.

A partir do envio de dados acadêmicos prévios pelas IFES, os (as) estudantes eram automaticamente cadastrados (as) e tornavam-se aptos (as) a acessar o sistema (www.perfil.ufu.br). Após digitarem CPF e indicarem a instituição na qual estavam vinculados (as), podiam iniciar o preenchimento do questionário. A Figura 4-4, abaixo, mostra imagem da interface da V Pesquisa.

Figura 4-4 Interface V Pesquisa de Perfil



Fonte: Dados da pesquisa.

A V Pesquisa constituiu a quinta onda de uma série histórica que vem sendo construída desde 1996. Relativamente ao modelo de questionário de 2014, foram feitas revisões e inovações relacionadas no Quadro 4-4, após discussão com a equipe de analistas e o Observatório FONAPRACE.

Quadro 4-4 Inovações no questionário eletrônico

Cabeçalho	Inclusão de um texto de boas-vindas para os (as) estudantes e compromisso ético de não identificação do (a) respondente
Questão 4 - Gênero	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 5 – Orientação sexual	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 7 - Deficiência	Foi alterado o texto sobre baixa visão e foram incluídas as seguintes alternativas para a questão ¹⁵ : <u>Surdocegueira</u> (ausente em 2014) Múltipla (ausente em 2014) Altas habilidades/superdotação (ausente em 2014)
Questão 8 - Estado civil	As alternativas “Casado (a)” e “União Estável” foram agrupadas em uma só alternativa em 2018: “Casado (a) ou vive uma relação estável”.
Questão 9 - Pergunta sobre filhos	Situada no “Perfil Básico” em 2018.

¹⁵ Na pergunta sobre Deficiência procurou-se aprimorar a definição de baixa visão ou visão subnormal, em função de suposta inconsistência dos dados em 2014. Particularmente, foi necessário precisar que esta modalidade de deficiência se caracteriza pela gravidade da perda da visão não corrigível por meio de tratamento clínico ou cirúrgico nem com o mero uso de óculos ou lentes de contato.

Questão 10 - Algum de seus filhos mora com você?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 11 - Você tem filhos de 0 a 5 anos de idade?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 12 – Em seu período de aula, onde ou com quem ficam seus filhos (as) de 0 a 5 anos?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 14 - Tipo de escola de Ensino Médio:	Acréscimo de duas novas alternativas: “Somente em escola particular com bolsa” e “Maior parte em escola particular com bolsa”.
Questão 16 - Como ingressou?	Foi retirada a opção “Outros” na versão de 2018.
Questão 18 – Tipo de cota	Foi alterado o formato da pergunta. As alternativas para respostas binárias são: Cota escola pública Pretos, pardos e indígenas Cota por renda Cota por deficiência
Questão 19 – Tipo de cota	“Outra cota”
Questão 25 - Estuda na biblioteca	Foi incluída a opção “Menos do que uma vez”
Questão 29 - Assistência estudantil-	Foram incluídos textos explicativos sobre o caráter dos auxílios, apoios e bolsas em todas as alternativas. Foi incluída alternativa “Empréstimo de material didático”.
Questão 30 – Participação em organizações:	Foram incluídos os seguintes movimentos: Movimento negro, Movimento feminista Movimento LGBTQTT Movimento Sindical Atléticas estudantis
Questão 31- fonte de informação	Foram incluídas: Mídia eletrônica formal (jornal; revista; portais de notícias; etc) Mídia eletrônica alternativa (<i>blogs</i> ; youtubers; etc.) Redes sociais (<i>Twitter</i> ; <i>Facebook</i> ; etc.)
Questão 38 - Depois que você entrou na universidade o número de obras literárias que você passou a ler:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 39 - Depois que você entrou na universidade o número de peças de teatro que você passou a assistir:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 40 - Depois que você entrou na universidade o número de filmes que você passou a assistir:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 41 - Depois que você entrou na universidade o número de Shows que você passou a assistir:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 42 - Depois que você entrou na universidade sua participação política:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014. ¹⁶

¹⁶ Buscou-se sofisticar o levantamento de dados do perfil cultural dos (as) graduandos (as) com o acréscimo de questões sobre determinados hábitos culturais após ingresso nas IFES, motivo pelo qual os (as) estudante foram inquiridos sobre a frequência de leitura de obras literárias, assistência a peças de teatro, filmes e shows. Os (as) estudantes também foram inquiridos se sua participação política havia ou não aumentado após ingresso nas IFES.

Questão 48 - Deslocamento	Reformulada no questionário de 2018.
Questão 49 - Tempo de deslocamento	Incluída a alternativa “Mais de três horas”.
Questão 50 Renda do Trabalho e Questão 56 - Renda mensal bruta do grupo familiar	As questões relativas a renda (renda do trabalho e renda mensal bruta do grupo familiar) foram abertas, de modo a permitir a comparação de médias e a liberdade de agrupamentos em faixas em Salários Mínimos ¹⁷ .
Questão 61 - Situação da moradia	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 62 - Bens materiais da família	Foram excluídas as alternativas: Lavadora de roupas Secadora de roupas Micro-ondas Banheiro Videocassete Geladeira Freezer Rádio TV em cores Empregado doméstico.
Questão 64 - Onde se alimenta:	Foram incluídas as alternativas: No trabalho No transporte Outra.
Questão 65 - Atividade física:	Foi substituída a alternativa “Ocasionalmente” por “Menos de uma vez por semana”.
Questão 66 - Procura médico:	Retirada a opção “Nunca”.
Questão 69 – Dentista:	Houve alteração no texto.
Questão 72 – Dificuldades emocionais:	Houve alteração no texto.
Questão 72 – Consumo de bebida alcoólica:	Foi substituída a alternativa “Ocasionalmente” por “Menos de uma vez por semana”.
Questão 73 - Consumo de cigarro:	Foi substituída a alternativa “Ocasionalmente” por “Menos de uma vez por semana”.
Questão 74- Consumo de drogas:	Foi substituída a alternativa “Ocasionalmente” por “Menos de uma vez por semana”.
Questão 75- Dificuldades para estudar:	Foram incluídas as alternativas: Tempo de deslocamento para a universidade Problemas de saúde Problemas emocionais Maternidade ou paternidade
Questão 76 – Sofreu assédio moral?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 77- Formalizou reclamação de assédio?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 79 – Abandono do curso?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 80 – Razões para abandono:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.

¹⁷ A renda mensal *per capita* foi encontrada dividindo-se a renda bruta mensal familiar pelo número de membros da família mantidos pela renda. Foram criadas alguns agrupamentos por faixas de renda: 1) Até 1 e meio SM; Mais de 1 e meio a 3SM; Mais de 3 SM); 2) Até meio SM; Mais de meio a 1 SM; Mais de 1 a 1 e meio SM; 3) Até 1 e meio SM; Mais de 1 e meio a 3 SM; Mais de 3 a 5 SM; Mais de 5 a 7 SM; Mais de 7 a 10 SM; Mais de 10 a 20 SM; Mais de 20 SM; 4) Até meio SM; Mais de meio a 1 SM; Mais de 1 a 2SM; Mais de 2 a 3 SM; Mais de 3 a 4 SM; Mais de 4 a 5 SM; Mais de 5 a 6 SM; Mais de 6 a 7 SM; Mais de 7 a 8 SM; Mais de 8 a 9 SM; Mais de 9 a 10 SM; Mais de 10 SM.

Fonte: Dados da pesquisa.

Durante a montagem do Banco de Dados foram identificadas inconsistências nos filtros das perguntas q4300, “Onde você morava antes de ingressar na Universidade?”, q4400, “Principal motivo que o levou a mudar-se para o município onde cursa a graduação”, e q4600, “Situação da sua moradia atual”, razão pela qual elas não foram analisadas neste Relatório. O questionário na íntegra encontra-se no Anexo 1.

4.2.2 Justificativa do questionário eletrônico e online

A qualidade das informações geradas pela pesquisa de perfil depende da quantidade de estudantes entrevistados, da efetividade na abordagem das perguntas, da veracidade das respostas e da mais ampla possível disponibilidade de acesso ao questionário de coleta à população investigada. Portanto, a etapa de coleta de dados é muito importante para o sucesso e metas da pesquisa de tipo *survey*, como a que praticamos.

Diante o exposto, é notório que, sem a utilização de um sistema computacional disponibilizado na Internet, seria inviável produzir uma massa de dados de pesquisa de fato em âmbito nacional, sobretudo em um país com dimensões continentais como o Brasil, com a possibilidade de ultrapassar 1 milhão de estudantes entrevistados e ainda processar um grande volume de dados, cujo banco final pode ser bem caracterizado como um *big data*. Um sistema funcional, atrativo ao público investigado e robusto em termos técnicos seria então essencial.

Assim como em edições anteriores, foi fundamental na V Pesquisa a utilização de um sistema para disponibilização de um questionário eletrônico aos entrevistados.

Para isso, a pesquisa contou com uma equipe de especialistas em tecnologia da informação para elaboração, disponibilização e manutenção de um portal em que os estudantes de graduação presenciais das 65 instituições federais de ensino superior participantes pudessem acessar e responder ao questionário proposto na pesquisa de perfil.

4.2.3 Requisitos do Sistema

A edição de 2018 da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES possui novos requisitos de sistema, em relação às edições anteriores.

O primeiro novo requisito foi a compatibilidade do acesso via dispositivo móvel. Diferentemente da edição anterior, hoje a maioria da população brasileira utiliza a internet via dispositivo móvel, como *smartphones e tablets*. Neste sentido, o portal precisou se adaptar, em termos de *layout* e eficiência, à utilização do questionário em aparelhos com telas grandes, tais como computadores, e com telas pequenas como os *smartphones*.

Outro requisito se impôs em razão do volume de potenciais respondentes. Pela primeira vez a pesquisa foi realizada de forma a buscar o maior número possível de respondentes, requisito que demandaria: maior infraestrutura tecnológica para que o sistema suportasse grandes acessos simultâneos de usuários, já que qualquer indisponibilidade do sistema poderia ocasionar transtornos às instituições; uma interface (API - *Application Programming Interface*) para a validação das participações dos estudantes na pesquisa pelos sistemas das IFES; um gráfico com acompanhamento em tempo real da quantidade de estudantes que responderam o questionário de forma a acompanhar a evolução da coleta e o número de estudantes que ainda precisariam respondê-lo ; uma interface amigável para que os estudantes, convidados a responder um questionário extenso, o fizessem de forma prazerosa e ágil.

4.2.4. Funcionalidades do sistema

Para atendimento de todos os requisitos, como os descritos no tópico anterior, foi necessária a reformulação de todo o sistema de coleta de dados, e para isso foi desenvolvido um novo portal com as seguintes funcionalidades:

Área exclusiva para IFES

Acesso exclusivo pelos responsáveis de cada instituição participante da pesquisa para:

- envio dos dados dos estudantes via arquivo de planilha com validação dos dados (<https://www.perfil.ufu.br/2018/ifes/>), conforme
-
- Figura 4-5;
- gráfico com acompanhamento das participações por curso;
- banner para divulgação da pesquisa,

- Figura 4-6;
- relatório com a relação de participantes, Figura 4-7;
- download de arquivo com relação de participantes da pesquisa.

Figura 4-5 Questionário para envio de dados

V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES - 2018 [Home](#) [Sair](#)

Instruções

[Instruções](#) [Modelo .xlsx](#) [Perguntas](#)

Formulário de Envio de Dados de Estudantes
Universidade Federal de Uberlândia

Nome do Responsável pelos dados:

Telefone: E-mail:

Submeta o arquivo no formato .xlsx: Nenhum arquivo selecionado

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4-6 Página com orientação sobre a divulgação da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4-7 Exemplo de Relatório de participação de estudantes, com 11 primeiros cursos ordenados em ordem alfabética

V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES - 2018							
Participação da UFU							
Quantidade de Alunos Cadastrados pela UFU: 26737							
Curso	Turno	Grau	Campus	Cidade	UF	Total Estudantes	Estudantes Participantes
Administração	Matutino	Bacharelado	Pontal	Ituiutaba	MG	2	1
Agronomia	Integral	Bacharelado	Monte Carmelo	Monte Carmelo	MG	2	0
Arquitetura e Urbanismo	Integral	Bacharelado	Santa Mônica	Uberlândia	MG	1	0
Biomedicina	Integral	Bacharelado	Umuarama	Uberlândia	MG	2	0
Biotecnologia	Integral	Bacharelado	Umuarama	Uberlândia	MG	1	0
Ciências Biológicas	Integral	Bacharelado	Pontal	Ituiutaba	MG	1	0
Ciências Biológicas	Noturno	Licenciatura	Pontal	Ituiutaba	MG	1	0
Ciências Biológicas	Noturno	Licenciatura	Umuarama	Uberlândia	MG	1	0
Ciências Contábeis	Noturno	Bacharelado	Pontal	Ituiutaba	MG	1	0
Ciências Sociais	Matutino	Bacharelado / Licenciatura	Santa Mônica	Uberlândia	MG	1	0
Curso de Engenharia Elétrica - Certificado em Engenharia de Automação e Controle	Integral	Bacharelado	Campus Santa Mônica	Uberlândia	MG	37	17

Fonte: Dados da pesquisa.

Interface (API) para validação de estudantes

A API (*Application Programming Interface*) constitui um mecanismo de integração e mediação de informações que permitiu que os sistemas das IFES verificassem na base do portal, de forma automatizada e segura, se um estudante específico respondera ou não o questionário da pesquisa.

Com efeito, esta interface permitiu que as instituições implementassem bloqueios na matrícula, no acesso a serviços ou em portais próprios, caso o estudante ainda não houvesse, porventura, participado da pesquisa.

Este mecanismo pareceu-nos bastante útil em uma pesquisa com ambição censitária, na medida em que a experiência evidenciou que apenas a implementação da obrigatoriedade – por exemplo condicionando a matrícula à resposta ao questionário - pode tornar a pesquisa de fato censitária.

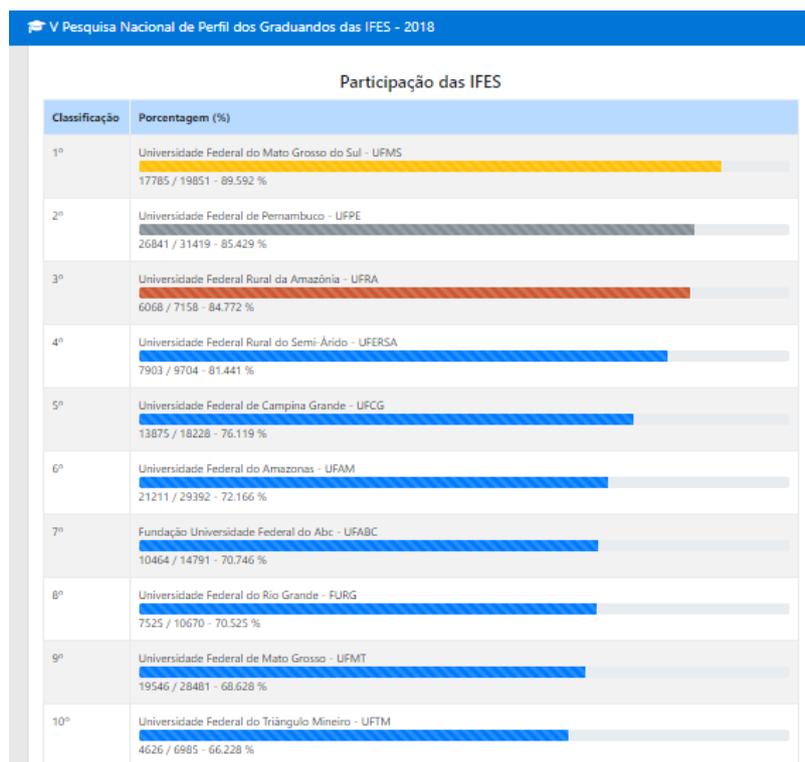
Ranking de participação

O ranking de participação na pesquisa consiste em uma página pública contendo um gráfico de barras e dados sobre o número e a porcentagem de estudantes participantes da pesquisa, em relação ao total de estudantes cadastrados, por IFES. Neste gráfico é apresentada uma classificação ordenada com as maiores participações relativas no topo até as menores na base.

O ranking de participação das IFES era atualizado em tempo real e possibilitava o acompanhamento da evolução das participações durante o período de coleta de dados. Na

Figura 4-8 é apresentado o gráfico descrito com as 10 melhores classificações.

Figura 4-8 Imagem do ranking de preenchimento dos questionários com as dez primeiras posições



Fonte: Dados da pesquisa.

4.2.5 Questionário da pesquisa

Na edição anterior da pesquisa, eram apresentadas ao (à) entrevistado (a) várias perguntas em uma única página, agrupadas por eixos temáticos. As repostas eram salvas apenas quando os usuários do sistema clicassem no botão “Próximo”. Ademais, deveriam aguardar o servidor processar a operação para, então, responderem as próximas perguntas, iniciadas em uma nova página. Este processo era relativamente “moroso” e exigia rolagem da página e muitos cliques do usuário. De certa forma, face a eventual sobrecarga de sistema, a morosidade no carregamento da página poderia levar à desistência dos entrevistados.

Nesta quinta edição houve grande preocupação com a usabilidade do sistema com o objetivo de maximizar o número de questionários respondidos e não perder a oportunidade de coleta de dados de nenhum eventual participante. O principal aspecto de melhoria na usabilidade está na forma de se responder o questionário. Buscou-se aprimorar o questionário nos seguintes aspectos:

- Foco na pergunta: ao invés de apresentar várias perguntas simultaneamente, uma pergunta com as opções de resposta é apresentada de cada vez, cujo intuito é

manter o foco do (a) entrevistado (a) para pensar apenas na resposta àquela questão.

- Poucos cliques: Com um único clique na resposta, em caso de perguntas com única escolha, o portal faz uma animação de transição da pergunta respondida para a próxima pergunta. O objetivo é que o (a) entrevistado (a), ao finalizar uma resposta, se depare, logo em seguida, com uma nova pergunta, estimulando seu subconsciente a elaborar as respostas em um ritmo contínuo, evitando, assim, que o (a) participante desista da pesquisa. Além disso, poucos cliques facilitam a utilização do sistema e minimizam o tempo necessário para o entrevistado completar o questionário.
- Todas as perguntas em memória: Ao acessar a página, o servidor envia, para o dispositivo do (a) usuário (a), o questionário completo com todas as perguntas e opções de resposta. Esta estratégia evita que uma possível sobrecarga no sistema ou problemas de lentidão da internet do usuário retarde o carregamento da página, quando o entrevistado já está respondendo o questionário.
- Resposta salva de forma assíncrona: Ao responder uma pergunta, os dados são enviados para o servidor e armazenados no banco de dados do sistema; porém não é necessário que o navegador do usuário aguarde o processamento da operação para que a próxima pergunta seja apresentada. Este processo assíncrono evita o travamento da página enquanto o entrevistado responde o questionário.
- Pergunta resumida: Cada pergunta possui um texto resumido em destaque, de forma a facilitar a leitura dinâmica do usuário. Logo abaixo é apresentado o texto completo da pergunta, caso o usuário não entenda o que está sendo perguntado apenas com o texto resumido. Esta estratégia possibilita que o (a) entrevistado (a) selecione a opção de resposta com uma leitura mais breve, contribuindo para a agilidade em responder o questionário.
- Tema de cores para cada assunto: o questionário é dividido em eixos e cada eixo correspondia a uma cor de fundo, indicando que passos ou etapas estavam sendo cumpridas.
- Layout discreto mas, ao mesmo tempo, atrativo: foi criada a primeira página de interface dos(as) graduandos (as) com o portal, onde estudantes inseriam número

de CPF e indicavam a instituição de pertencimento; foram criadas individualmente páginas contendo cada uma das perguntas do questionário (

-

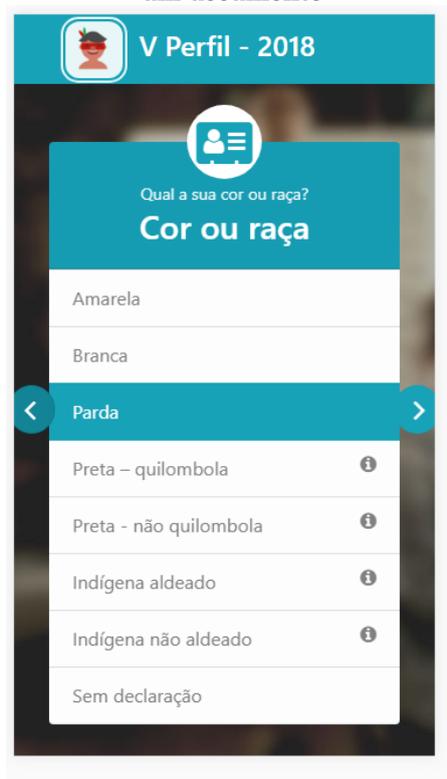
- **Figura 4-9,**
-
- **Figura 4-10, Figura 4-11,**
-
-

- **Figura 4-12,**

- Figura 4-13) e uma página final de integralização do questionário (

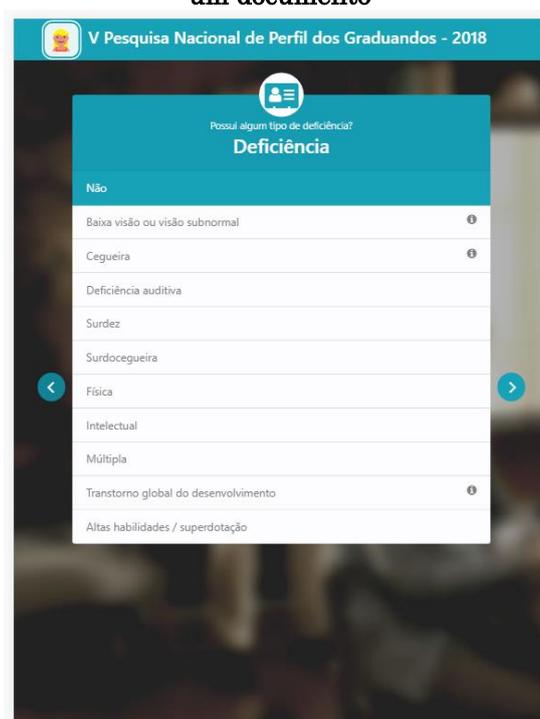
- Figura 4-14).
- Caricaturas representando a diversidade: Foram criadas pequenas caricaturas com faces (rostos) de figuras de pessoas com várias características pessoais e sociais, de modo a representar a diversidade possível a ser captada em uma pesquisa de perfil, como a que praticamos (Figura 4-15). Estas caricaturas, cerca de 40 ao todo, inseridas no canto superior esquerdo das páginas, eram alteradas frequentemente de modo a, sugestivamente, indicar o tema da pesquisa, qual seja o levantamento de perfil socioeconômico e cultural – sem com isso dispersar o respondente.

Figura 4-9 Questionário com exemplo de pergunta sobre cor ou raça, na proporção de uma tela de celular (360px x 640px), caricatura de um indígena e tema de dados pessoais em cores azul turquesa e ícone de um documento



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4-10 Questionário com pergunta sobre deficiência, na proporção de uma tela de tablet (768px x 1024px), caricatura de uma mulher branca e tema de dados pessoais em cores azul turquesa e ícone de um documento



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4-11 Questionário com pergunta sobre frequência de estudo na biblioteca, caricatura de uma mulher negra e tema de perguntas acadêmicas em cor vermelha e ícone de um capelo

V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES - 2018

Em média, com que frequência você utiliza o espaço físico da(s) biblioteca(s) durante a semana?

Estuda na biblioteca

Menos do que uma vez
Uma vez
Duas ou três vezes
Quatro ou mais vezes
Não utilizo

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4-12 Questionário com pergunta sobre domínio da língua inglesa, com caricatura de uma mulher francesa e tema de perguntas culturais em cor amarela e ícone de um pincel.

V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES - 2018

Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Inglês?

Domina o inglês

Bom
Regular
Nenhum

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4-13 Questionário com pergunta sobre meio de transporte, caricatura de um cadeirante e tema de perguntas de moradia em cor verde e ícone de uma casa

V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES - 2018

Como você se desloca para a Universidade na maioria das vezes?

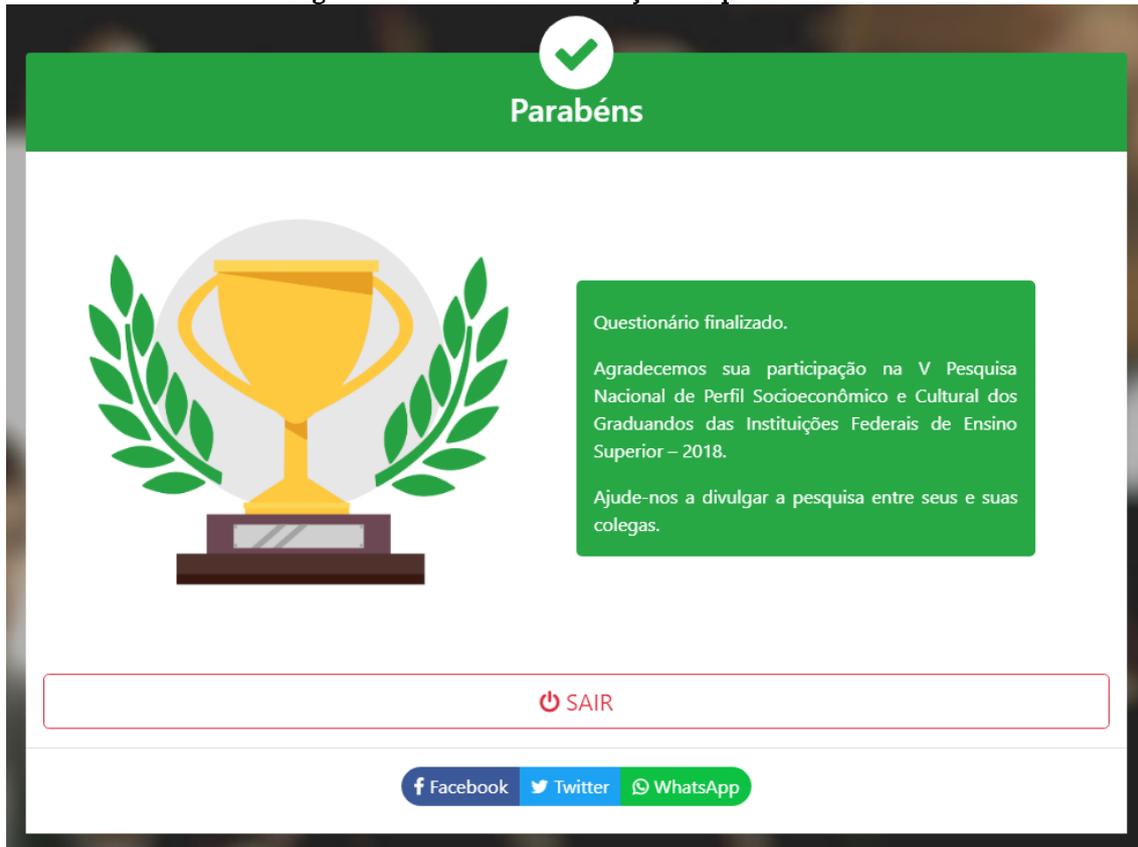
Meio de Transporte

A pé
Bicicleta
Transporte próprio (Carro, moto, etc.)
Carona
Transporte coletivo (Metrô, ônibus, van, embarcação, trem, etc.)
Transporte locado (Prefeitura, escolar, etc.)
Táxi/Moto táxi

The image shows a mobile survey interface. At the top, there is a green header with a small icon of a person and the text 'V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES - 2018'. Below this, a white box contains a house icon and the question 'Como você se desloca para a Universidade na maioria das vezes?'. The title 'Meio de Transporte' is centered in a green bar. Below the title is a list of seven transportation options, each in a white box with a green border. The first option, 'A pé', is highlighted with a solid green background. At the bottom of the white box, there are two green circular arrows pointing left and right.

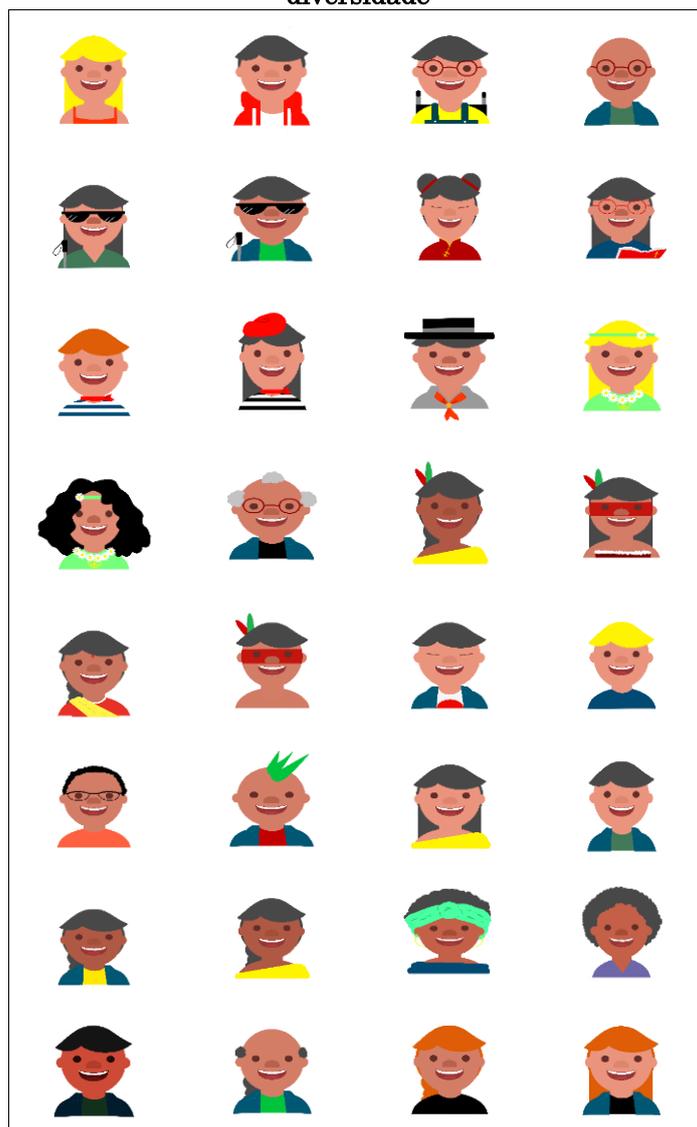
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4-14 Tela de finalização do questionário



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4-15 Imagens com caricaturas que compunham o questionário de preenchimento para expressar diversidade



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao inovar o questionário e o ambiente de hospedagem, buscou-se tornar mais agradável e ágil o processo de preenchimento do questionário, maximizando a qualidade da coleta de dados e, conseqüentemente, das informações produzidas pela pesquisa.

4.3 Desenho amostral

Nesta parte do Relatório, apresentamos os procedimentos utilizados para ponderar a amostra da “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES” e explicamos os princípios estatísticos envolvidos.

Será apresentada uma visão geral sobre as principais etapas da ponderação amostral, desde o cadastro com os dados primários do universo da pesquisa e da base de dados amostrais até a obtenção dos pesos amostrais propriamente ditos.

4.3.1 Universo da pesquisa

A ANDIFES é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal e consiste de 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 63 universidades federais localizadas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

Para esta V Pesquisa Nacional, o universo considerado compreende todos os estudantes de graduação em cursos presenciais com matrículas ativas em 2018 nas 63 universidades federais e nos 2 Cefets. Nestas 65 instituições federais de ensino superior (IFES) tem vínculo ativo mais de um milhão e duzentos mil discentes de graduação, em todas as áreas do conhecimento.

Foram cadastrados, via sistema de coleta, 1.200.300 estudantes de graduação distribuídos conforme a Tabela 4-1.

Tabela 4-1 Número de estudantes de graduação nas 65 IFES - 2018

IFES	Total de discentes	IFES	Total de discentes
CEFET-MG	6380	UFRA	7158
CEFET-RJ	7210	UFRB	10591
FURG	10670	UFRGS	30953
UFABC	14791	UFRJ	50572
UFAC	11375	UFRN	31850
UFAL	28993	UFRPE	15087
UFAM	29392	UFRR	6959
UFBA	38675	UFRRJ	15925
UFC	29991	UFS	28456
UFCA	3264	UFSB	3396
UFCE	18228	UFSC	34206
UFCE	2713	UFSCAR	14036
UFERSA	9704	UFSJ	10328
UFES	25418	UFSP	21334
UFF	47156	UFT	15155
UFFS	9465	UFTM	6985

UFG	30633	UFU	26656
UFGD	7712	UFV	15587
UFJF	17839	UFVJM	8949
UFLA	10844	UNB	37355
UFMA	33578	UNIFAL-MG	6533
UFMG	30349	UNIFAP	9150
UFMS	19851	UNIFEI	8053
UFMT	28481	UNIFESP	13443
UFOB	3348	UNIFESSPA	5190
UFOP	12102	UNILA	4339
UFOPA	5303	UNILAB	4375
UFPA	51189	UNIPAMPA	12865
UFPB	29616	UNIR	10304
UFPE	31419	UNIRIO	11011
UFPEL	18425	UNIVASF	6984
UFPI	27482	UTFPR	32715
UFPR	32204	Total	1.200.300

Fonte: Dados da pesquisa.

As informações disponibilizadas no cadastro para estes 1.200.300 discentes estão apresentadas no Quadro 4-5. São informações relativas à identificação do (a) discente e às características do curso em que ele (a) está matriculado (a) na IFES. Com elas, foi possível estabelecer o plano amostral probabilístico para a pesquisa, do modo a obter o tamanho mínimo da amostra em cada IFES.

Quadro 4-5 Informações contidas no cadastro de discentes nas 65 IFES - 2018

Número do CPF
Nome completo
Endereço eletrônico – e-mail
Ano de ingresso na IFES
Semestre de ingresso na IFES
Código e-MEC da IFES
Nome da IFES
Código e-MEC do curso
Nome do curso
Área de conhecimento do curso
Turno do curso

Grau do curso
<i>Campus</i>
Cidade
Estado

Fonte: dados da pesquisa.

4.3.2 Estratificação e alocação da amostra

A população de interesse (população-alvo) é constituída por todos (as) os (as) discentes com matrículas ativas no ano de 2018 nas 65 IFES listadas na Tabela 4-1. Portanto, a unidade de seleção amostral é o (a) discente.

Para se estabelecer o tamanho amostral mínimo para cada IFES, adotou-se um plano de amostragem aleatória estratificada (AAE), em que os estratos são as 65 IFES. A ideia é que seja possível fornecer resultados desagregados segundo a estratificação por IFES.

Definidos os estratos, optou-se por considerar o tempo de matrícula do (a) discente, ou seja, há quanto tempo o (a) discente iniciou o seu curso naquela IFES, para obter o tamanho amostral. Esta variável é expressa em anos. Assim, foi possível obter a média e a variabilidade do tempo de matrícula para cada uma das 65 IFES e, então, seria possível avaliar a homogeneidade dentro dos estratos. Os resultados encontram-se na Tabela 4-2. Por exemplo, em 2018 os discentes da UNIFAP têm tempo médio de matrícula de 4,16 anos e desvio-padrão de 3,08 anos, enquanto que os da UFSB estão matriculados em média há 2,23 anos com desvio-padrão de 1,27 anos. Estas estatísticas foram cruciais para a determinação dos tamanhos amostrais de cada IFES (estrato).

Tabela 4-2 Total de estudantes de graduação nas 65 IFES, média e desvio-padrão do tempo de matrícula dos estudantes por estrato - 2018

IFES (estrato)	Total de discentes	Tempo de matrícula	
		Média	Desvio-padrão
CEFET-MG	6380	3,3397	2,2861
CEFET-RJ	7210	3,2571	2,5251
FURG	10670	2,6200	2,0390
UFABC	14791	3,8918	2,6623
UFAC	11375	3,8418	2,2752
UFAL	28993	3,8556	1,9678

UFAM	29392	3,0156	2,0818
UFBA	38675	3,5187	2,3319
UFC	29991	2,7529	2,1184
UFCA	3264	2,6452	1,8585
UFCG	18228	2,6054	1,8432
UFCSPA	2713	2,3334	1,6028
UFERSA	9704	2,8119	1,7557
UFES	25418	3,0673	2,2767
UFF	47156	3,2034	2,1926
UFFS	9465	2,8693	1,9804
UFG	30633	2,8409	2,0474
UFGD	7712	2,9587	1,9455
UFJF	17839	3,1895	2,1663
UFLA	10844	2,9149	1,7909
UFMA	33578	4,3231	3,0887
UFMG	30349	3,6612	1,9973
UFMS	19851	2,3066	1,8224
UFMT	28481	3,0172	2,0198
UFOB	3348	2,1764	1,6342
UFOP	12102	3,0623	2,0236
UFOPA	5303	3,6982	2,0645
UFPA	51189	3,6006	2,3945
UFPB	29616	3,5594	2,0263
UFPE	31419	3,1065	1,9874
UFPEL	18425	2,9571	2,0229
UFPI	27482	3,1025	2,0986
UFPR	32204	2,7873	1,9346
UFRA	7158	2,3891	1,7363
UFRB	10591	3,3661	2,0682
UFRGS	30953	3,3530	2,1540
UFRJ	50572	3,6767	2,5912
UFRN	31850	2,7004	2,0470
UFRPE	15087	2,6470	1,8927
UFRR	6959	3,2254	2,3961
UFRRJ	15925	3,1923	2,1923
UFS	28456	3,5034	2,5962
UFSB	3396	2,2378	1,2728
UFSC	34206	2,8201	2,1203

UFSCAR	14036	2,7817	1,9516
UFSJ	10328	3,5054	2,0204
UFSM	21334	2,7765	1,9220
UFT	15155	2,9743	2,2544
UFTM	6985	2,8352	2,0044
UFU	26656	3,2218	2,0352
UFV	15587	2,4890	1,8154
UFVJM	8949	2,4693	1,6884
UNB	37355	3,0515	1,8777
UNIFAL-MG	6533	2,9825	1,9303
UNIFAP	9150	4,1640	3,0834
UNIFEI	8053	3,3001	2,2518
UNIFESP	13443	2,6942	1,9940
UNIFESSPA	5190	2,5810	1,8687
UNILA	4339	2,0928	1,5443
UNILAB	4375	2,8295	1,6062
UNIPAMPA	12865	2,6914	2,0956
UNIR	10304	2,7432	2,2270
UNIRIO	11011	2,9910	2,0857
UNIVASF	6984	3,1503	2,2156
UTFPR	32715	2,8840	1,9648

Fonte: Cálculo da pesquisa.

Da Tabela 4-2 pode-se observar que existem diferenças entre os tempos médios de matrícula nas IFES e, sobretudo, entre os desvios-padrão. Estes resultados impactaram na alocação da amostra nos estratos considerados.

Portanto, de posse dos totais de discentes nas IFES e da variabilidade da variável tempo de matrícula, definimos os outros parâmetros estatísticos necessários para determinar os tamanhos amostrais através da AAE.

Para a determinação do tamanho amostral via AAE, nós utilizamos a função *stratasize* do pacote *samplingbook* do programa estatístico R (R Core Team, 2018).¹⁸ Especificando a precisão estatística de amostragem, e , os tamanhos populacionais em cada estrato, N_h , os respectivos desvios-padrão, s_h , o nível de confiança e o método de

¹⁸ R Core Team (2018). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.

alocação da amostra nos estratos, esta função stratasize nos fornece o tamanho amostral total, n .

Para esta pesquisa, os vetores N_h e s_h são dados na segunda e na terceira coluna da Tabela 4-2, respectivamente. Adotamos como precisão amostral $e = 0,01$ e 96% de confiança, visto que queríamos maximizar os tamanhos amostrais. A Alocação Ótima de Neyman foi o método escolhido para distribuir o tamanho amostral total nos estratos.

Com estes critérios, chegamos inicialmente ao tamanho amostral calculado via AAE de $n = 165.575$. O próximo passo foi dividir as n unidades da amostra total em cada estrato.

Assumindo-se uma população finita de N unidades particionada em H subpopulações ou estratos com tamanhos conhecidos, N_1, N_2, \dots, N_H , na Alocação Ótima de Neyman, a amostra obtida é distribuída proporcionalmente à variância em cada estrato e ao tamanho do estrato, de acordo com a regra:

$$n_h = n \frac{N_h s_h}{\sum_{i=1}^H N_i s_i},$$

em que $h = 1, 2, \dots, H$, com $H = 65$ (número de estratos).

Os tamanhos amostrais alocados por IFES obtidos via AAE são dados na Tabela 4-3 e foram usados como quantidades mínimas de discentes respondentes a serem alcançadas por cada IFES na coleta de dados. Algumas IFES tiveram estas quantidades acrescidas e, por isso, o total amostral passou a ser de 167.462 discentes.

Tabela 4-3 Tamanho da amostra idealizada de estudantes de graduação nas 65 IFES via AAE - 2018

IFES	Tamanho da amostra n_h	IFES	Tamanho da amostra n_h
CEFET-MG	938	UFRA	799
CEFET-RJ	1400	UFRB	1409
FURG	1399	UFRGS	4288
UFABC	2532	UFRJ	8427
UFAC	1664	UFRN	4193
UFAL	3669	UFRPE	1838
UFAM	3935	UFRR	1072
UFBA	5800	UFRRJ	2245
UFC	4086	UFS	4751

UFCA	653	UFSB	303
UFCE	2161	UFSC	4664
UFCE	543	UFSCAR	1762
UFERSA	1096	UFSJ	1342
UFES	3857	UFSM	2637
UFF	6932	UFT	2213
UFFS	1205	UFTM	900
UFG	4033	UFU	3489
UFGD	965	UFV	1820
UFJF	2485	UFVJM	972
UFLA	1249	UNB	4525
UFMA	6670	UNIFAL-MG	811
UFMG	3898	UNIFAP	1814
UFMS	2326	UNIFEI	1166
UFMT	3699	UNIFESP	1724
UFOB	670	UNIFESSPA	624
UFOP	1575	UNILA	868
UFOPA	704	UNILAB	875
UFPA	7882	UNIPAMPA	1734
UFPB	3868	UNIR	1492
UFPE	4015	UNIRIO	1477
UFPEL	2397	UNIVASF	1047
UFPI	3709	UTFPR	4134
UFPR	4032	Total	167.462

Fonte: Cálculo da pesquisa.

Ao se garantir a precisão minimamente aceitável em cada um dos estratos considerados, com a agregação de dois ou mais deles, por exemplo, por regiões do Brasil, a tendência é melhorar a estimativa.

4.3.3 Ponderação da amostra

A amostra da pesquisa foi obtida através de um mecanismo de auto-seleção, em que todos os (as) estudantes tiveram acesso ao questionário, de modo *online*. Isso corresponde a um caso típico de amostragem não probabilística, na qual não é possível determinar a probabilidade de que cada estudante seja efetivamente incluído na amostra.

Este tipo de levantamento tem recebido grande atenção recente dos pesquisadores da área de estatística e muitos estudos estão sendo realizados com foco na comparação de resultados de pesquisas com amostras não probabilísticas (após a realização de diversos procedimentos de ajustes de seus resultados) com os resultados correspondentes e provenientes de pesquisas com amostras probabilísticas. Um caso importante deste tipo de comparação foi aplicado em uma pesquisa de intenção de voto para eleições dos EUA, em que foram confrontados resultados obtidos por questionários preenchidos na web e resultados de amostras probabilísticas (WANG et al., 2015). Após os devidos ajustes estatísticos dos primeiros resultados, verificou-se a convergência com os resultados obtidos via pesquisa com amostragem probabilísticas.

Em 2018, o IBGE realizou testes de coleta de informações pela internet para o Censo Demográfico 2020, com finalidade de avaliar o autopreenchimento do questionário e comparar com a coleta presencial. A adoção da internet como forma de coleta para pesquisas demográficas tem crescido no mundo inteiro e é um ponto que vem sendo discutido amplamente para o Censo 2020.

O custo de pesquisas probabilísticas é consideravelmente mais elevado do que as pesquisas na internet e isto vem estimulando muito as pesquisas neste campo. No entanto, assim como nas amostras probabilísticas, ajustes de não resposta se fazem necessários. Basicamente, dois métodos são mais amplamente aplicados para estes ajustes em pesquisas com amostras não probabilísticas.

O primeiro baseia-se na estimativa da probabilidade de seleção de cada elemento da amostra não probabilística. Geralmente é conduzida uma segunda pesquisa entre não participantes, obtida através de uma amostra aleatória do universo de não participantes. Posteriormente estima-se um modelo de regressão logística para os dois grupos (participantes da pesquisa da web e não participantes) considerando como regressores um conjunto de variáveis (características) que são obtidas para todos os elementos das duas amostras.

Com isto, é estimada uma probabilidade de seleção para cada elemento da amostra dos (as) participantes da pesquisa na internet. O inverso desta probabilidade de seleção, com alguns ajustes estatísticos, será o peso de cada elemento da amostra. Infelizmente, este método é de difícil aplicação, tanto pela desvantagem em ter que conduzir uma

segunda pesquisa entre aqueles não participantes, como pelo problema de escolha prévia de um conjunto de características que, seguramente, explicam a seleção.

Em muitas situações, pode-se melhorar a relação entre a amostra e a população através de ajustes de ponderações amostrais de modo que os totais marginais dos pesos ajustados em características especificadas, referidas como variáveis de controle ou variáveis auxiliares concordem, pelo menos em parte, com os totais correspondentes para a população. Este método de ajuste estatístico de pesquisas não probabilísticas, que é bastante difundido em termos de aplicação, é o chamado método "Raking" (DEBELL; KROSNICK, 2009). "Raking" é frequentemente usado para reduzir vieses de não resposta em inquéritos por amostragem. Este é um método de pós-estratificação da amostra que se baseia em um conjunto de variáveis auxiliares que estão disponíveis para o conjunto do universo da pesquisa. As informações são dadas por distribuições populacionais de variáveis que também estão disponíveis para os dados da amostra. Nós utilizamos as distribuições marginais para as seguintes variáveis:

- i. Área de conhecimento (9 categorias);
- ii. Turno (13 categorias);
- iii. Ano de ingresso (19 categorias);
- iv. Unidade da federação (27 categorias);
- v. Instituição federal de ensino superior (65 categorias);
- vi. Semestre de ingresso (3 categorias); e
- vii. Grau (4 categorias).

Essas variáveis auxiliares foram consideradas por estarem disponíveis para todas as unidades da amostra e pelo fato de suas distribuições marginais serem conhecidas. Portanto, o nosso processo de ponderação amostral, via método "Raking", fundamenta-se em um algoritmo que obtém pesos para as unidades amostrais de forma que, após a expansão amostral, obtemos os mesmos totais e frequências relativas marginais para cada categoria de cada uma das variáveis auxiliares.

A população-alvo da pesquisa consiste de 1.200.300 estudantes matriculados (as) nas IFES brasileiras em 2018.

4.3.4 Crítica e consistência dos dados

A coleta de dados foi realizada nacionalmente entre os dias 1º de fevereiro a 30 de junho de 2018.

Findo o período de coleta, 459.000 estudantes participaram da V Pesquisa, dos quais 426.664 responderam integralmente o questionário. Considerou-se integralizado o questionário cujo (a) estudante respondera todas as questões pertinentes. Finalizada a última pergunta, o (a) estudante visualizava um ícone de certificação, representado pela figura de um troféu.

Nesta primeira fase de limpeza e consistência dos dados para preparação do Banco de Dados da V Pesquisa de Perfil foram então descartados 32.336 questionários não integralmente respondidos.

Também na fase de crítica dos dados foram tomadas decisões que levaram à exclusão de outros questionários. Dos 426.664 questionários integralizados, decidiu-se pela eliminação de todos aqueles respondidos em menos de 5 minutos, o que totalizou 1.571 eliminações.

Identificou-se também a existência de 988 questionários respondidos por estudantes de cursos de graduação não presenciais (EAD, sequenciais) ou de cursos de pós-graduação, incorretamente inscritos a partir de dados inadvertidamente fornecidos pelas IFES. Conseqüentemente, foram também eliminados da população todos (as) estudantes vinculados aos cursos não presenciais e de pós-graduação então identificados.

A amostra final obtida via questionário *online*, após a crítica dos dados, compõe-se de 424.128 discentes, resultando em uma fração amostral de 35,34%.

Os questionários preenchidos eletronicamente foram transpostos para o formato de banco de dados “csv”. O tratamento quantitativo das informações foi realizado por meio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Na Base de dados criada, cada linha equivale a um discente (que respondeu um questionário) e nas colunas estão as perguntas. A Base de dados final é construída com 424.128 questionários (linhas) e possui 207 colunas (variáveis).

As variáveis passaram por processo de codificação, ou seja, de classificação das informações em categorias numéricas. Todas as variáveis podem ser consultadas no Dicionário de Variáveis, no Quadro 4-6.

Quadro 4-6 Estrutura da base de dados

nr_questionario	Número do questionário
nr_ano_ingresso	Ano de ingresso
nr_semestre_ingresso	Semestre de ingresso
cd_emec_curso	Código do curso
id_curso	id_curso
nm_curso	Nome do curso
nm_grau	Nome do grau do curso
nm_campus	Nome do campus
sg_estado_campus	Estado do campus
nm_cidade_campus	Cidade do campus
p100	[p100] País de nascimento
p101	[p101] Estado de nascimento
p102	[p102] Cidade de nascimento
p200	[p200] Idade
p300	[p300] Sexo
p400	[p400] Gênero
p500	[p500] Orientação sexual
p600	[p600] Cor
p70070001	[p70070001] Não tem deficiência
p70070002	[p70070002] Deficiência - Baixa visão ou visão subnormal
p70070003	[p70070003] Deficiência - Cegueira
p70070004	[p70070004] Deficiência - Deficiência auditiva
p70070005	[p70070005] Deficiência - Surdez
p70070006	[p70070006] Deficiência - Surdocegueira
p70070007	[p70070007] Deficiência - Física
p70070008	[p70070008] Deficiência - Intelectual
p70070009	[p70070009] Deficiência - Múltipla
p70070010	[p70070010] Deficiência - Transtorno global do desenvolvimento
p70070011	[p70070011] Deficiência - Altas habilidades / superdotação
p800	[p800] Estado civil / Situação conjugal atual
p900	[p900] Tem filhos
p1000	[p1000] Algum de seus filhos mora com você
p1100	[p1100] Tem filhos de 0 e 5 anos
p1200	[p1200] Em seu período de aula, onde ou com quem ficam seus filhos(as) de 0 a 5 anos
p1300	[p1300] A maior parte do Ensino Médio
p1400	[p1400] Tipo de escola em que cursou o Ensino Médio
p1500	[p1500] Frequentou cursinho
p1600	[p1600] Como ingressou nesta universidade
p1700	[p1700] Forma de ingresso
p1801	[p1801] Ingressou por cota de escola pública
p1802	[p1802] Ingressou por cota para Pretos/Pardos/Indígenas
p1803	[p1803] Ingressou por cota para renda bruta <i>per capita</i> igual ou inferior a 1,5 SM
p1804	[p1804] Ingressou por cota de deficiência
p1900	[p1900] Outra cota
p2000	[p2000] Turno

p2100	[p2100] Primeira opção
p2200	[p2200] Trocaria de curso
p2300	[p2300] Em média, quanto tempo dedica semanalmente aos estudos fora da sala de aula
p2400	[p2400] Em média, com que frequência utiliza a(s) biblioteca(s) durante a semana
p2500250001	[p2500250001] Atividade ou programa acadêmico - Empresa Júnior
p2500250002	[p2500250002] Atividade ou programa acadêmico - Ensino (Monitoria)
p2500250003	[p2500250003] Atividade ou programa acadêmico - Ensino (PIBID / PLD)
p2500250004	[p2500250004] Atividade ou programa acadêmico - Estágio não obrigatório (Extracurricular)
p2500250005	[p2500250005] Atividade ou programa acadêmico - Extensão (PIBEXT, PEIC etc.)
p2500250006	[p2500250006] Atividade ou programa acadêmico - Pesquisa (PIBIC, PIBIT etc.)
p2500250007	[p2500250007] Atividade ou programa acadêmico - PET (Programa de Educação Tutorial)
p2500250008	[p2500250008] Atividade ou programa acadêmico - Outra
p2500250009	[p2500250009] Atividade ou programa acadêmico - Não
p2600	[p2600] Atividade ou programa acadêmico remunerado
p2700	[p2700] Participou de Programa de Mobilidade Estudantil
p2800280001	[p2800280001] Não
p2800280002	[p2800280002] Alimentação
p2800280003	[p2800280003] Moradia
p2800280004	[p2800280004] Atendimento psicológico
p2800280005	[p2800280005] Apoio pedagógico
p2800280006	[p2800280006] Atendimento médico
p2800280007	[p2800280007] Atendimento odontológico
p2800280008	[p2800280008] Transporte
p2800280009	[p2800280009] Creche
p2800280010	[p2800280010] Esporte e Lazer
p2800280011	[p2800280011] Cultura
p2800280012	[p2800280012] Deficiência
p2800280013	[p2800280013] Inclusão digital
p2800280014	[p2800280014] Promisaeas
p2800280015	[p2800280015] Bolsa permanência da instituição
p2800280016	[p2800280016] Bolsa Permanência do MEC
p2800280017	[p2800280017] Material didático
p2900290001	[p2900290001] Movimento artístico-cultural
p2900290002	[p2900290002] Movimento ecológico
p2900290003	[p2900290003] Movimento estudantil
p2900290004	[p2900290004] Movimento ou organização religiosa
p2900290005	[p2900290005] Movimento Negro
p2900290006	[p2900290006] Movimento Feminista
p2900290007	[p2900290007] Movimento LGBT
p2900290008	[p2900290008] Movimento Sindical
p2900290009	[p2900290009] Partido político
p2900290010	[p2900290010] Atléticas estudantis
p2900290011	[p2900290011] Outras Organizações/Associações etc
p2900290012	[p2900290012] Nenhuma organização/associação
p3000	[p3000] Qual a sua principal fonte de informação?
p3100	[p3100] Qual o domínio que você tem em relação ao microcomputador?

p3200	[p3200] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Inglês?
p3300	[p3300] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Espanhol?
p3400	[p3400] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do francês?
p3500	[p3500] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Alemão?
p3600	[p3600] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Italiano?
p3700	[p3700] Depois que você entrou na universidade o número de obras literárias que você passou a ler:
p3800	[p3800] Depois que você entrou na universidade o número de peças de teatro que você passou a assistir:
p3900	[p3900] Depois que você entrou na universidade o número de filmes que você passou a assistir:
p4000	[p4000] Depois que você entrou na universidade o número de shows que você passou a assistir:
p4100	[p4100] Participação política
p4200	[p4200] Reside no município onde cursa a graduação
p4300	[p4300] Onde morava antes de ingressar na Universidade? País
p4301	[p4301] Onde morava antes de ingressar na Universidade? Estado
p4302	[p4302] Onde morava antes de ingressar na Universidade? Município
p4400	[p4400] Motivo que o levou a mudar-se para o município onde cursa a graduação
p4500	[p4500] Onde mora atualmente
p4600	[p4600] Situação da moradia (pergunta eliminada do banco final em função de inconsistências)
p4700	[p4700] Meio de transporte
p4800	[p4800] Tempo gasto
p4900	[p4900] Distância
p5000	[p5000] Trabalho
p5100	[p5100] Vínculo no trabalho
p5200	[p5200] Renda do trabalho
p5300	[p5300] Jornada de trabalho
p5400	[p5400] Qual a escolaridade da mãe ou da pessoa que o(a) criou como mãe
p5500	[p5500] Qual a escolaridade do pai ou da pessoa que o(a) criou como pai
p5600	[p5600] Renda mensal bruta do seu grupo familiar
p5700	[p5700] Pessoas, incluindo você, que vivem da renda mensal do seu grupo familiar
p5701	[p5701] Renda mensal <i>per capita</i>
p5800	[p5800] Principal mantenedor(a) do seu grupo familiar
p5900	[p5900] Escolaridade do(a) principal mantenedor(a) do seu grupo familiar
p6000	[p6000] Situação de moradia da Família
p6101	[p6101] Na casa de sua família tem água encanada
p6102	[p6102] Na casa de sua família tem rua pavimentada
p6103	[p6103] Na casa de sua família tem acesso a Internet
p6104	[p6104] Na casa de sua família tem computador
p6105	[p6105] Na casa de sua família tem automóvel
p6106	[p6106] Na casa de sua família tem motocicleta
p6200	[p6200] Número de refeições por dia
p6300	[p6300] Onde faz suas principais refeições
p6400	[p6400] Frequência pratica atividade física
p6500	[p6500] A universidade provê condições para a realização de suas atividades físicas?
p6600	[p6600] Quando precisa de atendimento médico procura, preferencialmente
p6700	[p6700] Sua procura por serviço médico ocorre

p6800	[p6800] Com relação a seus cuidados dentários, você
p6900	[p6900] Procurou atendimento psicológico alguma vez em sua vida
p7000	[p7000] Já tomou medicação psiquiátrica, mesmo que tenha sido por pouco tempo
p7100	[p7100] Frequência uso de bebidas alcóolicas
p7200	[p7200] Frequência uso de tabaco
p7300	[p7300] Frequência de drogas não lícitas
p7400740001	[p7400740001] Adaptação a novas situações (Cidade, moradia, distância da família, entre outras)
p7400740002	[p7400740002] Relacionamento familiar
p7400740003	[p7400740003] Relacionamento social / interpessoal
p7400740004	[p7400740004] Relações amorosas / conjugais
p7400740005	[p7400740005] Situação de violência física
p7400740006	[p7400740006] Situação de violência sexual
p7400740007	[p7400740007] Situação de violência psicológica / assédio moral
p7400740008	[p7400740008] Conflito de valores / conflitos religiosos
p7400740009	[p7400740009] Discriminações e preconceitos
p7400740010	[p7400740010] Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (Livros, computador, outros)
p7400740011	[p7400740011] Dificuldades financeiras
p7400740012	[p7400740012] Dificuldade de aprendizado
p7400740013	[p7400740013] Falta de disciplina / hábito de estudo
p7400740014	[p7400740014] Carga horária excessiva de trabalho
p7400740015	[p7400740015] Carga excessiva de trabalhos estudantis
p7400740016	[p7400740016] Relação professor (a) - estudante
p7400740017	[p7400740017] Tempo de deslocamento para a universidade
p7400740018	[p7400740018] Problemas de saúde
p7400740019	[p7400740019] Problemas emocionais
p7400740020	[p7400740020] Maternidade ou paternidade
p7400740021	[p7400740021] Não tenho dificuldades
p7500	[p7500] Foi vítima de assédio moral por parte de professores (as)
p7600	[p7600] Formalizou a reclamação
p7700770001	[p7700770001] Ansiedade
p7700770002	[p7700770002] Tristeza persistente
p7700770003	[p7700770003] Timidez excessiva
p7700770004	[p7700770004] Medo / pânico
p7700770005	[p7700770005] Insônia ou alterações significativas de sono
p7700770006	[p7700770006] Sensação de desamparo/ desespero/ desesperança
p7700770007	[p7700770007] Sensação de desatenção/ desorientação/ confusão mental
p7700770008	[p7700770008] Problemas alimentares
p7700770009	[p7700770009] Desânimo, falta de vontade de fazer as coisas
p7700770010	[p7700770010] Sentimento de solidão
p7700770011	[p7700770011] Ideia de morte
p7700770012	[p7700770012] Pensamento suicida
p7700770013	[p7700770013] Nenhuma
p7800	[p7800] Pensou em abandonar o seu curso
p7900790001	[p7900790001] Dificuldade de conciliar trabalho e estudo
p7900790002	[p7900790002] Pelo campo profissional

p7900790003	[p7900790003] Dificuldades financeiras
p7900790004	[p7900790004] Dificuldades de relacionamento no curso
p7900790005	[p7900790005] Nível de exigência (Carga de trabalho acadêmico)
p7900790006	[p7900790006] Problemas de saúde (Físico / mental)
p7900790007	[p7900790007] Problemas familiares
p7900790008	[p7900790008] Incompatibilidade com o curso
p7900790009	[p7900790009] Insatisfação com a qualidade do curso
p7900790010	[p7900790010] Assédio, bullying, perseguição, discriminação ou preconceito
p8000	[p8000] Fez trancamento geral de matrícula
p8100810001	[p8100810001] O que você pretende fazer logo após se formar? Trabalhar
p8100810002	[p8100810002] O que você pretende fazer logo após se formar? Fazer outro curso de graduação
p8100810003	[p8100810003] O que você pretende fazer logo após se formar? Ingressar na pós-graduação
p8100810004	[p8100810004] O que você pretende fazer logo após se formar? Não sei
faixa_ano_ingresso	Faixa de ano de ingresso
campus_agrupada_capital_interior	Cidade do campus por localização administrativa agrupada
campus_idh	IDHM da cidade do campus agrupada
faixa_idhm_campus	Faixa de IDHM da cidade do campus
campus_agrupada	Campus sede X avançado
p_regiao_campus	Região do campus
p_regiao_campus_numerica	Região do campus
area_conhecimento	Área do Conhecimento CNPq
p_regiao_nascimento	Região de nascimento
p_faixa_etaria	Faixa etária
p_escola_ensino_medio_agrupada	Escola que cursou o Ensino Médio agrupada
p_ingresso_agrupada	Forma de ingresso agrupada
faixa_renda_trabalho	Faixa de renda do trabalho
faixa_renda_per_capita	Faixa de Renda mensal <i>per capita</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Após análise da consistência das respostas, eventuais respostas em branco receberam o código “99”, indicando sua não declaração. Casos omissos receberam código “0” = Não se aplica.

A base de dados está disponível no formato de arquivo tipo “sav”, para ser lida no SPSS. O processamento da base deve utilizar a variável “peso”. O processo de calibração dos pesos amostrais da pesquisa foi realizado usando o programa estatístico R (R Core Team, 2018), através da função *rake* do pacote *survey*, cujo detalhamento encontra-se abaixo.

4.3.5 Tamanho amostral

Com a alocação ótima, os tamanhos amostrais finais por IFES, n_h , e as respectivas frações amostrais, $f_h=100(n_h/N_h)$, estão na Tabela 4-4. A amostra obtida foi bastante superior àquela idealizada via AAE.

Tabela 4-4 Tamanho da amostra final de estudantes de graduação nas 65 IFES obtida via questionário online e fração amostral - 2018

IFES	Amostra		IFES	Amostra	
	n_h	f_h (%)		n_h	f_h (%)
CEFET-MG	1015	15,91	UFRA	6060	84,66
CEFET-RJ	2602	28,75	UFRB	4736	44,72
FURG	7485	70,15	UFRGS	9272	29,95
UFABC	10375	70,14	UFRJ	9718	19,22
UFAC	1737	15,27	UFRN	5901	18,53
UFAL	18094	62,41	UFRPE	8284	54,80
UFAM	20983	71,39	UFRR	2874	41,30
UFBA	5774	14,93	UFRRJ	7154	44,92
UFC	5652	18,85	UFS	4849	17,04
UFCA	1050	32,17	UFSB	1011	29,77
UFCG	13838	75,92	UFSC	5514	16,12
UFCSPA	613	22,59	UFSCAR	2079	14,81
UFERSA	7885	81,26	UFSJ	1436	13,90
UFES	16476	60,33	UFSM	10625	49,80
UFF	6831	14,31	UFT	4788	31,30
UFFS	3027	31,98	UFTM	4598	65,83
UFG	5086	16,60	UFU	12901	48,40
UFGD	3585	46,49	UFV	2174	13,95
UFJF	3343	18,74	UFVJM	2663	29,76
UFLA	2833	26,13	UNB	16271	43,41
UFMA	17819	53,07	UNIFAL-MG	1555	23,80
UFMG	4531	14,93	UNIFAP	1917	20,95
UFMS	17765	89,49	UNIFEI	1804	22,40
UFMT	19429	68,22	UNIFESP	4115	30,61
UFOB	1906	56,93	UNIFESSPA	1274	24,55
UFOP	4839	39,99	UNILA	914	21,06
UFOPA	875	16,50	UNILAB	911	20,82
UFPA	11106	21,70	UNIPAMPA	3865	30,04
UFPB	4431	14,93	UNIR	2008	19,20

UFPE	26727	85,07	UNIRIO	2377	21,59
UFPEL	2696	14,63	UNIVASF	2967	39,41
UFPI	10948	39,84	UTFPR	11008	33,65
UFPR	5149	15,86	Total	424.128	35,34

Fonte: Pesquisa de campo.

O peso amostral em uma pesquisa por amostragem corresponde ao valor atribuído a cada caso (observação) na base de dados com as informações coletadas (amostra). Para esta pesquisa, o peso amostral indica o quanto será a contribuição de cada estudante de graduação no momento em que é computada uma estimativa através de um procedimento estatístico (uma média, um total, uma tabela de frequências). De modo geral, ele é empregado para compensar a sobre ou sub-amostragem em situações específicas de estratificação desproporcional, ou seja, quando proporções de dados coletados em determinados estratos não são iguais às proporções populacionais.

Considerando as variáveis auxiliares para as quais conhecemos as distribuições marginais populacionais – área de conhecimento, turno, ano de ingresso, unidade da federação, IFES, semestre de ingresso e grau –, nós estudamos as respectivas proporções amostrais sem considerar nenhum tipo de peso (sem ponderar). A Tabela 4-5 apresenta o comparativo entre estas distribuições marginais para as 7 variáveis; a primeira coluna corresponde às variáveis e suas categorias; a segunda e a terceira são as proporções no universo da pesquisa e na amostra não ponderada, respectivamente.

Tabela 4-5 Distribuições marginais populacionais e amostrais não ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

Variáveis auxiliares e suas categorias	Populacional (%)	Amostral (%)
Área de conhecimento		
Ciências Exatas e da Terra	13,305	14,063
Ciências Biológicas	4,109	4,785
Engenharias	19,249	19,392
Ciências da Saúde	13,035	13,332
Ciências Agrárias	5,398	5,908
Ciências Sociais Aplicadas	19,835	19,786
Ciências Humanas	15,213	14,362
Linguística, Letras e Artes	8,185	6,959

	Multidisciplinar	1,671	1,412
Turno			
	Diurno	13,611	12,026
	Diurno e noturno	0,036	0,017
	Especial	0,002	0,001
	Integral	41,214	41,596
	Matutino	9,408	10,614
	Matutino/Noturno	0,014	0,062
	Noturno	28,484	27,703
	NSMT	0,246	0,271
	Turno	0,008	0,007
	Vespertino	6,323	7,031
	Vespertino/Noturno	0,608	0,655
	VSMT	0,010	0,012
	Não informado	0,035	0,005
Ano de ingresso			
	2000	0,014	0,002
	2001	0,013	0,002
	2002	0,025	0,004
	2003	0,021	0,005
	2004	0,034	0,007
	2005	0,057	0,015
	2006	0,104	0,028
	2007	0,182	0,058
	2008	0,343	0,149
	2009	0,739	0,347
	2010	1,691	0,877
	2011	3,200	1,973
	2012	5,623	4,046
	2013	9,368	7,615
	2014	12,442	12,257
	2015	15,035	15,765
	2016	17,484	18,743
	2017	20,042	22,754
	2018	13,584	15,351
Unidade da federação			
	AC	0,948	0,410
	AL	2,415	4,266
	AM	2,449	4,947

AP	0,762	0,452
BA	4,965	3,481
CE	3,071	1,762
DF	3,112	3,836
ES	2,118	3,885
GO	2,552	1,199
MA	2,797	4,201
MG	13,380	10,302
MS	2,296	5,034
MT	2,373	4,581
PA	5,735	4,554
PB	3,986	4,307
PE	4,178	8,642
PI	2,333	2,611
PR	5,967	4,208
RJ	10,987	6,763
RN	3,462	3,250
RO	0,858	0,473
RR	0,580	0,678
RS	8,388	8,417
SC	3,131	1,561
SE	2,371	1,143
SP	3,522	3,907
TO	1,263	1,129
IFES		
CEFET-MG	0,532	0,239
CEFET-RJ	0,601	0,613
FURG	0,889	1,765
UFABC	1,232	2,446
UFAC	0,948	0,410
UFAL	2,415	4,266
UFAM	2,449	4,947
UFBA	3,222	1,361
UFC	2,499	1,333
UFCA	0,272	0,248
UFCG	1,519	3,263
UFCSPA	0,226	0,145
UFERSA	0,808	1,859
UFES	2,118	3,885

UFF	3,929	1,611
UFFS	0,789	0,714
UFG	2,552	1,199
UFGD	0,643	0,845
UFJF	1,486	0,788
UFLA	0,903	0,668
UFMA	2,797	4,201
UFMG	2,528	1,068
UFMS	1,654	4,189
UFMT	2,373	4,581
UFOB	0,279	0,449
UFOP	1,008	1,141
UFOPA	0,442	0,206
UFPA	4,265	2,619
UFPB	2,467	1,045
UFPE	2,618	6,302
UFPEL	1,535	0,636
UFPI	2,290	2,581
UFPR	2,683	1,214
UFRA	0,596	1,429
UFRB	0,882	1,117
UFRGS	2,579	2,186
UFRJ	4,213	2,291
UFRN	2,654	1,391
UFRPE	1,257	1,953
UFRR	0,580	0,678
UFRRJ	1,327	1,687
UFS	2,371	1,143
UFSB	0,283	0,238
UFSC	2,850	1,300
UFSCAR	1,169	0,490
UFSJ	0,860	0,339
UFSM	1,777	2,505
UFT	1,263	1,129
UFTM	0,582	1,084
UFU	2,221	3,042
UFV	1,299	0,513
UFVJM	0,746	0,628
UNB	3,112	3,836

UNIFAL-MG	0,544	0,367
UNIFAP	0,762	0,452
UNIFEI	0,671	0,425
UNIFESP	1,120	0,970
UNIFESSPA	0,432	0,300
UNILA	0,361	0,216
UNILAB	0,364	0,215
UNIPAMPA	1,072	0,911
UNIR	0,858	0,473
UNIRIO	0,917	0,560
UNIVASF	0,582	0,700
UTFPR	2,726	2,595
Semestre de ingresso		
Primeiro semestre	65,202	66,542
Segundo semestre	34,524	33,228
Não informado	0,274	0,230
Grau		
Bacharelado	73,424	75,138
Bacharelado e Licenciatura	1,043	0,654
Licenciatura	24,176	23,096
Tecnológico	1,358	1,112

Fonte: pesquisa de campo.

Se os dados coletados são provenientes de uma amostra aleatória, é de se esperar que as proporções amostrais e populacionais sejam parecidas e que não há erros sistemáticos na coleta.

Na Tabela 4-5 é possível verificar que nossa amostra abrangeu características bastante similares às do conjunto do universo de estudantes de graduação. Foram observadas pequenas diferenças entre as distribuições marginais populacionais e amostrais. Por exemplo, estudantes da área de Ciências Exatas e da Terra representam 13,31% do universo em 2018 e na nossa amostra coletada não ponderada, 14,06% são desta área. São estas diferenças que o procedimento adotado para ponderação da amostra buscou corrigir.

Outro ponto positivo é que a amostra coletada inclui discentes de todas as categorias das variáveis auxiliares da nossa população-alvo, condição que nos permitiu usar o método de calibração.

A calibração pelo método “Raking” contribui para combater o viés de disponibilidade, aumentando os pesos de discentes amostrados nos grupos subrepresentados e reduzindo os pesos de discentes dos grupos sobrerepresentados. Desta forma, com os pesos calibrados é possível obter estimativas dos totais das variáveis auxiliares que coincidem com os totais populacionais conhecidos. A calibração é empregada não apenas com o propósito de obter estimativas coerentes com totais populacionais conhecidos, mas também para reduzir a variância das estimativas ou corrigir os vícios de não resposta e cobertura (SILVA, 2004).

Os resultados do comparativo entre as distribuições marginais populacionais para as 7 variáveis auxiliares com as distribuições amostrais obtidas após ponderação estão na Tabela 4-6.

Tabela 4-6 Distribuições marginais populacionais e amostrais ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

Variáveis auxiliares e categorias	Populacional (%)	Amostrai (%)
Área de conhecimento		
Ciências Exatas e da Terra	13,305	13,305
Ciências Biológicas	4,109	4,109
Engenharias	19,249	19,250
Ciências da Saúde	13,035	13,035
Ciências Agrárias	5,398	5,398
Ciências Sociais Aplicadas	19,835	19,832
Ciências Humanas	15,213	15,214
Linguística, Letras e Artes	8,185	8,186
Multidisciplinar	1,671	1,671
Turno		
Diurno	13,611	13,617
Diurno e noturno	0,036	0,036
Especial	0,002	0,002
Integral	41,214	41,207
Matutino	9,408	9,408
Matutino/Noturno	0,014	0,014
Noturno	28,485	28,486
NSMT	0,246	0,246
Turno	0,008	0,008

	Vespertino	6,323	6,323
	Vespertino/Noturno	0,608	0,608
	VSMT	0,010	0,010
	Não informado	0,035	0,035
Ano de ingresso			
	2000	0,014	0,014
	2001	0,013	0,013
	2002	0,025	0,025
	2003	0,021	0,021
	2004	0,034	0,034
	2005	0,057	0,057
	2006	0,104	0,104
	2007	0,182	0,182
	2008	0,343	0,343
	2009	0,739	0,739
	2010	1,691	1,691
	2011	3,200	3,200
	2012	5,623	5,623
	2013	9,368	9,368
	2014	12,442	12,442
	2015	15,035	15,035
	2016	17,484	17,484
	2017	20,042	20,042
	2018	13,584	13,584
Unidade da federação			
	AC	0,948	0,948
	AL	2,415	2,416
	AM	2,449	2,449
	AP	0,762	0,762
	BA	4,965	4,967
	CE	3,071	3,081
	DF	3,112	3,112
	ES	2,118	2,118
	GO	2,552	2,552
	MA	2,797	2,798
	MG	13,380	13,380
	MS	2,296	2,296
	MT	2,373	2,373
	PA	5,735	5,735

PB	3,986	3,986
PE	4,178	4,185
PI	2,333	2,315
PR	5,967	5,969
RJ	10,987	10,987
RN	3,462	3,462
RO	0,858	0,859
RR	0,580	0,580
RS	8,388	8,376
SC	3,131	3,141
SE	2,371	2,371
SP	3,522	3,522
TO	1,263	1,263
IFES		
CEFET-MG	0,532	0,531
CEFET-RJ	0,601	0,601
FURG	0,889	0,889
UFABC	1,232	1,232
UFAC	0,948	0,948
UFAL	2,415	2,416
UFAM	2,449	2,449
UFBA	3,222	3,222
UFC	2,499	2,499
UFCA	0,272	0,272
UFCG	1,519	1,519
UFCSPA	0,226	0,226
UFERSA	0,808	0,808
UFES	2,118	2,118
UFF	3,929	3,929
UFFS	0,789	0,789
UFG	2,552	2,552
UFGD	0,643	0,643
UFJF	1,486	1,486
UFLA	0,903	0,903
UFMA	2,797	2,798
UFMG	2,528	2,528
UFMS	1,654	1,654
UFMT	2,373	2,373
UFOB	0,279	0,279

UFOP	1,008	1,008
UFOPA	0,442	0,442
UFPA	4,265	4,265
UFPB	2,467	2,467
UFPE	2,618	2,618
UFPEL	1,535	1,535
UFPI	2,290	2,290
UFPR	2,683	2,683
UFRA	0,596	0,596
UFRB	0,882	0,882
UFRGS	2,579	2,579
UFRJ	4,213	4,213
UFRN	2,654	2,654
UFRPE	1,257	1,257
UFRR	0,580	0,580
UFRRJ	1,327	1,327
UFS	2,371	2,371
UFSB	0,283	0,283
UFSC	2,850	2,850
UFSCAR	1,169	1,169
UFSJ	0,860	0,860
UFSM	1,777	1,777
UFT	1,263	1,263
UFTM	0,582	0,582
UFU	2,221	2,221
UFV	1,299	1,299
UFVJM	0,746	0,746
UNB	3,112	3,112
UNIFAL-MG	0,544	0,544
UNIFAP	0,762	0,762
UNIFEI	0,671	0,671
UNIFESP	1,120	1,120
UNIFESSPA	0,432	0,432
UNILA	0,361	0,361
UNILAB	0,364	0,364
UNIPAMPA	1,072	1,072
UNIR	0,858	0,859
UNIRIO	0,917	0,917
UNIVASF	0,582	0,582

	UTFPR	2,726	2,725
Semestre de ingresso			
	Primeiro semestre	65,202	65,211
	Segundo semestre	34,524	34,527
	Não informado	0,274	0,262
Grau			
	Bacharelado	73,424	73,424
	Bacharelado e Licenciatura	1,043	1,043
	Licenciatura	24,176	24,176
	Tecnológico	1,358	1,358

Fonte: Pesquisa de campo.

Finalmente, o processo de calibração dos pesos amostrais da pesquisa foi realizado usando o programa estatístico R (R. CORE TEAM, 2018), através da função *rake* do pacote *survey*. As estimativas e seus respectivos erros-padrão também foram computados através de comandos do pacote *survey*.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, A. T. Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Alfenas. 2017.

BARBOSA E SILVA, L.; COSTA, N. C. D. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Agenda Política**, v. 6, n. 2, p. 166–192, 2018.

BIRD. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Washington DC: Banco Mundial, 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355>>.

BRASIL. 6.069. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. . 24 abr. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.234/2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. . 29 jul. 2010.

BRASIL. 12.711/12. Lei Federal nº 12.711. . 29 ago. 2012.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>.

BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Política Nacional de Assistência Social. **Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social**, 2004.

CARVALHO, A. P. DE. **POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES REALIZADAS ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2015**. Comunicação em evento apresentado em I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20171011162720_st_06_alessandro_pires_d_e_carvalho.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019

CARVALHO, S. C. DA S. Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras. 2013.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2010. Dissertação de Mestrado—Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27499/000764752.pdf>, 2010.

COSTA, S. G. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2011.

DAFLON, V. T.; JÚNIOR, J. F.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 302–327, 2013.

DEBELL, M.; KROSNICK, J. A. **Computing Weights for American National Election Study Survey Data. ANES Technical Report nes012427**. [s.l.] American National Election Studies. Ann Arbor, MI, and Palo Alto, CA, [http ...](http://www.nes.umich.edu/), 2009.

EXAME. 36 universidades do Brasil entraram no maior ranking educacional do mundo. 26 set. 2018.

FONAPRACE/ANDIFES. **I Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 1997.

FONAPRACE/ANDIFES. **II Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2004.

FONAPRACE/ANDIFES. **III Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2011.

FONAPRACE/ANDIFES. **IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 10 out. 2016. Disponível em: <<http://201.57.207.35/fonaprace/wp-content/uploads/2016/08/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>>.

FONAPRACE/ANDIFES. **II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil – um mapeamento de capacidades e instrumentos**. Brasília: ANDIFES, 2018.

FONAPRACE/ANDIFES; PROEX/UFU. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: EDUFU, 2012.

GODDARD, J.; KEMPTON, L. Connecting universities to regional growth: a practical guide. **Brussels, EU**, 2011.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. soc. soc**, n. 129, p. 285–303, 2017.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2013**. Brasília: MEC, 2014.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2016**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

INEP. **INEPDATA: Número de Vagas e Inscritos da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2018a. . Acesso em: 14 jun. 2018.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2017**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 dez. 2018b.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 42, n. 0, p. 161–192, 2012.

NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. IMPACTO DA CRIAÇÃO DAS NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS SOBRE AS ECONOMIAS LOCAIS. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, 2018.

OLIVEIRA, A. L. M. DE. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** Tese de Doutorado—Campinas: UNICAMP, 2019.

R. CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. 2018.

RISTOFF, D. I. Democratização do Campus: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **GEA**, n. 9, 2016.

SANCHES, R. R. TÍTULO: AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **A REVISTA HISTÓRIA, MOVIMENTO E REFLEXÃO**, v. 1, n. 1, 2013.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2010.

SILVA, P. D N. Calibration estimation: when and why, how much and how. **Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2004.

SILVEIRA, M. M. DA; OTHERS. A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012.

TOURINHO, C. REFLETINDO SOBRE A DIFICULDADE DE LEITURA EM ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR: “DEFICIÊNCIA” OU SIMPLES FALTA DE HÁBITO? **Revista Lugares de Educação**, v. 1, n. 2, p. 325–346, 2012.

VARGAS, M. DE L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação. Campinas, Sorocaba: Universidade de Sorocaba**, v. 16, n. 1, p. 149–163, 2011.

VINHAIS, H. E. F. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. PhD Thesis—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

WANG, W. et al. Forecasting elections with non-representative polls. **International Journal of Forecasting**, v. 31, n. 3, p. 980–991, 2015.

6. ANEXOS

Formulário

Legenda

	Textos em fonte vermelha são referentes à mensagem de boas-vindas ou ao conteúdo dos balões explicativos que aparecerão quando o mouse for passado sobre o balão.
	Textos em realce verde são títulos sintéticos que virão sobre as perguntas para agilizar a compreensão do conteúdo e acelerar o preenchimento.
	Textos em realce amarelo são referentes às questões que estão vinculadas ou condicionadas, isto é, quando uma resposta elimina a necessidade do preenchimento de outras perguntas.

V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior – 2018

Texto de boas-vindas: Oi. Esta é a V Pesquisa de Perfil de Estudantes das Universidades e CEFETs do Brasil realizada pelo FONAPRACE/Andifes (Fórum de Pró-Reitores de Assistência Estudantil da Associação Nacional de Dirigentes de IFES). O seu CPF somente serve para que tenhamos segurança de que quem responde é um estudante, mas ele será substituído por um código para que você nunca seja identificado. Então, nos ajude a te conhecer para melhorarmos o ensino superior no país.

Perfil Básico

1. Onde você nasceu? (**Nascimento**)

- No Brasil
- Em outro país

2. Qual a sua idade? (**Idade**)

3. Sexo:

- Feminino
- Masculino
- Sem declaração

4. Qual sua identidade de gênero (**Gênero**)? "Cisgêneros" são indivíduos que se identificam com o sexo (biológico) que lhes foi designado ao nascerem; "Transexuais/Transgêneros" são indivíduos que possuem uma outra identidade de gênero (masculino e feminino) que a que lhes foi designada ao nascerem; "Não-Binários" são indivíduos que não definem sua identidade dentro do sistema binário de gênero (masculino e feminino), podendo a mesma ser uma combinação de ambos os gêneros ou estar além deles.

- Mulher Cisgênera (que se identifica com o sexo que lhe foi designado ao nascer)
- Homem Cisgênero (que se identifica com o sexo que lhe foi designado ao nascer)
- Mulher Transexual/Transgênera (possui outra identidade de gênero, diferente da que lhe foi designada ao nascer)
- Homem Transexual/Transgênero (possui outra identidade de gênero, diferente da que lhe foi designada ao nascer)
- Não-Binário (não definem sua identidade dentro do sistema binário homem-mulher)
- Outro
- Prefiro não me classificar
- Prefiro não responder

5. Qual sua orientação sexual? (**Orientação sexual**)

- Homossexual (É a orientação sexual caracterizada pela atração sexual e afetiva entre indivíduos do mesmo sexo. Em termo comum para designar homens homossexuais chama-se de “gay” e a mulheres homossexuais chama-se “lésbicas”)
 - Heterossexual(É a orientação sexual caracterizada pela atração sexual e emocional entre pessoas de sexos opostos)
 - Bissexual (É a orientação sexual caracterizada pela atração sexual e sentimental entre pessoas tanto do mesmo sexo como do sexo oposto. A diferença entre a bissexualidade e a homossexualidade é que também pode haver hipótese de atração entre pessoas do sexo oposto)
 - Pansexual (A pansexualidade também denominada como omnissexualidade, polissexualidade ou trissexualidade é caracterizada pela atração sexual ou romântica por pessoas independentemente do sexo ou gênero das mesmas)
 - Assexual (É a falta de orientação e desejo sexual. As pessoas assexuais não sentem atração física ou sexual para com nenhuma pessoa e não sentem desejo pelo prazer sexual, pelo que não se identificam com nenhuma orientação sexual definida. Não é habitual que se apaixonem ou tenham um namorado/a. Tendem a criar um laço afetivo com alguém ainda que não implique que tenham uma relação sexual)
 - Outro
 - Prefiro não me classificar
 - Prefiro não responder
6. Qual a sua cor ou raça? (**Cor ou raça**)
- Amarela
 - Branca
 - Parda
 - Preta – quilombola (que vive em comunidades quilombolas)
 - Preta - não quilombola (que não vive em comunidades quilombolas);
 - Indígena aldeado (que vive em aldeia)
 - Indígena não aldeado (que não vive em aldeia)
 - Sem declaração
7. Possui algum tipo de deficiência? (**Deficiência**)
- Não
 - Baixa visão ou visão subnormal (caracteriza-se perda grave de visão que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico, nem com óculos convencionais. Também pode ser descrita como qualquer grau de dificuldade visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual (GASPPARETO, M. E. 2007, p. 36).
 - Cegueira (há perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar, o que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita)
 - Deficiência auditiva
 - Surdez
 - Surdocegueira
 - Física
 - Intelectual
 - Múltipla
 - Transtorno global do desenvolvimento (**Colocar balão explicativo** - pode ser: Autismo, Síndrome de Rett, Síndrome de Heller, Síndrome de Asperger ou Transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação)
 - Altas habilidades / superdotação
8. Estado civil / Situação conjugal atual: (**Estado civil**)

- Solteiro (a)
- Casado (a) ou vive uma relação estável
- Separado (a)
- Viúvo (a)

9. Você tem filhos? (**Filhos**)

- Sim, 1 filho
- Sim, 2 filhos
- Sim, 3 filhos
- Sim, 4 ou mais
- Não tenho (se marcar esta opção, não responder as três próximas questões)

10. Algum de seus filhos mora com você? (**Mora com você**)

- Sim
- Não

11. Você tem filhos de 0 e 5 anos? (**Filho até 5 anos**)

- Sim, 1 filho
- Sim, 2 filhos
- Sim, 3 filhos
- Sim, 4 ou mais

12. Em seu período de aula, onde ou com quem ficam seus filhos (as) de 0 a 5 anos? (**Com quem fica**)

- Creche da própria universidade
- Outra instituição educacional pública
- Instituição educacional privada
- Familiares
- Babá / empregada doméstica
- Traz para a universidade
- Sozinho

Histórico Escolar

13. A maior parte do Ensino Médio que você cursou foi: (**Estudou**)

- Ensino médio padrão
- Ensino médio integrado, ensino médio Técnico
- Magistério
- Educação para Jovens e Adultos (EJA) / Supletivo
- Outro

14. Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio? (**Tipo de escola**)

- Somente em escola pública
- Maior parte em escola pública
- Somente em escola particular
- Maior parte em escola particular
- Somente em escola particular com bolsa
- Maior parte em escola particular com bolsa

15. Você frequentou algum cursinho (pré-vestibular; pré-ENEM; etc.) antes de ingressar na universidade? (**Fez cursinho**)

- Cursinho não governamental gratuito

- Cursinho governamental gratuito
- Cursinho particular
- Não

Vida acadêmica

16. Como você ingressou nesta universidade? (**Como ingressou**)

- Vestibular
- Avaliação Seriada
- ENEM/SISU
- Convênio (PEC G)
- Transferência
- Portador de diploma
- Sobrevaga

17. O seu ingresso nesta universidade foi através de: (**Forma de Ingresso**)

- Ampla Concorrência
- Cotas

18.1 A cota em que você ingressou é de escola pública? (**Cota escola pública**)

- Sim
- Não

18.2 A cota em que você ingressou é para Pretos/Pardos/Indígenas? (**Pretos, pardos e indígena**)

- Sim
- Não

18.3 A cota em que você ingressou é para renda bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salários mínimos: (**Cota por renda**)

- Sim
- Não

18.4 A cota em que você ingressou é de deficiência? (**Cota por deficiência**)

- Sim
- Não

18. Outra cota? (**Outra cota**)

- Sim
- Não

19. O curso no qual você está matriculado é de período: (**Qual turno**)

- Diurno
- Noturno
- Integral

20. O curso no qual você está matriculado corresponde à sua primeira opção? (**Primeira opção**)

- Sim
- Não

21. Você trocaria esse curso por outro? (**Trocaria seu curso**)
- Sim
 - Não
 - Não sei
22. Em média, quanto tempo você dedica semanalmente aos estudos fora da sala de aula? (**Horas de estudo**)
- Menos de 5 horas
 - Mais de 5 a 10 horas
 - Mais de 10 a 15 horas
 - Mais de 15 a 20 horas
 - Mais de 20 a 25 horas
 - Mais de 25 horas
23. Em média, com que frequência você utiliza o espaço físico da (s) biblioteca (s) durante a semana? (**Estuda na biblioteca**)
- Menos do que uma vez
 - Uma vez
 - Duas ou três vezes
 - Quatro ou mais vezes
 - Não utilizo
24. Você participa de alguma atividade ou programa ACADÊMICO? (**Atividade acadêmica**)
- Empresa Júnior
 - Ensino (monitoria)
 - Ensino (PIBID / PLI)
 - Estágio não obrigatório (extracurricular)
 - Extensão (PIBEXT, PEIC etc.)
 - Pesquisa (PIBIC, PIBIT etc.)
 - PET (Programa de Educação Tutorial)
 - Outra
 - Não (**Não responder a próxima questão**)
25. Essa atividade ou programa ACADÊMICO é remunerado? (**Atividade remunerada**)
- Sim
 - Não
26. Você participou de Programa de Mobilidade Estudantil? (**Fez mobilidade**)
- Sim, mobilidade nacional
 - Sim, mobilidade internacional
 - Não
27. Você participa ou participou de algum Programa de Assistência Estudantil oferecido pela sua Universidade? (**Usa assistência estudantil**)
- Alimentação (acesso ao RU com ou sem bolsa, ou auxílio financeiro); (**Alimentação**)
- Sim
 - Não
- Moradia (acesso à moradia estudantil, bolsas ou auxílio financeiro); (**Moradia**)
- Sim

Não

Atendimento psicológico (acesso a atendimento, bolsas ou auxílio financeiro); (**Atendimento psicológico**)

- Sim
- Não

Apoio pedagógico (acesso a atendimento, bolsas ou auxílio financeiro); (**Apoio pedagógico**)

- Sim
- Não

Atendimento médico (acesso a atendimento, bolsas ou auxílio financeiro); (**Atendimento médico**)

- Sim
- Não

Atendimento odontológico (acesso a atendimento, bolsas ou auxílio financeiro); (**Atendimento odontológico**)

- Sim
- Não

Transporte (Bolsa, isenção ou auxílio financeiro); (**Transporte**)

- Sim
- Não

Creche (acesso à creche, bolsas ou auxílio financeiro); (**Creche**)

- Sim
- Não

Esporte e Lazer (bolsa, auxílio financeiro para participação em atividades, aquisição de materiais ou atividades de esporte e lazer oferecidas pela instituição); (**Esporte e Lazer**)

- Sim
- Não

Cultura (apoio para participação ou organização de eventos, aquisição de materiais); (**Cultura**)

- Sim
- Não

Apoio aos estudantes com deficiência (acesso às tecnologias assistivas, apoio financeiro, tutor, monitor, intérprete, bolsas ou auxílio financeiro); (**Deficiência**)

- Sim
- Não

Inclusão digital (acesso a dispositivos como computadores, tablets ou cursos, bolsas ou auxílio financeiro); (**Inclusão digital**)

- Sim
- Não

“Promisões”/PEC-G (programa de bolsa para estudantes estrangeiros); (**Promisões**)

- Sim
- Não

Bolsa da própria universidade para permanência; (**Bolsa permanência da instituição**)

- Sim
- Não

Programa de Bolsa Permanência do MEC; (**Bolsa permanência do MEC**)

- Sim
- Não

Empréstimo de material didático; (calculadoras, instrumental odontológico, instrumentos musicais etc.) (**Material didático**)

- Sim
- Não

Cultura

28. Você participa de quais dessas organizações? (**Você participa**)

- Movimento artístico-cultural
- Movimento ecológico
- Movimento estudantil
- Movimento ou organização religiosa
- Movimento Negro
- Movimento Feminista
- Movimento LGBTQTT
- Movimento Sindical
- Partido político
- Atléticas estudantis
- Outras Organizações/Associações etc
- Nenhuma

29. Qual a sua principal fonte de informação? (**Onde se informa**)

- Mídia Eletrônica Formal (**jornal, revista, portais de notícias, etc.**)
- Mídia Eletrônica Alternativa (**Blogs, Youtubers, etc.**)
- Redes Sociais (**Twitter, Facebook, etc.**)
- Mídia impressa (**jornal, revista, etc.**)
- Rádio
- Televisão (**telejornal e outros programas**)
- Outros.

30. Qual o domínio que você tem em relação ao microcomputador? (**Domina computador**)

- Tem muita experiência
- Tem experiência
- Tem alguma noção
- Não domina

31. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Inglês? (**Domina o inglês**)

- Bom
- Regular
- Nenhum

32. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Espanhol? (**Domina o espanhol**)

- Bom
- Regular
- Nenhum

33. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Francês? (**Domina o francês**)

- Bom

- Regular
 - Nenhum
34. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Alemão? (**Domina o alemão**)
- Bom
 - Regular
 - Nenhum
35. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Italiano? (**Domina o italiano**)
- Bom
 - Regular
 - Nenhum
36. Depois que você entrou na universidade o número de obras literárias que você passou a ler: (**Leitura**)
- Aumentou
 - Não se alterou
 - Diminuiu
37. Depois que você entrou na universidade o número de peças de teatro que você passou a assistir: (**Teatro**)
- Aumentou
 - Diminuiu
 - Não se alterou
38. Depois que você entrou na universidade o número de filmes que você passou a assistir: (**Filmes**)
- Aumentou
 - Diminuiu
 - Não se alterou
39. Depois que você entrou na universidade o número de shows que você passou a assistir: (**Shows**)
- Aumentou
 - Diminuiu
 - Não se alterou
40. Depois que você entrou na universidade sua participação política (comunidade, bairro, movimentos, partidos, agremiações etc.): (**Participação Política**)
- Aumentou
 - Diminuiu
 - Não se alterou
- Moradia**
41. Atualmente você reside no município onde cursa a graduação? (**Reside onde estuda**)
- Sim
 - Não
42. Onde você morava antes de ingressar na Universidade? (**Morava antes**)
- No Brasil
 - Em outro país

43. Principal motivo que o levou a mudar-se para o município onde cursa a graduação: **(Mudou por quê)**
- Acompanhar família
 - Cursinho pré-vestibular
 - Trabalho (**Emprego**)
 - Universidade
 - Outros
 - Não mudei de município
44. Atualmente você mora: **(Mora)**
- Em República
 - Em Pensão/Hotel/Pensionato
 - Em moradia pertencente à Universidade
 - Em moradia coletiva (pública, religiosa, etc.)
 - Na casa dos pais
 - Na casa de outros familiares
 - Na casa de amigos
 - Sozinho
 - Com companheiro (a) ou cônjuge
45. Situação da sua moradia atual: **(É moradia)**
- Própria e quitada
 - Própria em financiamento
 - Cedida / Empréstada
 - Alugada
 - Pública / Gratuita
 - Outra
46. Como você se desloca para a Universidade na maioria das vezes? **(Meio de Transporte)**
- A pé
 - Bicicleta
 - Transporte próprio (carro, moto, etc.)
 - Carona
 - Transporte coletivo (metrô, ônibus, van, embarcação, trem, etc.)
 - Transporte locado (prefeitura, escolar, etc.)
 - Táxi/Moto táxi
47. Considerando o meio de transporte que você mais utiliza, em média, quanto tempo você gasta para chegar à Universidade? **(Tempo gasto)**
- Menos de 15 minutos
 - Mais de 15 a 30 minutos
 - Mais de 30 minutos a 1 hora
 - Mais de 1 a 2 horas
 - Mais de 2 a 3 horas
 - Mais de 3 horas
48. Qual a distância entre sua moradia atual e a Universidade em que estuda? **(Distância)**
- Menos de 1 Km

- Mais de 1 a 5 Km
- Mais de 5 a 10 Km
- Mais de 10 a 50 Km
- Mais de 50 a 100 Km
- Mais de 100 Km

Trabalho e Renda

49. Você trabalha? **(Se marcar uma das duas últimas opções, não responder as próximas três questões)**

- Sim, tenho um trabalho remunerado
- Sim, tenho um trabalho não remunerado
- Não trabalho e NÃO ESTOU à procura de trabalho
- Não trabalho e ESTOU à procura de trabalho

50. Qual o tipo de vínculo que você tem nesse trabalho? **(Vínculo)**

- Trabalho com carteira assinada
- Trabalho sem carteira assinada
- Trabalho sem carteira assinada ou contrato ajudando familiares
- Trabalho com contrato temporário em uma empresa, organização social ou órgão estatal
- Sou estagiário
- Sou funcionário público
- Outro.

51. Qual a sua renda mensal neste trabalho? **(Renda do trabalho)**

- (R\$ _____,00)

52. Qual a sua jornada habitual de trabalho semanal? **(Jornada de trabalho)**

- Menos de 15 horas
- Mais de 15 a 20 horas
- Mais de 20 a 25 horas
- Mais de 25 a 30 horas
- Mais de 30 a 40 horas
- Mais de 40 a 44 horas
- Mais de 44 horas

Família

53. Qual a escolaridade da mãe ou da pessoa que o (a) criou como mãe? **(Escolaridade da mãe)**

- Não teve mãe ou pessoa que exerceu tal papel na criação;
- Sem instrução, não alfabetizada;
- Sem instrução, mas sabe ler e escrever;
- Ensino fundamental 1 (antigas 1ª a 4ª séries) – INCOMPLETO
- Ensino fundamental 1 (antigas 1ª a 4ª séries) – COMPLETO
- Ensino fundamental 2 (antigas 5ª a 8ª séries) – INCOMPLETO
- Ensino fundamental 2 (antigas 5ª a 8ª séries) – COMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2º grau) – INCOMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2º grau) – COMPLETO

- Ensino Superior – INCOMPLETO
 - Ensino Superior – COMPLETO
 - Especialização, Mestrado ou Doutorado
54. Qual a escolaridade do pai ou da pessoa que o (a) criou como pai? (**Escolaridade do pai**)
- Não teve pai ou pessoa que exerceu tal papel na criação
 - Sem instrução, não alfabetizada
 - Sem instrução, mas sabe ler e escrever
 - Ensino fundamental 1 (antigas 1ª a 4ª séries) – INCOMPLETO
 - Ensino fundamental 1 (antigas 1ª a 4ª séries) – COMPLETO
 - Ensino fundamental 2 (antigas 5ª a 8ª séries) – INCOMPLETO
 - Ensino fundamental 2 (antigas 5ª a 8ª séries) – COMPLETO
 - Ensino Médio (antigo 2º grau) – INCOMPLETO
 - Ensino Médio (antigo 2º grau) – COMPLETO
 - Ensino Superior – INCOMPLETO
 - Ensino Superior – COMPLETO
 - Especialização, Mestrado ou Doutorado
55. Renda mensal bruta do seu grupo familiar (somados rendimentos referentes a salários, aluguéis, pensões, dividendos etc.): (R\$_ _ _ _ _ ,00) (**Renda bruta familiar**)
56. Pessoas, incluindo você, que vivem da renda mensal do seu grupo familiar: (**Pessoas na família**)
- Uma
 - Duas
 - Três
 - Quatro
 - Cinco
 - Seis
 - Sete
 - Oito
 - Nove ou mais
57. Quem é o (a) principal mantenedor (a) do seu grupo familiar? (Pessoa que contribui com a maior parte da renda): (**quem mantém financeiramente**)
- Eu mesmo (a)
 - Cônjuge/Companheiro (a)
 - Pai/Padrasto
 - Mãe/Madrasta
 - Irmão/Irmã
 - Filho/Filha
 - Avô/Avó
 - Outra pessoa
58. Qual a escolaridade do (a) principal mantenedor (a) do seu grupo familiar? (Da pessoa que contribui com a maior parte da renda): (**escolaridade do mantenedor**)
- Sem instrução, não alfabetizada
 - Sem instrução, mas sabe ler e escrever
 - Ensino fundamental 1 (antigas 1ª a 4ª séries) – INCOMPLETO
 - Ensino fundamental 1 (antigas 1ª a 4ª séries) – COMPLETO

- Ensino fundamental 2 (antigas 5ª a 8ª séries) – INCOMPLETO
- Ensino fundamental 2 (antigas 5ª a 8ª séries) – COMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2º grau) – INCOMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2º grau) – COMPLETO
- Ensino Superior – INCOMPLETO
- Ensino Superior – COMPLETO
- Especialização, Mestrado ou Doutorado

59. Situação da sua moradia da sua família: (**moradia da família**)

- Própria e quitada
- Própria em financiamento
- Cedida / Emprestada
- Alugada
- Pública / Gratuita
- Outra

60. Na casa de sua família tem:

Água encanada (quando a água utilizada no domicílio é proveniente da rede geral de distribuição): (**Água encanada**)

- Sim
- Não

Rua pavimentada (quando o trecho da rua que passa na porta do domicílio é pavimentado / asfaltado): (**Rua pavimentada**)

- Sim
- Não

Acesso a Internet: (**Acesso a Internet**)

- Sim
- Não

Computador (Considerar os computadores de mesa, laptops, notebooks e netbooks. Não considerar: calculadoras, agendas eletrônicas, tablets, palms, smartphones e outros aparelhos): (**Computador**)

- 1
- 2
- 3
- 4
- Acima de 4
- Nenhum.

Automóvel (Não considerar táxis, vans ou pick-ups usados para fretes, ou qualquer veículo usado para atividades profissionais. Veículos de uso misto - pessoal e profissional - também não devem ser considerados): (**Automóvel**)

- 1
- 2
- 3
- 4
- Acima de 4
- Nenhum

Motocicleta (Não considerar motocicletas usadas exclusivamente para atividades profissionais. Motocicletas apenas para uso pessoal e de uso misto - pessoal e profissional - devem ser consideradas): (Motocicleta)

- 1
- 2
- 3
- 4
- Acima de 4
- Nenhuma

Saúde e Qualidade de Vida

61. Quantas refeições você faz por dia (inclui café da manhã, almoço, jantar e lanches)? (Quantas refeições)

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 ou mais

62. Onde você faz suas principais refeições (café, almoço e jantar)? (Onde se alimenta)

- Em casa
- Em casa de familiares / amigos
- No Restaurante Universitário, fazendo uma refeição por dia
- No Restaurante Universitário, fazendo duas refeições por dia
- No Restaurante Universitário, fazendo três refeições por dia
- Em outro restaurante
- No trabalho
- No transporte
- Outra

63. Com que frequência você pratica atividade física? (Atividade física)

- Diariamente
- Pelo menos três vezes por semana
- Uma vez por semana
- Menos de uma vez por semana
- Não pratico atividade física.

64. A universidade provê as condições para a realização de alguma das suas atividades físicas? (Esporte na Universidade)

- Sim, pois a universidade oferece boas condições
- Sim, porém a universidade não oferece boas condições
- Não, pois a universidade não oferece boas condições
- Não, pois prefiro não praticar na universidade

65. Quando você precisa de atendimento médico você procura, preferencialmente: **(Atendimento médico)**
- Rede Pública
 - Rede Particular **(sem plano de saúde)**
 - Rede Particular **(com plano de saúde)**
 - Serviços de saúde oferecidos pela própria universidade
 - Ajuda informal de amigos ou familiares
 - Nenhum.
66. Sua procura por serviço médico ocorre: **(quando procura)**
- Periodicamente **(para exames de rotina)**
 - Periodicamente **(para tratamento de saúde específico)**
 - Raramente **(em casos de extrema necessidade)**
67. Com relação a seus cuidados dentários, você: **(Dentista)**
- Vai ao dentista periodicamente para prevenção
 - Vai ao dentista frequentemente para tratamento especializado
 - Vai ao dentista quando apresenta algum problema
 - Nunca vai ao dentista
68. Você já procurou atendimento psicológico alguma vez em sua vida? **(Atendimento psicológico)**
- Sim, estou em acompanhamento
 - Sim, no último ano
 - Sim, há mais de um ano
 - Não
69. Alguma vez na sua vida você já tomou medicação psiquiátrica, mesmo que tenha sido por pouco tempo? **(Medicação psiquiátrica)**
- Sim, estou tomando
 - Sim, já tomei, mas não tomo mais
 - Não, nunca tomei
70. Com que frequência você faz uso de bebidas alcoólicas? **(Bebidas alcoólicas)**
- Todos os dias
 - Várias vezes por semana
 - Nos finais de semana
 - Menos do que uma vez por semana
 - Nunca
71. Com que frequência você faz uso de tabaco (cigarro ou outros)? **(Tabaco)**
- Todos os dias
 - Várias vezes por semana
 - Nos finais de semana
 - Menos do que uma vez por semana
 - Nunca
72. Com que frequência você faz uso de drogas não lícitas? **(Drogas ilícitas)**
- Todos os dias
 - Várias vezes por semana
 - Nos finais de semana
 - Menos do que uma vez por semana

- Nunca

Dificuldades estudantis

73. Quais dessas dificuldades interferem significativamente na sua vida ou no contexto acadêmico?

(Pode marcar mais de uma opção) (Dificuldades para estudar)

- Adaptação a novas situações (cidade, moradia, distância da família, entre outras)
- Relacionamento familiar
- Relacionamento social / interpessoal
- Relações amorosas / conjugais
- Situação de violência física
- Situação de violência sexual
- Situação de violência psicológica / assédio moral
- Conflito de valores / conflitos religiosos
- Discriminações e preconceitos
- Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros)
- Dificuldades financeiras
- Dificuldade de aprendizado
- Falta de disciplina / hábito de estudo
- Carga horária excessiva de trabalho
- Carga excessiva de trabalhos estudantis
- Relação professor (a) - estudante
- Tempo de deslocamento para a universidade
- Problemas de saúde
- Problemas emocionais
- Maternidade ou paternidade
- Não tenho dificuldades

74. Você foi vítima de assédio moral por parte de professores (as)? (Assédio moral: situação de constrangimento, menosprezo ou humilhação a que o (a) estudante foi submetido (a) por docente) (Assédio moral)

- Sim
- Não (não responder a próxima questão)

75. Você formalizou a reclamação? (Formalizou reclamação)?

- Não, porque fiquei com medo
- Não, porque achei que não resolveria
- Não, porque não sabia o que fazer
- Sim

76. Assinale as dificuldades emocionais que tem interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses: (Pode marcar mais de uma opção). (Dificuldades emocionais)

- Ansiedade
- Tristeza persistente
- Timidez excessiva
- Medo / pânico
- Insônia ou alterações significativas de sono
- Sensação de desamparo/ desespero/ desesperança
- Sensação de desatenção/ desorientação/ confusão mental
- Problemas alimentares (grandes alterações de peso ou apetite; anorexia; bulimia)

- Desânimo, falta de vontade de fazer as coisas
- Sentimento de solidão
- Ideia de morte
- Pensamento suicida
- Nenhuma

77. Você já pensou em abandonar o seu curso? (Quis abandonar)

- Sim
- Não (Não responder a próxima questão)

78. Por quais razões? Por quê?

- Dificuldade de conciliar trabalho e estudo
- Pelo campo profissional
- Dificuldades financeiras
- Dificuldades de relacionamento no curso
- Nível de exigência (carga de trabalho acadêmico)
- Problemas de saúde (físico / mental)
- Problemas familiares
- Incompatibilidade com o curso
- Insatisfação com a qualidade do curso
- Assédio, bullying, perseguição, discriminação ou preconceito

79. No seu curso atual, você já fez trancamento geral de matrícula? (Trancamento)

- Sim, por insatisfação com o curso
- Sim, por impedimento de saúde
- Sim, por motivo de trabalho
- Sim, por impedimento financeiro
- Sim, por licença maternidade
- Sim, por dificuldade de aprender os conteúdos das disciplinas
- Sim, por risco de ser jubilado
- Sim, por outro motivo
- Não.

80. O que você pretende fazer logo após se formar? (Pode marcar mais de uma alternativa) (Depois de formar)

- Trabalhar
- Fazer outro curso de graduação
- Ingressar na pós-graduação
- Não sei